



Anais da Assembléia

N.º 125

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 117.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1983

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos, secretariada pelos srs. deputados Gernote Kirinus e Dirceu Manfrinato.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número 304/83, do sr. WALDECIR DRANCKA, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, comunicando a aprovação do requerimento do vereador NERI ANTONIO GARBIN, o qual solicita o apressamento da tramitação do projeto de lei que visa conter as anomalias na produção e comercialização de defensivos agrícolas, porquanto o decreto número 24.114, de 12 de abril de 1934, que aprova o regulamento de defesa sanitária vegetal, estabelece aos infratores, uma multa insignificante. Ressaltando, na ocasião, que somente no Paraná no ano passado, houveram 1.500 casos de intoxicação e 16 mortos. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 0833/83, do sr. JOSÉ DOS SANTOS ROCHA, presidente da Câmara Municipal de Diadema, o qual encaminha requerimento número 156/83, de autoria do vereador CARLOS LOPES RIBEIRO, comunicando um voto de protestos contra o Decreto número 88.777, baixado pelo Governo Federal em 30/09/83 e de apoio e solidariedade aos governadores dos Estados - Membros da Federação que vierem a argüir a inconstitucionalidade de tal instrumento, visando a sua anulação. — Ao conhecimento da Casa.

Expediente:

Do sr. FLÁVIO MARCILIO — Presidente da Câmara dos Deputados, acusando o recebimento de correspondência desta Casa Legislativa, a qual visa a extinção do recesso parlamentar, em todos os níveis. — Ao conhecimento da Casa.

Do sr. LUIZ FRIZZO - Presidente da Câmara Municipal de Erechim - Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando cópia do requerimento de autoria do vereador NERY GASPARIM, o qual solicita empenho imediato no sentido da criação de um mecanismo eficiente de SEGURO AGRÍCOLA, e que para tanto também estendam este apelo às autoridades competentes, para que realmente os objetivos propostos sejam alcançados. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 1259/83 - DL, do sr. vereador MOACIR TOSIN, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia do requerimento de autoria do vereador LUIZ CARLOS BETENHEUSER, subscrito pelos srs. vereadores Jorge Bernardi, José Maria Correia, Sady Ricardo dos Santos, Ivan Ribas, Tito Zeglin, Rafael Greca de Macedo, Sidgley Claudino e Moacir Tosin, o qual requereu e foi aprovado um voto de congratulações, louvor e aplauso à Comissão Executiva deste Poder Legislativo, pela oportunidade de realização da sessão solene, marcada para o dia 27 próximo vindouro, no Plenário do Palácio Dezenove de Dezembro, em homenagem ao grande líder MARTIN LUTERO, em comemoração aos 500 anos de seu nascimento. — Ao conhecimento da Casa.

Telex:

Do sr. ROBERTO MARINHO, presidente-diretor geral da Rede Globo de Televisão, nos seguintes termos:

"AGRADEÇO CUMPRIMENTOS ENVIADOS POR ESSA NOBRE ASSEMBLÉIA POR OCASIÃO CAMPANHA-NE-URGENTE, O BRASIL EM BUSCA DE SOLUÇÕES. A COMPREENSÃO DESSA CASA LEGISLATIVA, REPRESENTATIVA DE TODAS AS LIDERANÇAS DO ESTADO, NÓS É PARTICULARMENTE GRATA E APROVEITAMOS A OPORTUNIDADE PARA REITERAR QUE A REDE GLOBO NAO POUPARÁ ESFORÇOS NO DESEMPENHO DE SUA MISSÃO SOCIAL, CONSCIENTE DOS DEVERES DE ORDEM COMUNITÁRIA QUE SÃO INERENTES À COMUNICAÇÃO E, MUITO PARTICULARMENTE, A TELEVISÃO, DADA A CAPACIDADE QUE HOJE TEM DE ALCANÇAR O TERRITÓRIO NACIONAL" — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei número 186/83, em trâmite nesta Casa, que visa outorgar o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao sr. TORAO TOMITA.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei número 199/83, que considera como área especial de interesse turístico terras descritas no Decreto Estadual número 4484/81. (Parque Marumbi). Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, preferência na votação para os Projetos de Lei números 149, 158 e 39/83, constantes da Ordem do Dia, marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983,

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja decretado por esta Casa, luto oficial por 3 dias, pelo falecimento ocorrido ontem, do senador NILO DE SOUZA COELHO, DD. presidente do Senado Federal, bem como designada a sessão extraordinária do dia 10 do corrente, quinta-feira, para as homenagens ao político falecido.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A decretação do luto oficial por 3 dias por esta Casa de Leis, é uma homenagem ao grande político brasileiro, Nilo de Souza Coelho, presidente do Senado Federal, que sempre se sobressaiu nas grandes questões brasileiras, pelo seu elevado senso prático e de justiça.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, seja marcada, para o dia 24 de novembro, às 20:45 horas, sessão solene para a entrega do título de "Cidadão Honorário do Estado do Paraná", ao eminente companheiro Teotônio Vilela.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja submetido à consideração do Plenário, um voto de desaprovação ao Projeto de Lei número 846/B, do deputado Walmor de Lucas, que pretende reduzir a participação dos Estados de 70 por cento para apenas 20 por cento do IUM (Imposto Único sobre Minerais), inviabilizando assim as empresas estaduais.

Que da decisão dê-se ciência aos presidentes da Câmara e Senado Federal, bem como às lideranças partidárias naquelas Casas e à Mineropar.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A justificativa que apresentamos tem por finalidade solicitar o apoio das duas bancadas e da Comissão Executiva desta Casa, para um voto de repúdio a um projeto de lei em tramitação na Câmara Federal, que se for convertido em lei, representará um rude golpe contra a economia e os superiores interesses do nosso Estado.

Achamos compreensível que após 19 anos de autoritarismo, amplos setores da população tenham perdido sua fé nos homens públicos, olhando os tecnocratas com desconfiança abominando a retórica dos grandes projetos governamentais, que fizeram a nossa dívida externa saltar de dois bilhões e 400 milhões de dólares em 1964, para 100 bilhões de dólares nos dias atuais, sem contar a recessão, o desemprego e o arrocho

salarial.

Nós do PMDB que sempre lutamos pela redemocratização do País, único caminho para mudar a política econômica gerada pelo autoritarismo, não podemos deixar de reconhecer que neste emaranhado de incompetências e de falta de patriotismo, existem homens, entidades públicas e até governantes, preocupados em trabalhar para o desenvolvimento do País.

É o caso da Mineropar Sociedade Anônima, criada em 1977, com um capital de 50 milhões de cruzeiros, com ações subscritas, quase em totalidade, pelo Governo do Estado, Copel, Badep e Banco do Estado do Paraná.

Iniciando efetivamente suas atividades em 1979, a Mineropar começou a fomentar o desenvolvimento do setor mineral, com prioridade para a prospecção e a pesquisa que a rigor nunca existiram em nosso Estado, porque se trata de atividades de alto risco e longos prazos.

De cada 100 pesquisas realizadas, apenas uma tem sucesso e isso evidentemente não atrai a iniciativa privada interessada em lucros fartos e rápidos. O Governo Federal é que vinha realizando pesquisas, de forma intermitente e sem muito entusiasmo cívico. Tanto isso é verdade, que acabou transferindo esta responsabilidade aos Estados, o que por sua vez determinou a criação da Mineropar e de empresas congêneres nas demais unidades da nossa federação.

Hoje a Mineropar reúne um compacto grupo de geólogos e engenheiros de minas, o que não é pouco em um País que sofre de uma extrema carência de cérebros.

Encontrou diversas jazidas de cobre e elevou as nossas reservas de carvão mineral, de 40 para mais de 122 milhões de toneladas, em um trabalho de inestimável interesse para os destinos deste Estado e abrindo caminho para a descoberta de outras riquezas que se escondem em nosso subsolo.

O carvão paranaense tem elevado poder calorífico e menor quantidade de cinzas, em relação ao carvão catarinense e gaúcho. O que importa dizer, que o carvão paranaense é ideal para ser transformado em gás, resultando na produção de enxofre, utilizado para fins industriais e como matéria-prima na indústria de fertilizantes químicos, em gás para substituir o gás liquefeito de petróleo e na fabricação de choque siderúrgico.

O chumbo e o talco, as argilas e a brita completam o elenco dos minerais existentes em território paranaense, sem contar o xisto de São Mateus do Sul que é monopólio da Petrobrás, e as 8 mil toneladas de urânio existentes nas minas de carvão de Figueira, mineral estratégico controlado pelo Governo Federal.

E no momento em que o País inteiro clama por fontes alternativas de energia, para reduzir a nossa crônica dependência ao petróleo importado, que somente este ano representará uma sangria de 7 bilhões de dólares, os técnicos da Mineropar descobriram a existência de mais de 80 milhões de toneladas de turfa no Paraná.

A turfa pode ser considerada como o primeiro estágio do carvão vegetal e pode ser utilizada como combustível, para a secagem de grãos ou como adubo de excelente qualidade.

Essas 80 milhões de toneladas de turfa, sem contar com outras 60 milhões de toneladas inferidas, correspondem a 40 milhões de barris de petróleo.

Esta descoberta também é de máxima importância. Basta lembrar que durante a segunda guerra mundial, época de crise e de racionamento, quando automóveis e caminhões passaram a ser movidos a gasogênio, os trens do Vale do Paraíba que queimavam carvão, escasso e de alto custo, viram-se forçados a recorrer a um combustível alternativo, a turfa.

Isso foi feito com pleno êxito e a nível mundial não representava nenhuma novidade. A turfa sempre foi amplamente utilizada em vários países europeus, para alimentar caldeiras

de usinas termelétricas e de navios, e até para aquecimento doméstico.

A União Soviética, que dispõe de múltiplas e variadas fontes de energia, utiliza 38 por cento de suas reservas, mas os Estados Unidos exploram 98 por cento de suas reservas, mas os Estados Unidos exploram 98 por cento das suas reservas de turfa.

Como se explica isso?

A turfa americana é utilizada praticamente IN NATURA, como adubo orgânico da melhor qualidade, enquanto as multinacionais espalham pelo mundo os famigerados fertilizantes químicos, que envenenam a terra e o homem.

Informações recentes indicam que os russos estão realizando experiências, visando a utilização da turfa na indústria química e farmacêutica. Enquanto isso, nunca houve um trabalho sistemático para o aproveitamento das reservas brasileiras de turfa, sendo a Mineropar a única e honrosa exceção.

A excelente localização geográfica das reservas paranaenses de turfa, próximas às áreas de maior produção agrícola, e a exploração a céu aberto, permitirão a sua utilização econômica.

Após a colheita, com equipamentos convencionais, à disposição de qualquer empresário, a turfa é espalhada e secada ao ar livre e temos aí um combustível de alto teor calorífico. Ou um adubo que pode ser comercializado via cooperativas.

A Mineropar não pretende monopolizar a turfa e sim prestar assistência técnica aos investidores privados. O lucro do Estado será indireto, pois esses investidores tornarão a nossa economia mais dinâmica, gerando empregos e recolhendo o imposto único sobre minerais.

Felizmente, a turfa não se presta a projetos elefantinos. Por suas características, rusticidade, inexistência de tecnologia sofisticada, a turfa tende a atrair pequenas e médias empresas, que proporcionalmente geram maior número de empregos, aproveitando a mão-de-obra ociosa e não qualificada existente nas proximidades.

E os depósitos de turfa em sua maioria, estão situados em áreas deprimidas do Estado, que só terá a ganhar com o incentivo a qualquer tipo de atividade econômica, sem que isso importe em subsídios, o que seria uma forma de privilegiar alguns, em detrimento de todos.

Acreditamos ter situado a importância da Mineropar na estrutura administrativa do Estado e a importância das suas atividades, voltadas para o fortalecimento da nossa economia.

Podemos nos referir à emenda do deputado Cardoso de Almeida ao Projeto de Lei número 846/B, de autoria do deputado Walmor de Lucas, em tramitação na Câmara Federal, que altera o rateio do imposto único sobre minerais.

Nos termos do projeto, o Estado passará a receber 20 por cento do imposto, cabendo 70 por cento aos municípios e 10 por cento à União.

A emenda do deputado Cardoso de Almeida atribui 45 por cento para cada um e dispõe que o Estado perderá 5 por cento anualmente, até chegar ao limite de 20 por cento, conforme o projeto inicial do deputado Walmor de Lucas.

Se isso acontecer, fatalmente, será decretada a falência dos sistemas estaduais de mineração no Brasil, que vêm cumprindo um relevante papel social, não apenas pelas pesquisas que desenvolvem, mas pelo fomento à produção, integrando o empresariado e abrindo novas e promissoras perspectivas para o setor mineral.

É evidente, srs. deputados, que os recursos decorrentes do imposto sobre minerais, proporcionaram o avanço no conhecimento e aproveitamento dos recursos minerais existentes em nosso território, gerando empregos, estimulando a tecnologia da prospecção, o surgimento de indústrias de transformação, o aproveitamento racional de nossos recursos minerais e a oportunidade de colocação de profissionais qualificados,

como geólogos e engenheiros.

Em contrapartida, a drástica redução do imposto único sobre minerais implicaria na desastrosa eliminação de empresas que atuam no setor, como a Mineropar, e na paralisação de suas atividades, que são imprescindíveis para a economia estadual. Alterar a distribuição da receita deste imposto, por um critério exclusivamente municipalista ou demagógico, representaria a pulverização de verbas em prejuízo dos próprios municípios.

Sabemos que a mineração no Brasil é praticada em áreas muito restritas e esta nova sistemática só beneficiaria um por cento, no máximo, dos municípios brasileiros. Tanto mais que a maior parcela da arrecadação é resultante da exploração de minerais como a areia, argilas e pedra britada, que são aplicados na indústria da construção civil que se concentra nas grandes cidades.

Por todas estas razões, requeiro ouvido o Plenário, um voto de repúdio ao projeto de autoria do deputado Walmor de Lucas.

E que a manifestação desta Casa seja imediatamente comunicada ao presidente da Câmara Federal, Flávio Marcílio, aos líderes de todos os partidos políticos com representação na Câmara Federal, aos presidentes das comissões de Economia e de Finanças na Câmara Federal e especialmente representantes da bancada do Paraná naquela Casa, para que se manifestem contrariamente à aprovação do Projeto número 846/B.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. ARLINDO CHEMIN, ocorrido no dia 31 de outubro em Campo Largo.

O extinto, pessoa de mais alta respeitabilidade, membro de tradicional e conceituada família de Campo Largo, atualmente, além de suas atividades no comércio, era vice-Prefeito daquele município, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade local onde era muito benquisto graças ao seu caráter de homem íntegro, honesto e chefe de família exemplar, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de toda a coletividade de Campo Largo.

Deixa viúva a senhora Pedra Chemim, filhos e netos.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, para o seguinte endereço: Rua Dr. Cordeiro, s/n. — CAMPO LARGO.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. ANTÔNIO SINGER, ocorrido na cidade de São José dos Pinhais.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da sra. ELEONORA CASTRO, ocorrido nesta Capital.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento da sra. OLGA VIDAL, ocorrido no dia 06/11/83, nesta Capital.

Requer ainda, que da decisão do plenário, seja dado ciência à família enlutada, à rua Raphael Papa, 984.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consideração em ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 29 de outubro do corrente, nesta Capital, da sra. GELSOMINA MARIA SIMONE DOS SANTOS.

A extinta, viúva de Nestor Benício dos Santos, deixa uma filha, senhora Gladis Simone Abujamra, casada com o dr. João Abujamra, e dois netos, Sérgio e Lilian.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada à Rua Itupava, 1585, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. ARLINDO CHEMIN, ocorrido no dia 31 de outubro de 1983, em Campo Largo.

O extinto era membro de tradicional família e desfrutava de grande prestígio na comunidade daquele município.

Requer também, que do pronunciamento do Plenário, se dê ciência à família enlutada, na pessoa da sra. Pedra Chemin, no seguinte endereço: Rua Generoso Marques, 2427.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da sra. CASTORINA CARDOSO KARAS, ocorrido no dia 30 de outubro de 1983, em Araucária.

A extinta era de tradicional família e desfrutava de grande prestígio na comunidade daquele município.

Requer também, que do pronunciamento do plenário, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do sr. José de Jesus Karas, no seguinte endereço: Rodovia do Xisto, Posto Shell I.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosa-mente REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. JOÃO DREVINSKI, ocorrido na cidade de Guarapuava.

Outrossim, requer da decisão da Casa, dê-se ciência à digníssima família enlutada, por intermédio do excelentíssimo

senhor vereador do município supra, Dileto Pulga.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva unicamente prestar o nosso preito de reconhecimento ao companheiro e amigo, João Drevinski, face às qualidades de bom cidadão e dedicado chefe de família quando de sua passagem entre nós.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo passamento do sr. MA-NOEL LUSTOSA MARTINS, ocorrido a 07/11/83, na cidade de Clevelândia - PR.

Membro de tradicional família daquele município, o sr. Manoel Lustosa Martins foi ex-prefeito e líder político da região. Era casado com dona Maria da Luz Martins, deixando dentre os seus familiares, dois de seus netos, o deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, líder do PDS nesta Assembléia e o Dr. Cândido Martins de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Desta decisão, requerem seja dado ciência aos seus familiares, residentes no mencionado município.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL e
EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. MANOEL LUSTOSA MARTINS, progenitor dos deputados Antônio Martins Anibelli e Luiz Alberto Martins de Oliveira, ocorrido no último dia 07 do corrente na cidade de Clevelândia, neste Estado.

Requer outrossim, que da decisão da Mesa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja expedido um documento desta Casa de Leis, endereçado ao sr. Wilson Mulinari e família, ele suplente de vereador e autêntico lutador pelo PMDB da cidade de Maringá, externando profundo pesar desta Casa pelo falecimento de sua esposa, sra. LETÍCIA MULINARI.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento, no último dia 31 de outubro, do sr. ARLINDO CHEMIN, no vizinho município de Campo Largo.

O falecido, nascido a 09 de dezembro de 1922, teve uma vida que deve servir de exemplo às gerações mais jovens, com uma vida honrada e inteiramente dedicada à comunidade.

Vereador, vice-prefeito e prefeito interino, colocou nas suas lides públicas, as mesmas características de probidade e correção que o acompanharam por toda a vida.

Nestas condições, aliando-nos ao pesar que sente toda a família campolarguense, solicitamos que do presente seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o competente Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. EUGÊNIO BATISTA CARNEIRO, ocorrido ontem, dia 07.11, na cidade de Tibagi, por se tratar de um pioneiro que dedicou sua longa existência em benefício da sociedade tibagiana, sendo um bom esposo, pai e amigo exemplar.

Sua partida para a eternidade deixa uma lacuna irreparável no seio da sociedade onde conviveu e ajudou a edificar.

Requer, outrossim que após a decisão, seja dado conhecimento aos familiares do extinto, no seguinte endereço: Dr. Eugênio Carneiro, Rua 7 de Setembro, s/n, Tibagi - PR.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento no dia 08 de novembro, aos 82 anos de idade, em Curitiba, da sra. RAJAH ASSIS, viúva do sr. José Quirilos Assis. Deixa sete filhos, Paulo Quirilos, Antônio Assis, Libano, Siria, João Elias e o jornalista Mussa José Assis, Diretor Geral do Jornal "Folha de Curitiba.

Requeiro ainda, seja cientificada da decisão desta Casa, a família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de voto de pesar pelo falecimento de JOSÉ PALLONE, que gozava de grande conceito na comunidade maringaense.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família do homenageado.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. SEME FERES, que gozava de grande conceito na comunidade maringaense.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família do homenageado.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da sra. TEREZA MASQUERIN SOLETTI, genitora do atual prefeito do muni-

cípio de Terra Rica, sr. CLÁUDIO DOMINGOS SOLETTI ocorrido no dia 06 do corrente, naquela cidade.

Requer outrossim, que da decisão da Mesa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ubatã, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo sr. prefeito municipal, Raimundo Soares Nascimento, ao excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal de Vereadores, José Vicente Pires e aos excelentíssimos srs. presidentes das agremiações partidárias existentes.

Desmembrou-se de Campo Mourão, conforme a Lei número 4245, datado em 25 de julho de 1960, instalando-se em 04 de novembro de 1961, graças aos objetivos de seus primeiros moradores de condicionar aquele município de uma estrutura capaz de colocá-lo como imprescindível fator de progresso, não apenas do Paraná, mas também do Brasil.

Com características eminentemente agrícolas, Ubatã ao longo de sua existência, nunca fugiu às metas que nortearam seus pioneiros, mesmo ante a falta de um redirecionamento do modelo agrícola, no sentido de priorizar este setor, tanto vegetal quanto animal, voltada para a produção de alimentos de consumo interno, contribuindo para a eliminação dos problemas sociais, tais como os altos índices de mortalidade.

Sua população de mais de 27 mil habitantes, dos quais 13 mil são residentes na área rural, vivendo basicamente da produção de milho, arroz, soja, feijão e algodão, sendo estes principais cultivos estocados nas grandes cooperativas existentes, para posteriormente ser parte integrante da importação e exportação.

Ubatã é o terceiro município em arrecadação de Impostos de Circulação de Mercadorias ICM da microrregião 12, perdendo apenas para a cidade-sede, Campo Mourão e Goioerê, respectivamente, situando-se como um dos principais municípios do Estado do Paraná, adaptando-se às mudanças, principalmente agrícolas.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de congratulações ao prefeito Daniel Pelisson, pela passagem do 36.º aniversário do Município de Cambé, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de emancipação político-administrativa, do município de Roncador com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo sr. prefeito municipal, ao excelentíssimo sr. presidente da Câmara de Vereadores, e aos excelentíssimos srs. presidentes das agre-

A presença de diversas formações étnicas condicionaram o município a uma economia principalmente baseada na agricultura, sustentáculo hoje, abalado ante a política agrícola do Governo Federal, de desestímulo às pequenas propriedades, ocasionando o êxodo rural somado à mecanização da lavoura. Como comprovação desse fato, basta dizer que a população rural era de 14.572 habitantes, sendo que o contingente de pessoas que residiam no perímetro urbano era de pouco mais de 3.000 moradores, havendo um esvaziamento no setor agrícola e pouco crescimento na cidade, totalizando 18.000 habitantes, segundo dados do censo realizado no ano de 1980.

Mas, apesar dessas modificações, continua sendo a atividade agrícola a maior responsável pela estrutura econômica e financeira de Roncador, que poderia ser bem maior se não existisse em todo o País uma distribuição de renda quantitativa e igualitária com formas de arrecadações tributárias capazes de assegurar aos municípios maior parcela de impostos pagos pela comunidade podendo, em muitos casos, acabar com a possibilidade e até mesmo falência dos municípios, e principalmente eliminando o centralismo de recursos em poder da União.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje votos de congratulações pela passagem do 22.^o aniversário de emancipação político-administrativa do município de Campina da Lagoa, ocorrido no último dia quatro do corrente ano, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo sr. prefeito municipal, ao excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos excelentíssimos srs. presidentes das agremiações partidárias existentes no município.

Criado em 25 de julho de 1960, desmembrando-se de Campo Mourão, através da Lei número 4245, instalando-se em 4 de novembro do ano seguinte, Campina da Lagoa, desde seus primeiros períodos de surgimento, já era possível constatar o crescimento destacado daquele município, ocupando grande papel entre os municípios da microrregião 12, ao qual pertence.

A labuta de seus pioneiros que destemidamente enfrentaram as mais diversas dificuldades há anos atrás, em face de não existir no final dos anos 50 e início dos anos 60, justifica de todos os processos desenvolvimentistas de Campina da Lagoa.

O crescimento daquele município sempre foi sustentado pelo plantio de diversos cultivos agrícolas plantados nos solos férteis que se somam a área total de 800 km², onde trabalham mais de dez mil agricultores.

Segundo o Censo de 1980, cerca de 24 mil habitantes residem naquele município, sendo que tal contingente populacional poderia ser maior se não fosse a política do Governo Federal no que tange a agricultura, adotando nos últimos anos diretrizes que não são voltadas fundamentalmente para os pequenos e médios proprietários, possibilitando, com isto, a predominância de grandes áreas mecanizadas, ocorrendo deste modo, o êxodo rural, onde muitos lavradores deixam o município e vão para outros locais, talvez excluído menos de tal realidade.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício de congratulações ao Setor Jovem do PMDB de Foz do Iguaçu, pela realização de sua convenção municipal.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Realizou-se no último dia 30 de outubro, a Convenção Municipal do Setor Jovem do PMDB de Foz do Iguaçu, contando com a participação de expressivo número de filiados, que confirmaram a condição de ser este um dos mais bem organizados e atuantes de todo o Estado.

Na sua presidência foi reeleito o acadêmico Carlos Alberto Grellmann, que com sua equipe vem desenvolvendo um grande trabalho pela conquista das liberdades democráticas, em especial por eleições diretas para Prefeito das Áreas de Segurança e para a Presidência da República.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício de congratulações à nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes, presidido pelo acadêmico Gabriel Inácio Kravchychyn.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez os estudantes universitários pontagrossenses dão um exemplo de democracia, com a escolha pelo voto direto da nova Diretoria, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O DCE da UEPG, filiado à União Paranaense dos Estudantes - UPE, tem uma importância histórica na definição dos rumos do movimento estudantil paranaense, constituindo-se numa das maiores entidades do gênero do Estado. Temos a certeza de que esta nova gestão, encabeçada pelo acadêmico Gabriel Inácio Kravchychyn saberá conduzir os estudantes de Ponta Grossa, no sentido das conquistas de melhorias na qualidade do ensino e da democratização da universidade.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao presidente eleito da Argentina, dr. Raul Alfonsín.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

As eleições gerais realizadas em 30 de outubro na Argentina, representam o fim de um longo período de obscurantismo, que resultou em milhares de mortos e desaparecidos, em uma economia em situação quase caótica.

Mas tudo isto não foi suficiente para abater as tradições democráticas da nação argentina, que deu uma demonstração de civismo ao mundo inteiro, em especial à nossa sofrida América Latina. Estas eleições são também um exemplo para nós brasileiros, de que, nos momentos mais difíceis da vida nacional, nada melhor do que restituir-se ao povo seu direito legítimo de determinar os rumos da Nação.

A vitória incontestável do dr. Raul Alfonsín, e de seu partido, a União Cívica Radical representa a clara vontade de mudanças do povo argentino, no sentido da conquista de uma pátria soberana e democrática.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao excelentíssimo senhor Francisco Cunha Pereira Filho, pelo transcurso do 23.º aniversário da Sociedade Rádio Emissora Paranaense, Canal 12, da qual é jornalista-diretor.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Devemos registrar, neste momento, o nosso reconhecimento aos relevantes serviços na área da comunicação social, e integração do povo paranaense, desenvolvido pela equipe do Canal 12.

Um serviço de conteúdo e interesse público, cristalizado nos momentos de alegria e tristeza da gente paranaense, como nas eleições majoritárias e no episódio recente das enchentes.

Nesta linha, auguramos que os ventos da democracia continuem a empolgar os homens e as mulheres da comunicação, na formação de uma cultura e de um Estado justo, fraterno e futuroso.

São 23 anos dedicados ao desenvolvimento das potencialidades do Paraná e que têm desta Casa o respeito, o apoio e a sincera consideração.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de emancipação política do município de Campo do Tenente.

Requeiro outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao excelentíssimo sr. prefeito municipal e ao sr. presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem do 23.º aniversário de fundação da TV Paranaense Canal 12.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à organização supra citada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido em ata um voto de congratulações ao dr. José Vicente Elias, diretor superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, pela indicação do sr. Justo Eris Almada, diretor do Entrepósito de Depósito Franco do Paraguay, para compor o conselho de usuário daquela autarquia.

Nosso requerimento encontra ampla justificativa se levarmos em conta que o grupo paraguaio, liderado pelo sr. Justo Eris Almada, representa a nova força de nossas exportações pois somente neste ano movimentaram a expressiva quantidade de 500 mil toneladas através do Porto de Paranaguá. Além desse fator estão construindo um gigantesco silo horizontal com capacidade para armazenar 120 mil toneladas de grãos, em cuja obra serão investidos cerca de 3.500.000 dólares.

Esse empreendimento deverá também beneficiar a própria Administração do Porto, porquanto durante a entressafra o silo ficará à sua disposição para ensilagem de produtos a seu

critério.

Nessa época de recessão significa o máximo de confiança de produtores estrangeiros na política econômica de nosso governo.

Das mais felizes portanto foi a indicação feita pelo dr. José Vicente Elias ao seguir orientação do Ministério dos Transportes de que o Conselho de Usuários deve dedicar-se ao próprio usuário e no caso em tela nada mais lógico de que um dos mais importantes fazer parte do conselho.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos srs. dr. José Vicente Elias, Superintendente da APPA e Justo Eris Almada, no mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, voto de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, pela Semana de Evangelização, realizada nesta Capital.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, se dê ciência ao Pastor Hidecazu Takayama.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após aprovação do Plenário, REQUER seja inserido em ata um voto de regozijo às autoridades constituídas e ao povo de Antonina, pelo transcurso do 186.º aniversário de emancipação política daquele município, ocorrido no dia de ontem.

A cidade de Antonina se destaca no litoral como uma das mais belas, atraindo milhares de turistas durante todo o ano, que buscam naquela cidade momentos de lazer e tranquilidade.

O povo de Antonina é profundamente hospitaleiro e notabiliza-se pelas amabilidades dispensadas aos turistas que se encantam cada vez mais, na medida que vão conhecendo os usos e costumes do capelista.

O tradicional município de Antonina continua com tudo o que a natureza lhe deu, suas belezas naturais e o seu porto vem prestando importantes serviços ao nosso Estado, recebendo o carvão, tão necessário às nossas indústrias e também toras de madeira, muito importantes para o nosso desenvolvimento industrial.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao sr. Joubert Gonzaga Vieira, digno prefeito do município e ao vereador Gilberto Rodrigues, presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado abaixo-assinado, com fundamento no art. 134, parágrafo primeiro, inciso IV, do Regimento Interno, REQUER que, após deliberação do soberano plenário deste Legislativo, conste da ata dos trabalhos desta sessão, voto de regozijo pela passagem do 90.º aniversário do advogado Sobral Pinto, ocorrido no último dia 5 do corrente mês.

Sobral Pinto nasceu em Barbacena, em 1893, e formou-se advogado em 1922. Desde então vem travando uma heróica e permanente batalha em defesa dos direitos humanos. A partir de 1936, passou a defender os presos políticos perseguidos pelos governos totalitários que se sucederam neste País.

Pensador católico de largo tirocínio não teve dúvidas em

defender, em 1936, o líder comunista Luiz Carlos Prestes. Sobre o episódio declarou recentemente à imprensa que lutou "contra tudo e contra todos para que lhes fosse restituída a dignidade humana". E encerrou: "Nunca fui tão religioso como com esta atitude, em toda a minha vida".

Os brasileiros estão prestando significativas homenagens ao advogado Sobral Pinto, reconhecidas pela obra e pelas atitudes corajosas desse homem ímpar, que o mundo livre reconhece como sendo o verdadeiro "advogado da liberdade".

Jamais se curvou ante os poderosos.

EE ao completar 90 anos de idade oferece ao povo intensa lição de humildade ao afirmar:

"Quando olho para trás, ao longo desses 90 anos, vejo que fiquei muito aquém, mas muito aquém mesmo do que poderia ter sido. Por preguiça, por egoísmo ou por não manter tão viva a esperança que a fé religiosa me dá, não cumpri minha missão como deveria. Poderia ter sido mais útil ao meu País, Vejo também muita coisa que fiz de que, hoje, me envergonho. Não quero falar delas: seria lembrar sofrimentos terríveis que me custaram lágrimas de sangue. Queria apenas a amizade dos meus concidadãos. Não sei se a tenho, mas queria dar a todos a noção de uma pessoa enérgica, intransigente, mas compreensiva, que odeia o pecado mas ama o pecador".

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do cinquentenário de fundação do Colégio Sagrada Família, de Ponta Grossa.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa de Leis, seja dada ciência à direção daquele educandário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O tradicional Colégio Sagrada Família, de Ponta Grossa, comemora neste mês de outubro os 50 anos de sua instalação. Iniciativa pioneira de três irmãs da Congregação da Sagrada Família de Maria (Irmãs Joanina, Melânia e Boleslava) no distante ano de 1933, esta instituição de ensino é, hoje, uma realidade e motivo de orgulho para os pontagrossenses, pelo muito que contribuiu moldando e ajudando a formar inúmeras gerações, sempre com dedicação, trabalho, abnegação e muito amor, próprio dos que devotam a vida à arte de educar.

É com imensa alegria que assinalamos o transcurso do Jubileu de Ouro da Sagrada Família, alegria que partilhamos com a comunidade de Ponta Grossa, que reconhece o esforço empreendido por aqueles que construíram o prestígio deste educandário, seja pelo seu crescente número de alunos, seja pela qualidade de seu ensino. Em particular, reconhecemos e destacamos o trabalho desenvolvido pelas Irmãs Superiores da Congregação da Sagrada Família de Maria.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso dos 250.^o aniversário de Morretes.

A Vila de Morretes, nome que se originou no fato de estar a cidade cercada por pequenos morros, de onde surgiu o diminutivo de "Morretes", teve seus primitivos habitantes no ano de 1646. Eram aventureiros e mineradores vindos de São

Paulo à procura de ouro nos rios da região.

Porém, somente em 31 de outubro de 1733, a Câmara de Paranaguá procedeu a demarcação das terras para o futuro povoado.

A Vila foi criada em 01 de março de 1841, pela Lei Provincial número 16, de São Paulo, e em 05 de julho do mesmo ano foi desmembrado de Antonina. Pela Lei Provincial número 188, de 24 de maio de 1869, recebeu a denominação de Nhundiaquara, mas, logo no ano seguinte, por força da Lei número 227, voltou a denominar-se Morretes, ano em que também recebeu os foros de cidade.

Berço de personalidades ilustres de nosso Estado, entre outros: de Rocha Pombo, romancista e pensador; João Turim, escultor; Frederico Lange de Morretes, pintor de renome; João Rodrigo de Freitas, escritor e jornalista; Theodoro de Bona, pintor de renome internacional e outros nomes que são motivo de orgulho aos morretenses.

Hoje, decorridos 250 anos de sua fundação, Morretes é uma das cidades mais simpáticas e atraentes de nosso litoral, recebendo grande número de turistas em função de seu povo hospitaleiro e pelas suas belezas naturais, destacando-se o Pico do Marumbi e a queda d'água denominada "Véu da Noiva".

O Poder Executivo do município é exercido pelo dinâmico prefeito Orlando Conforto e Vice o sr. Alaor Silvério. O Legislativo é composto pelos vereadores: Odair Conforto, presidente da Câmara; Osvaldo Ferreira Alves, vice-presidente; Mauro Gilberto dos Santos, Primeiro Secretário; Lucídio Gonçalves, Segundo Secretário e membros: Luizito Wicthoffat, Luiz Carlos Matoso da Silva, Remi Waldir do Pilar Duszczak, Luiz Pazinato e João Carlos Terbeck.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência aos srs. Orlando Conforto, prefeito municipal, e Odair Conforto, presidente da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido em ata desta sessão, voto de regozijo ao Diretório Central de Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela realização das eleições para composição da nova diretoria, através de voto direto dos integrantes do Corpo Discente daquela instituição, expressos nas pessoas do acadêmico Flávio Madalozzo Vieira, atual presidente, e do acadêmico Gabriel Inácio Kravchychyn, presidente eleito, extensivo respectivamente aos seus companheiros de administração estudantil universitária.

Requer que, desta decisão, seja dada ciência aos homenageados, através daquela Universidade, sita à Praça Santos Andrade, s/n, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de louvor ao jovem Rodrigo Augusto Barnabé, que se sagrou campeão master do Circuito Sul Américo de Tênis, para as idades de 15 e 16 anos, realizado no Rio de Janeiro.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado, através da Secretaria de Estado das Finanças, ao presidente do Banco do Estado do Paraná, veemente apelo no sentido da manutenção da agência daquele banco no Município de Rio Bom.

Prende-se o pedido ao fato de que notícia recentemente veiculada no jornal "Tribuna da Cidade", de Apucarana, dava conta que aquela agência, que é o único estabelecimento bancário existente no município, estava para ser desativada. Tal medida, além de representar considerável retrocesso para as atividades particulares e comerciais da população atingida, seria a negação de todos os princípios que levam à constituição de um banco legado ao Governo do Estado, pois se estaria deixando de lado os interesses de um considerável segmento da população, com o intuito único de se obter lucro contábil em detrimento de interesses populares.

Como alegação final, é de se considerar que a mencionada agência do Banestado, não apresenta déficit, como outras cujo fechamento não se cogita.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de ofício à excelentíssima sra. secretária da Educação do Estado, solicitando a implantação de quinta a oitava séries do Primeiro Grau, na Escola São Pedro do Sabará, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz, tendo em vista que o Bairro do Sabará é um dos mais populosos da cidade, e a Escola São Pedro do Sabará possui clientela escolar, dos bairros vizinhos, tais como: Bom Sucesso, Santa Luzia, Santo Antônio, Chapada e Núcleo Santa Luzia.

O estabelecimento possui excelente prédio escolar com real capacidade para atender os futuros alunos, que de antemão prevemos para início de funcionamento quatro turmas de quintas séries.

Neste sentido é que apelamos para que os nobres deputados dêem apoio necessário para a sua aprovação.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado ofício de congratulações ao Governador do Estado e ao presidente da UPE, pelo sancionamento da lei que devolve à UPE seu patrimônio imóvel e a reconhece como entidade de utilidade pública, ambas aprovadas por esta augusta Assembleia.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A devolução do patrimônio da UPE e seu reconhecimento representam um marco histórico na luta dos estudantes universitários paranaenses, que tiveram em 1969 sua entidade fechada, e suas principais lideranças presas, perseguidas ou exiladas. Somente a intransigência do Governo Federal insiste em não reconhecer o direito constitucional dos estudantes de orga-

nizarem-se em suas entidades estaduais e nacional, numa prática já superada pela história. Além disto, o fato reveste-se de maior importância ainda, pois representa o cumprimento de compromissos assumidos pelo Governador José Richa durante a recente campanha eleitoral, a exemplo das já atendidas reivindicações dos universitários de participação no Conselho Estadual de Educação e as eleições realizadas para diretores das escolas estaduais.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado abaixo-assinado, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Diretor de Programas de Complementação da Habitação, do Banco Nacional da Habitação, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias visando a redução da tarifa de esgotos de 100 para 50 por cento da tarifa de água.

Através da Portaria 62/80, o BNH permitiu que a Sanepar cobrasse a tarifa de esgotos na base de 100 por cento do valor da tarifa de água paga pelos consumidores. Esse percentual entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 1981, conforme permissão contida na referida portaria.

Desde então, os consumidores vêm protestando em todos os municípios paranaenses, principalmente naqueles em que o serviço de água e esgoto já tinha sido implantado, total ou parcialmente, por empresas municipais ou pela própria administração municipal e cujos acervos foram transmitidos à Sanepar, como ocorreu na cidade de Ponta Grossa.

A tarifa de esgotos é considerada por todos como excessiva. Atualmente o consumidor que paga por exemplo, dois mil cruzeiros pela utilização da água, é obrigado a pagar igual importância a título de tarifa de esgotos.

O órgão estatal não leva em consideração os custos gerados na produção da água tratada e na manutenção da rede de esgotos. Os primeiros, evidentemente, são maiores que os segundos. Portanto, não se justifica que as tarifas sejam matematicamente iguais, como está ocorrendo.

As manifestações de protesto se multiplicam no interior, como já ocorreu com a Câmara Municipal de Ponta Grossa, que aprovou por unanimidade requerimento neste sentido, de autoria do vereador Joel Lopes da Silva, cuja cópia anexamos ao presente.

É justo, portanto, que se altere o critério de fixação da tarifa de esgotos, atendendo os interesses maiores do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao sr. secretário da Segurança, pedindo o fornecimento de uma credencial aos funcionários de Prefeituras que trabalham subordinados ao Instituto de Identificação do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários em questão viajam longas distâncias levando documentos de identidade de presos até o Posto Polo. Entretanto, não possuem sequer uma carteira que possam exibir quando interpelados e que prove estarem a serviço do Instituto de Identificação.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, REQUER depois de

ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao sr. governador do Estado do Paraná, solicitando do mesmo que determine a realização de estudos visando a redução da taxa de esgotos hoje cobrada pela SANEPAR na ordem de 100 por cento sobre o consumo de água por usuário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Desde o início de nosso mandato legislativo, vimos recebendo correspondências do companheiro Wilson Marques, de Londrina, ele que vem há muito tempo manifestando-se contrariamente à atual taxa de serviço de esgotos cobrada pela Sane-par na ordem de 100 por cento sobre o consumo de água.

Este assunto, inclusive, já motivou um requerimento deste deputado ao sr. secretário do Interior em 30 de junho do corrente ano, ocasião em que o sr. secretário nos respondeu informando que esta taxação baseia-se no Decreto Federal número 82587 de 06 de novembro de 1978, que diz em seu artigo 19: — "O volume de água residuária ou serviços será servido com base no consumo de água pelo mesmo usuário".

Diante desta informação, voltamos à carga com algumas considerações sobre o assunto. Senão vejamos: ao verificarmos as contas de água e esgoto de Campinas, Piracicaba e Paraguaçu Paulista, pudemos constatar que a taxa de esgoto naquelas cidades situa-se em torno de 35 por cento sobre o consumo de água.

Além disso, este assunto vem tratado de forma a não deixar margem de dúvidas no "Manual de Hidráulica", Vol II do prof. José M. de Azevedo Netto, no capítulo destinado a "Sistema de Esgotos Sanitários", que nas páginas 593 e 604 situa de forma concisa estar em "0,80 a relação entre a quantidade de esgotos encaminhados aos coletores e o volume de água fornecido pela rede pública.

O que pretendemos com estas considerações é que o governo, democraticamente eleito para o Estado do Paraná, estude alternativas de melhorias para o povo paranaense, o que poderia ser encaminhado, neste caso, através de estudo comparativo com os sistemas das cidades citadas.

A proposição que ora apresentamos não pretende entrar no mérito da legalidade do decreto citado inicialmente, mas pretende que não nos atrelemos a tudo que nos vem de cima e acreditamos que neste caso especificamente há possibilidade de, com boa vontade e esforço da secretaria em questão, minimizarmos esse custo arcado pelos municípios paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Fernando Ghignone solicitando a construção de uma cancha esportiva para o município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo sr. prefeito do município de Curitiba, Maurício Fruet, solicitando a instituição do Passe Escolar para acesso ao transporte coletivo urbano.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Grande porcentagem da população em idade escolar já possui dificuldades no acesso às instituições escolares, em função de condições financeiras, vindo o passe escolar diminuir parte dessas dificuldades.

Diante dessas justificativas, solicitamos a instituição do passe escolar para os estudantes de Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Felipe Haj Mussi; ao Comandante da Polícia Militar, Cel. Raul Victor Lopes; e ao Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Antônio Amaury Diretrich, solicitando a instalação e criação da Corporação no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente ao excelentíssimo sr. dr. Fernando Eugênio Ghignone, secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando atenção ao pedido protocolado naquela Pasta em data de 04 de outubro de 1983, referente ao problema de viabilizar o término do Estádio "Pinheirão", reiterado em artigo publicado no "Jornal dos Municípios", em sua edição do mês de setembro.

Requer também o encaminhamento do pronunciamento feito na sessão plenária desta data, a fim de que possa a idéia da conclusão da obra ser levada pessoalmente para as devidas justificativas da parte do sr. Ernesto Costa de Souza, autor de um trabalho de solução.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente contendo votos de pesar pelo falecimento do professor JOSÉ BUENO FILHO, ocorrido no último dia 05 do corrente mês, na cidade de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do sr. DISSABURO YOKOHAMA, deixando doze filhos, ocorrido no dia 01 de novembro p.p. na cidade de Umuarama, sendo um dos fundadores daquela progressista cidade.

O mesmo nasceu a 15/04/1909 em Iwatê - Japão, veio para o Brasil em 1934. Em 1957 se radicou em Umuarama, passando desde aquela data a exercer a função de Primeiro Suplente de Delegado, permanecendo neste cargo até então ser criada a Delegacia Regional.

O acontecimento veio consternar elevada parcela da sociedade umuaramense, onde o dedicado cidadão cultivou exemplar espírito de solidariedade humana.

Desta decisão, requer, seja dado ciência aos familiares residentes à Avenida Presidente Vargas, 4994 — Umuarama - PR.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo sr. presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um mono-canal telefônico na localidade de Rancho Alegre do Oeste, município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, no município de Goioerê, é um dos mais desenvolvidos de toda a micro região da Concam, pois tem na agricultura o seu maior lastro de riqueza.

Distante mais de 19 quilômetros da sede do município, seus moradores sentem imensas dificuldades de comunicação, não só com a sede, mas também com todo o Estado, necessitando urgentemente de receber este benefício por diversas vezes reivindicado pela comunidade local.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, que se envie expediente à excelentíssima sra. secretária da Educação, solicitando à mesma a implantação do ensino de segundo grau, no Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Mais de uma centena de jovens estão sem estudo no distrito que ora solicita tal benefício, sem contar com a clientela da Comunidade de Primavera, que atualmente conta com mais de meia centena de jovens e dista apenas 5 quilômetros do Distrito de Rancho Alegre d'Oeste.

Portanto, nada mais justo é atender a reivindicação dos senhores pais, que na sua maioria são pequenos agricultores ou bóias-frias, e não têm condições de enviar seus filhos para estudarem na sede do município.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Finanças, solicitando a instalação de uma agência ou Posto Avançado do Banestado, no Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Rancho Alegre d'Oeste é um dos mais desenvolvidos de todo o Estado do Paraná e sua economia é essencialmente agrícola, distando aproximadamente 19 km da sede do município, o que onera todos os seus moradores quando necessitam da rede bancária, daí a solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à excelentíssima sra. secretária da Educação, solicitando atendimento das reivindicações solicitadas através do Ofício número 228/83, pela Inspeção Auxiliar de Ensino de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A principal reivindicação da 42a. Inspeção de Ensino de Campo Mourão, é a contratação de guardiões para as escolas, dado a total falta de segurança que as mesmas têm vivido atualmente, causando sérios prejuízos não só aos próprios públicos, mas também aos alunos que freqüentam as mesmas.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que o mesmo envie esforços para a criação do Distrito Judiciário de Rancho Alegre d'Oeste.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Rancho Alegre d'Oeste, localizado no município de Goioerê, é um dos mais importantes de todo o nosso Estado, pela sua produção agrícola que é uma das mais prósperas de nosso Estado.

Seu povo deseja muito quer a criação do Distrito Judiciário, o que virá a resolver sérios problemas que hoje o mesmo enfrenta dado as distâncias que separam a sede do Distrito e a sede da comarca, que é Goioerê.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja avaliado através de estudos, a viabilidade de se destinar recursos para a conclusão do Terminal Rodoviário, localizado no município de Terra Boa.

Tal obra tem seu imprescindível valor, a toda a comunidade, tendo em vista ser um ponto de embarque não apenas de uso daquele município, mas também de toda aquela imensa região, onde circulam diversos ônibus. Ademais, a paralisação do terminal, por mais tempo, implicará na possibilidade de maiores prejuízos, já que parte do material empregado poderá se tornar imprestável.

Pelas razões expostas, é essencial que se adote medidas capazes de assegurar o término da referida obra, assim com seu funcionamento condizente com o porte de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima sra. superintendente da Fundepar - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, no intuito de que sejam destinados materiais escolares para a Escola Vila Rica do Espírito Santo e para o Colégio Santo Inácio de Loyola, pertencentes à Rede Estadual, localizadas na municipalidade de Fênix.

Encontra-se atualmente aqueles estabelecimentos vivenciando algumas dificuldades pela falta de quase todos os tipos de materiais escolares, não podendo adquiri-los por falta de recursos financeiros. Além do mais, é imprescindível que sejam destinados com urgência os materiais, já que, sem os mesmos, continuarão aquelas duas escolas, sem uma estrutura condizente para poder oferecer uma educação de maior qualidade e portanto, mais eficiente.

Neste sentido, pelas razões ora discorridas, espera-se o pronto atendimento do que é pedido, beneficiando diretamente os professores e estudantes, em especial.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja adotada, através de estudos, medidas mais seguras quanto à distribuição de agasalhos e produtos alimentícios às pessoas em estado de carência.

De iniciativa do sr. Antônio Correia Lima, residente no Município de Juranda, tal solicitação tem o objetivo fundamental de assegurar a entrega e distribuição igual, tendo em vista que, recentemente, tais entregas têm sido um tanto que injustas, havendo até mesmo informações de que pessoas foram beneficiadas com quantias maiores, sendo que outras não obtiveram absolutamente nada.

Torna-se necessário o devido encaminhamento de medidas que possam contribuir para a eliminação do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao excelentíssimo sr. Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a implantação de uma linha de ônibus ligando a cidade de Colorado a Curitiba, diariamente.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O atendimento da solicitação acima, por parte da Secretaria de Estado dos Transportes, viria beneficiar milhares de pessoas que residem atualmente, não só no município de Colorado, como também em Paranacity, Cruzeiro do Sul e Uniflor. Graças à grande expansão econômica e agrícola da região, a implantação dessa ligação, via ônibus diretamente com a Capital, estaria plenamente justificada.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no intuito de que seja autorizada a liberação de recursos para o término das obras no Ginásio Municipal de Esportes localizado em Terra Boa.

Encontra-se atualmente inacabada a construção daquela praça de esportes, há aproximadamente dez meses, e que já proporcionou um prejuízo na ordem de Cr\$ 40 milhões, segundo estimativas da administração daquele município.

De iniciativa do excelentíssimo sr. Elso Garcia Segura, chefe do Executivo Municipal, este coloca as constantes manifestações dos habitantes que estão a exigir a conclusão imediata daquela obra. Ademais, não obstante aos prejuízos, é imprescindível o reinício da construção daquele Centro Esportivo, tendo em vista que viria dotar Terra Boa de um local onde a juventude em especial pudesse praticar inúmeras modalidades, preparando-os com melhores conduções para as disputas em diversos níveis.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja avaliado, através de estudos, a possibilidade de se proceder a pavimentação asfáltica no trecho compreendido entre o município de Fênix ao Distrito de Bela Vista do Ivaí.

Trata-se de um pedido que inegavelmente vem de encontro às aspirações das populações de ambas as localidades, que totalizam mais de dez mil moradores de uma região eminentemente agrícola. Ademais, tal obra quando concretizada, irá por certo permitir que os cultivos agrícolas, sustentáculo daquela economia, sejam escoados com maior rigidez e facilidade, em especial.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado do Interior, no sentido de que haja a realização de estudos objetivando avaliar formas de combate à erosão, localizada no Distrito de Bredópolis, pertencente à municipalidade de Janiópolis.

De iniciativa do excelentíssimo sr. Neurides Valber Brero, prefeito municipal de Janiópolis, este afirma, conforme correspondência, a urgência em tomar providências, tendo em vista que a desagregação do solo coloca em constante ameaça de desmoronamento de residências, bem como os prédios onde funcionam repartições de atendimento ao público, levando a administração daquele município a aplicar consideráveis gastos, sem no entanto obter grandes êxitos.

Solicita também aquela administração a inclusão de Janiópolis, no Programa de Combate à Erosão Urbana, já anunciado por essa Pasta, o que por certo possibilitará a ampliação de mecanismos a serem utilizados contra a erosão.

Pelas razões expostas, faz-se necessário que sejam tomadas medidas, visando a eliminação do que ora é discorrido.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio, após ouvido o Plenário, de expediente ao excelentíssimo sr. Governador do Estado do Paraná, dr. José Richa, e à excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, em que solicita a edição de Decreto, ainda este ano, disciplinando e padronizando as Carteiras de Identidade Estudantil nas Escolas Estaduais de Primeiro e Segundo Grau e nas Faculdades e Universidades Estaduais, sob responsabilidade,

respectivamente da União Paranaense dos Estudantes do Primeiro e Segundo Grau (UPES) e a União Paranaense dos Estudantes (UPE).

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A juventude estudantil tem sido, ao longo destes últimos vinte anos, vitimada pela falta de liberdade e pela perseguição política dos detentores do Poder.

Somente com a retomada do processo histórico pelas forças democráticas é que esta tendência passa a ser revertida. Exemplos disto têm caracterizado a ação social do nosso Governo Estadual, com o apoio da bancada peemedebista, e outras vezes por sua iniciativa. Aí está a participação discente no Conselho Estadual de Educação, as eleições diretas nas Escolas de Primeiro e Segundo Grau do Estado, e a devolução da sede histórica da UPE.

Justamente nesta linha de intervenção é que se coloca, hoje, o imperativo de avançar ainda mais neste trilho da devolução dos direitos políticos do estudantado. Ninguém desconhece as dificuldades materiais vividas pelo movimento estudantil paranaense, agravadas com medidas orientadas pelo MEC que subtraem, exemplo gratia, o benefício da meia-entrada para estudantes nos cinemas em todos os horários e, por conseguinte, inviabilizam uma das principais fontes de recursos das entidades estudantis estaduais, além de retroagirem no acesso de nossos jovens ao lazer e à cultura. Demonstrativo desta situação financeira de nossas entidades estudantis são os insistentes pedidos, junto ao governo do Estado e ao Legislativo, de subvenções para fazerem frente aos compromissos inadiáveis.

Buscando superar esta situação e restabelecer um direito legítimo das entidades de representação estudantil é que propomos ao Executivo Estadual (só não o fazemos na forma de um projeto de lei em função do recesso legislativo que inviabilizaria este benefício já para o próximo semestre letivo) a edição de um Decreto revertendo à UPE e à UPES a emissão de Carteiras de Identidade Estudantil, que hoje, na mais das vezes, são confeccionadas pelas direções das escolas. Entendemos que esta será uma medida de justiça à tão combativa categoria dos estudantes, sem vir em detrimento de nenhum serviço que somente o Estado possa prestar. Naturalmente, o decreto, em sendo atendido nosso requerimento, norteará, já que saído de uma negociação ampla entre os estudantes e o Governo, todas as questões atinentes ao problema.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio, após ouvido o Plenário, de expediente às lideranças dos partidos no Congresso Nacional, em que solicita o pedido de apreciação em caráter de urgência, do projeto que dá nova versão à Lei de Segurança Nacional, a ser submetido àquela Casa de Leis e oriundo da Presidência da República.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A introdução de novas perspectivas e a própria revogação da Lei de Segurança Nacional, tem sido tema prioritário na discussão processada pela sociedade civil organizada.

Particular importância assume, neste instante, a iniciativa da Presidência da República de introduzir conceito parcialmente diferenciado de segurança, pelo qual a lei exclui os ditos delitos de imprensa, sujeitando-os à Lei de Imprensa e à Justiça

Comunicação e de ordem de serviço do Ministério da Justiça

No Paraná esta nova disposição vem de encontro à já antiga luta pela libertação do cidadão Juvêncio Mazzarollo, preso por crime de opinião e com pena ampliada. Trata-se da perspectiva concreta de resgatar os direitos públicos e individuais do cidadão, da necessidade de processarmos com a máxima urgência a revogação dos dispositivos cerceadores do livre exercício da comunicação social e da opinião.

Enfim, está nas mãos do Congresso Nacional, a tarefa de colocar em liberdade, significativo contingente de presos políticos no Brasil, com promissos de concretizar o retorno ao estado de direito e devolução de liberdades políticas as mais amplas.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, solicitando a implantação do Pré-Escolar na Escola "Rivadavia Vargas", Ensino de Primeiro Grau, na cidade de Piraf do Sul.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz tendo em vista que Piraf do Sul possui clientela em potencial para o Pré-Escolar e, a Escola "Rivadavia Vargas" — Ensino de Primeiro Grau, conta com recursos humanos habilitados, bem como espaço físico para seu funcionamento.

Neste sentido, apelo para que os nobres deputados dêem o apoio necessário para sua aprovação, uma vez que a implantação do Pré-Escolar beneficiará grandemente a comunidade de Piraf do Sul.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a tomada de urgentes medidas visando a instalação de um miniposto de Saúde na localidade de Jardim Florestal, município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população dessa localidade obtenha atendimento médico, tem que se deslocar a sede municipal. Isso lhe toma tempo mais que o necessário, além de encarecer as despesas.

O atendimento a esse pedido, virá ampliar o atual serviço médico na região, reforçando o tratamento preventivo da saúde da população.

Tais fatos, entre outros, são diariamente detectados pela comunidade. Em função disso, esta reivindicação reveste-se das prioridades que a população lhe atribui, cuja correspondência virá de encontro aos anseios populares.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde, dr. Luiz Cordoní Júnior, solicitando a instalação de um miniposto de Saúde no Distrito de Nova Altamira, localizado no Município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população desse distrito obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal. Isso lhe toma tempo mais que o necessário, além de encarecer as despesas.

O atendimento a esse pedido virá ampliar o atual atendimento da região, reforçando o tratamento preventivo da saúde da população.

Tais fatos, entre outros, são diariamente detectados pela comunidade. Em função disso, esta reivindicação reveste-se das prioridades que a população lhe atribui, cujo atendimento virá de encontro aos anseios populares.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a tomada de urgentes medidas visando a instalação de um miniposto de Saúde na Vila Ponta Porã, município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população dessa localidade obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal. Isso lhe toma tempo mais que o necessário, além de encarecer as despesas.

O atendimento a esse pedido, virá ampliar o atual serviço médico na região, reforçando o tratamento preventivo da saúde da população.

Tais fatos, entre outros, são diariamente detectados pela comunidade. Em função disso, esta reivindicação reveste-se das prioridades que a população lhe atribui, cuja correspondência virá de encontro aos anseios populares.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde, dr. Luiz Cordoni Júnior, solicitando a instalação de um miniposto de Saúde no Distrito de Cruzmaltina localizado em Faxinal.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população desse distrito obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal. Isso lhe toma tempo mais que o necessário, além de encarecer as despesas.

O atendimento a esse pedido virá ampliar o atual atendimento da região, reforçando o tratamento preventivo da saúde da população.

Tais fatos, entre outros, são diariamente detectados pela comunidade. Em função disso, esta reivindicação reveste-se das prioridades que a população lhe atribui, cujo atendimento virá de encontro aos anseios populares.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a tomada de urgentes medidas visando a instalação de um miniposto de Saúde na

localidade de Vila Diniz, Município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população dessa localidade obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal. Isso lhe toma tempo mais que o necessário, além de encarecer as despesas.

O atendimento a esse pedido, virá ampliar o atual serviço médico na região, reforçando o tratamento preventivo da saúde da população.

Tais fatos, entre outros, são diariamente detectados pela comunidade. Em função disso, esta reivindicação reveste-se das prioridades que a população lhe atribui, cuja correspondência virá de encontro aos anseios populares.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde, dr. Luiz Cordoni Júnior, solicitando a instalação de um Mini-posto de Saúde no Distrito de Nova Altamira, localizado no município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população desse distrito obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal. Isso lhe toma tempo mais que o necessário, além de encarecer as despesas.

O atendimento a esse pedido virá ampliar o atual atendimento da região, reforçando o tratamento preventivo da saúde da população.

Tais fatos, entre outros, são diariamente detectados pela comunidade. Em função disso, esta reivindicação reveste-se das prioridades que a população lhe atribui, cujo atendimento virá de encontro aos anseios populares.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja dirigido expediente a sua excelência o sr. secretário de Estado da Agricultura, Claus Magno Germer, no sentido de gestionar junto à Cafe do Paraná, a fim de que sejam encaminhados a esta Casa de Leis:

a) relação dos devedores inadimplentes daquela empresa estatal;

b) montante do débito de cada devedor.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A — Telepar, encarecendo a necessidade da instalação de um telefone público junto ao Bar e Mercadoria de Acyr Miranda, na Avenida João Quirino Leal, 853, no Distrito da Fazenda Rio Grande, no município de Mandirituba.

A presente reivindicação prende-se ao fato de que o telefone mais próximo está localizado na BR-116, a uma distância de cinco quilômetros. Nada mais justo, pois, do que atender aos reclamos dessa comunidade que se vê privada de comunicação em situações de emergência.

Solicita, outrossim, que seja enviado o abaixo-assinado dos moradores daquela localidade, que segue anexo.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, o envio de expediente ao sr. Flávio Marcílio, MD. Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando em regime de urgência a votação da nova Lei de Segurança Nacional, enviada ao Congresso nesta data.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Num momento de graves crises que vivemos, a tomada de posição de segmentos do povo e da sociedade, levam sempre a um confronto com as autoridades militares.

Os delitos de opinião, por exemplo, são o alvo destes torpedos.

Casos como de Juvêncio Mazarollo, enclausurado pela Lei de Segurança Nacional, por ter defendido os direitos dos trabalhadores expulsos de suas terras pela binacional Itaipu, permanecem até hoje sem a mínima sensibilidade das autoridades governamentais, assim como de Cláudio Campos e Carlos Lessa, do Rio de Janeiro.

Juvênio não cometeu nenhum crime político e nada que escreveu significa ameaça à Segurança Nacional, apenas manifestou sua opinião, que é assegurada em qualquer país democrático.

A urgência na aprovação da nova lei, viria beneficiá-lo, que se encontra em greve de fome a 18 dias, preso na guarnição do Corpo de Bombeiros desta capital, vivendo em condições altamente subhumanas.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Sanepar - Saneamento do Estado do Paraná, através do excelentíssimo sr. secretário de Estado do Interior, para que haja a realização de estudos objetivando a implantação de um minissistema de abastecimento de água no Distrito de Arapuan, pertencente à municipalidade de Janiópolis.

Em consequência do vazamento do combustível de um posto de abastecimento, estão atualmente os lençóis de água contaminados em face de tal vazamento. Foram realizadas aberturas de novos poços, porém os mesmos apresentam índices de contaminação, deixando praticamente toda a comunidade daquele Distrito desprovida de precioso líquido.

Neste sentido, conforme iniciativa do excelentíssimo sr. Neurides Valter Brero, este tem recebido diversas reclamações dos habitantes, haja visto o problema enfrentado.

A construção de um Mini-Sistema de Abastecimento se faz necessário o mais urgente possível, a fim de possibilitar a normalização de imprescindível atendimento.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia

através do excelentíssimo sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja analisado, dentro de estudos apropriados, a viabilidade de se implantar o prolongamento da rede de energia elétrica, pertencente à municipalidade de Mamborê.

A cidade de Mamborê tem nos dias de hoje, um sistema de distribuição de energia destinada a um número reduzido de usuários, sendo que grande parte dos habitantes não usufrui de tal benefício, levando por muitas vezes, suas insatisfações à administração municipal, que em contrapartida, não tem recursos para a viabilização de tal obra. Além do mais, os custos para a execução daquela ampliação assim como o da rede de iluminação pública, estão orçados em mais de Cr\$ 12 milhões, segundo levantamento feito pela prefeitura.

Neste sentido, o pedido visa atender a solicitação do excelentíssimo sr. Ivo Bruneta, prefeito municipal, estando o proposto dentro das metas traçadas por essa Secretaria de Estado do Interior, de levar um maior número de benefícios ao conjunto da população paranaense.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. diretor presidente da Sanepar - Saneamento do Paraná, através do excelentíssimo sr. secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja avaliado a possibilidade de se proceder a instalação de uma caixa d'água na municipalidade de Juranda.

Em observação ao Plano de Ação 1983/1986, do Governo Estadual, em sua versão preliminar pode-se constatar no que diz respeito à política de saneamento, a meta futura de se introduzir novas tecnologias de saneamento básico instrumentalizadas na necessidade de descentralizar as decisões, passando essas mesmas responsabilidades para o conjunto de cada setor social.

Juranda tornou-se município a partir de 1981, desmembrando-se de Mamborê, enfrenta diversas dificuldades em face do pouco período de criação. Porém, algumas realizações são, sem dúvida alguma, prioritárias, tais como o que tange à política de saneamento.

Neste sentido, necessita urgentemente a instalação de uma caixa d'água para que então possa um maior número de habitantes (pouco mais de sete mil o total, segundo o Censo de 80) usufruir de água tratada, tendo em vista que já existe a ligação.

Pelas razões expostas, está inserido o proposto, na política do Governo e dessa Pasta, na melhoria das condições de vida dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado dos Transportes no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes a fim de possibilitar a reconstrução da ponte sobre o Rio Cavafunda, no Distrito de Palmital, pertencente à municipalidade de Boa Esperança.

Em função das chuvas torrenciais que atingiram aquela região, dentro dos diversos prejuízos, a ponte sobre o Rio Cavafunda, destituída é um dos maiores danos, dado o seu imprescindível papel de ligação do Distrito mencionado anteriormente até a cidade de Boa Esperança, deixando impossibilitado de locomoção de diversos proprietários agrícolas, especialmente nesta fase de intensa colheita e preparo do solo e conseqüente

plântio de novos cultivos desta época.

Neste sentido, torna-se necessário que urgentemente sejam tomadas medidas capazes de assegurar a pronta reconstrução de tal obra, restabelecendo a normalização daquela importante via de ligação.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, póa ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja autorizada a liberação de recursos financeiros para aquisição de materiais para a construção de pontes e bueiros, bem como a recuperação dos que estão atualmente necessitando de melhorias, na municipalidade de Juranda.

O sustáculo econômico do município de Juranda, sem dúvida alguma é a agricultura, justificada constantemente pelas grandes colheitas, neste sentido, necessita de reparos nas vias de ligação assim como a execução de novas obras. tais como pontes e bueiros, a fim de garantir o escoamento dessas riquezas de forma mais segura. Ademais, quando aquela região é atingida por fortes chuvas, fica por muitas vezes comprometido o tráfego normal em especial dos veículos e implementos agrícolas.

Torna-se de capital importância que medidas se dirijam no âmbito de proporcionar o que ora é discorrido.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, objetivando o exame sobre a possibilidade de se destinar um veículo para transportar professoras do município de Fênix ao Distrito de Bela Vista do Ivaí.

Enfrentam, atualmente, diversas dificuldades as professoras em termos de locomoção da sede daquele município até o distrito de Bela Vista do Ivaí para lecionar, tendo em vista não existir uma condução disponível. Tal situação faz com que aquelas mesmas professoras sejam obrigadas a se deslocarem através de veículo fretado, sendo que esse fato é o responsável por grandes gastos, sendo injusto tal prática e principalmente por ser incompatíveis com a faixa salarial dos docentes.

Pelas razões expostas, é importante que essa Pasta dê o devido encaminhamento voltado fundamentalmente para a eliminação da situação vivida pelo professorado.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. Governador do Estado, no intuito de que seja liberado recurso no valor de Cr\$ 2 milhões, para serem aplicados na aquisição de combustível e pagamento do funcionalismo público pertencentes ao município de Moreira Sales.

Vivencia-se nos dias atuais, uma grave crise econômica geradora de diversos problemas sociais, fruto de uma política do Governo Federal, que nada ou pouco faz para adotar diretrizes que se voltem para a eliminação dos desnveis do

poder aquisitivo da população brasileira. É sabido que dentre os inúmeros erros destaca-se a má distribuição dos impostos, onde o governo fica com mais de 80 por cento do total arrecadado, sobrando aos municípios menos de cinco por cento do total de impostos pagos pela comunidade.

Tal situação coloca os municípios em situação de profunda crise ao ponto não possuírem recursos para pagamentos dos professores ou para a colocação de combustível por exemplo na motoniveladora que necessita conservar os caminhos rurais por onde devem ser escoadas as riquezas agrícolas, fato também verificado em Moreira Sales.

Nesse sentido, conforme relato do excelentíssimo senhor Aldenizio dos Santos Maia, prefeito municipal daquela cidade, necessita urgentemente da liberação de recursos a fim de amenizar aos menos, os problemas ora verificados.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor presidente do BADEP- Bando de Desenvolvimento do Paraná, através do excelentíssimo senhor Secretário de Estado das Finanças, objetivando a criação e instalação de um Escritório Regional daquela instituição financeira, no município de Campo Mourão.

Nesta nova fase de governo que os paranaenses estão vivenciando, já é possível perceber o grandioso volume de recursos que o BADEP mantém aplicados na economia deste Estado, podendo-se dizer que o mesmo enquadra-se entre os vinte maiores bancos comerciais do País com um saldo aplicado que ultrapassa CR\$ 255.000.000,00. Em face da preocupação para com a estrutura econômica do Estado do Paraná, é amplamente possível esperar que nos próximos anos haverá uma ampliação de circulação de mercadorias e conseqüentemente de dinheiro.

Cabe observar que essa política de expansão necessita fundamentalmente da implantação de organismos do BADEP mais próximos das atividades econômicas-financeiras dos paranaenses, a chamada descentralização. Tendo em vista esse aspecto, torna-se importantíssimo que se instale um Escritório Regional do BADEP em Campo Mourão, não apenas por estar dentro dos propósitos de interiorização dessa instituição, mas pelo próprio porte da cidade e região, constituída de vinte municípios com características eminentemente agropastoris.

Pelas razões expostas, tal reivindicação é fruto das aspirações do povo daquela região, escolhendo Campo Mourão por ser Sede da COMCAM- Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor presidente da SANEPAR- Saneamento do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, no sentido de que haja uma avaliação quanto a possibilidade de efetuar a ampliação da rede que serve para o abastecimento de água, pertencente ao município de Mamborê.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Ivo Bruneta, prefeito municipal de Mamborê, este afirma, através de correspondência, a real necessidade de atualizar o sistema de distribuição

de água possibilitando a um maior número de habitantes a oportunidade de ter esse líquido de melhor qualidade. Atualmente o problema existe em face de há muitos anos não ter existido uma política voltada para a realização de obras a uma maior porcentagem de cidadãos paranaenses, assim como a atualização nesse setor com vistas a acompanhar o crescimento do Paraná, inclusive Mamborê.

Pelas razões expostas, torna-se necessário a imediata implantação de diretrizes que possam assegurar aquela coletividade os benefícios ora propostos.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes aos srs. líderes partidários, pleiteando sejam agilizadas as medidas que implantem legislação para isentar as micro-empresas do ICM, bem como das obrigações fiscais decorrentes daquela tributação.

Que da decisão, dê-se, também, ciência ao CONFAZ, e as lideranças partidárias nas Assembléias Legislativas Estaduais.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Existe tramitando no Congresso Nacional, uma proposta para modificação de dispositivo constitucional com a finalidade de possibilitar a eliminação, redução ou simplificação de obrigações administrativas e tributárias que oneram as micro-empresas, de abrangência em todo o País.

A matéria até então é regulamentada pela Lei Complementar n.º 24 de 07 de janeiro de 1975, que em seu art. 1.º e 2.º, diz o seguinte:

Art. 1.º — As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênio celebrado e retificado pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Art. 2.º — Os convênios a que alude o artigo 1.º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência e representantes do Governo Federal."

A micro empresa é altamente suscetível às necessidades da política econômica nacional. Não dispõem de recursos financeiros nem de estrutura de administração própria e adequada, nas necessidades indispensáveis para sua sobrevivência, acrescentando-se ao fato o acréscimo de uma série de ônus de natureza burocrática e fiscal. Por outro lado, observando-se o Distrito Social, o princípio filosófico no qual, no regime democrático, cabe ao governo central a alocação de mão-de-obra e, para tal finalidade além de promover obras públicas que facilitem a aplicação das disponibilidades de trabalho, há que observar uma legislação que venha de encontro com tais finalidades.

É certo que a União tenha juntamente com seus Estados Federados a necessidade de tributar para fazer frente às suas políticas. Porém, há que ressaltar que não é somente tributar que se poderá alcançar os objetivos sociais, os objetivos de crescimento e as metas de emancipação econômica e política. Para esta é necessário se voltar para as necessidades básicas de sua força de trabalho, dando-lhes um condicionamento de vida compatível com a realidade nacional como também combatível com os índices, pelo menos mínimos de sobrevivência condigna.

Portanto, a isenção de tributos como o ICM para as micro-empresas não representa tão somente uma política tributária, onde a lei seja o único objetivo.

Com esta medida, o Poder Central estaria favorecendo o crescimento da oferta no mercado de trabalho, de vez que a micro-empresa é responsável pela absorção de grande parcela de mão-de-obra no Estado do Paraná, bem como em todo o território nacional. Tal fato, nas circunstâncias de crise que passa todo o país, seria de enorme relevância para toda a população desempregada de nossa Nação que está por visualizar se perdurar a situação vigente — o recanto do desespero, o mar da desesperança e o abismo de seu futuro.

É necessário que sejam tomadas medidas que venham favorecer as micro-empresas paranaenses. Faz-se mister uma política tributária que venha possibilitar o desfogamento das micro-empresas estaduais, pois o Estado é o maior interessado na sobrevivência e no seu desenvolvimento, caso contrário o problema de desemprego se agravará e conseqüentemente os demais problemas sociais se avolumarão. Entretanto, analisando-se tão somente o lado fiscal da questão, observa-se a inexpressividade do resultado financeiro nas arrecadações de ICM alcançadas junto as micro-empresas no Estado do Paraná.

Estas empresas foram responsáveis por cerca de 1,5% da arrecadação de ICM pelo Estado do Paraná no ano de 1980, cujo universo alcança o expressivo percentual de 50% da totalidade das empresas paranaenses. Os outros 98,5% do montante global arrecadado, provém de empresas de médio e grande porte, que corresponde a mais de 40% das empresas estabelecidas em nosso Estado.

Percebe-se cristalinamente que a isenção de ICM para as empresas micro de nosso Estado, não representará grande perda financeira aos cofres estaduais, mas promoverá um grande crescimento na oferta de mão-de-obra, pois, uma vez dispensados de tais tributos poderão promover um crescimento da produção pela absorção de uma maior população trabalhadora.

Para que se possa ter, também, uma ótica diferenciada do valor da arrecadação, podendo citar a participação das micro-empresas no volume geral de operações de vendas efetuadas no ano de 1983 no nosso Estado, quando não conseguiu alferir uma posição que chegasse na casa de 1 por cento.

Mesmo sabendo-se da necessidade de uma prévia autorização da CONFAZ, conselho este ainda sobrevivente dos tempos de recessão e autoritarismo que atravessou a nossa Nação, para se reformular os tributos por força da já citada Lei complementar n.º 24, não podemos deixar que essa situação perdure por mais tempo.

Poder-se-ia citar o fato de sensibilidade com que já se tocou o governo federal, quando através do Decreto-Lei n.º 1.780, concedeu isenção do imposto sobre a renda das empresas de pequeno porte, bem como as dispensas das obrigações acessórias.

Face ao exposto, propomos a institucionalização de um diploma legal, tanto a nível estadual quanto a nível federal que regule a situação dos tributos estaduais que incidam sobre as micro-empresas, oferecendo desta forma, condições para que essas empresas possam sobreviver, e assim o fazendo, possam colaborar significativamente na manutenção e desenvolvimento da demanda de mão-de-obra, além de somarem, a maior, nas atividades econômicas de nosso Estado.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 102/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Os ex-deputados estaduais continuarão a fazer jus aos respectivos títulos e tratamentos, adquiridos quando do exercício do mandato eletivo, mesmo que os tenha adquirido na qualidade de suplente empossado.

Art. 2.º — A Carteira de Identidade Parlamentar poderá ser emitida para o ex-deputado estadual, porém com a data da

última legislatura a que pertenceu.

Art. 3.º — As homenagens póstumas aos ex-parlamentares serão realizadas durante o Grande Expediente das sessões ordinárias, com a designação de oradores, pelas lideranças partidárias.

Art. 4.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: ARTAGÃO MATTOS LEÃO, SÉRGIO SPADA, ADHAIL SPRENGER PASSOS, SABINO CAMPOS, IRONDI PUGLIESI, NESTOR BAPTISTA, EDMAR LUIZ COSTA, FIORI LUIZ, CAÍTO QUINTANA, FERRARI JÚNIOR, MÁRCIO ALMEIDA, TADEU FRANÇA, GERNOTE KIRINUS, RUBENS BUENO, ROBERTO REQUIÃO, ANIBAL KHURY, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA e PAULO FURIATTI.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 103/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica revogado o parágrafo segundo do artigo primeiro, da Resolução n.º 37/81.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de resolução é revogar o § 2.º do art. 1.º, da Resolução 37/81, o qual dá nova redação ao art. 73 do Regimento Interno.

Tal dispositivo faculta à presidência da Mesa antecipar a sessão plenária de sexta-feira para quinta-feira, após a sessão ordinária.

Considerando o elevado volume de matéria legislativa que tramita nesta Casa, bem como o intertício regimental interposto para sua apreciação em plenário, não se justifica a abolição de um dia útil da semana onde poderia ser realizada uma sessão plenária.

Visando minorar os prejuízos que tal medida vem causando à fluência da matéria legislativa, é que vimos a interpor o projeto em tela.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 104/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir medalhas, para a premiação do "Comerciário do Ano" e do "Operário Padrão".

§ 1.º — O "Comerciário do Ano" será o que for laureado com o primeiro lugar no concurso "Comerciário do Ano", promovido pelo Serviço Social do Comércio - SESC, Administração Regional.

§ 2.º — O "Operário Padrão" será o que for laureado com o primeiro lugar na campanha do "Operário Padrão", realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, e o Serviço Social da Indústria - Sesi, em colaboração com os jornais "O Globo" do Rio de Janeiro e "O Estado do Paraná", de Curitiba.

Art. 2.º — A Comissão Executiva, através de decreto legislativo, estabelecerá os critérios para a regulamentação e demais disposições para a concessão da referida homenagem, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da presente resolução.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Os concursos que escolhem o "Comerciário do Ano" e o "Operário Padrão", se constituem em iniciativas que buscam incentivar os que, em suas atividades profissionais, atingem elevados níveis de produtividade. Desta forma, além da ascensão funcional, contribuem de maneira decisiva para a construção de uma economia forte e geradora de progresso. Diante do momento crítico em que vivemos, onde todos os segmentos da Nação clamam por mudança na política econômica, pondo fim à recessão e retomando o processo produtivo, enfim, voltar a crescer, gerar riqueza e empregos, ou seja, garantir a todos o sagrado direito de trabalhar, é extremamente oportuno que esta Casa de Leis também participe deste estímulo ao trabalho, aos trabalhadores, àqueles que produzem a riqueza desta Nação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 201/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — A estrutura dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa passa a ser a constante do anexo I, desta lei.

Art. 2.º — As transformações dos cargos e respectivas vantagens da atual estrutura, terão a seguinte equivalência:

I — Diretor Geral Secretário Geral

II — Diretores de Departamento,

Diretor de Gabinete da Consultoria

Legislativa e Tesoureiro Geral Secretário

III — Serviços autônomos, Coordenadorias

e Sub-Tesouraria Coordenador

IV — Chefes de Divisão e Seção Chefes de Setores

Art. 3.º — Para a complementação da estrutura mencionada no artigo 1.º desta lei, ficam criados os seguintes cargos em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa:

2 (dois) cargos de Secretário - Símbolo DAS-3

9 (nove) cargos de Coordenadores - Símbolos DAS-4

Art. 4.º — Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder por Decreto Legislativo as alterações de denominações dos cargos que compõem a estrutura criada por esta lei, fixando-lhes as atribuições.

Art. 5.º — As despesas decorrentes desta lei correrão à conta da verba orçamentária própria destinada à Assembléia Legislativa e constante no Orçamento Geral do Estado.

Art. 6.º — Esta lei vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1984, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoiamento: ADHAIL SPRENGER PASSOS, FERRARI JÚNIOR, NILSO SGUAREZI, TADEU LÚCIO MACHADO, MÁRCIO ALMEIDA, FIORI LUIZ, SÉRGIO SPADA, NESTOR BAPTISTA, IRONDI PUGLIESI, SABINO CAMPOS, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, RUBENS BUENO, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, EDUARDO BAGGIO, TADEU FRANÇA e PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, intencionamos dotar a Assembléia Legislativa de mecanismos realmente eficazes ao cumprimento das responsabilidades cometidas ao Poder Legislativo, que atualmente se ressentem de melhor organização para atingir as finalidades exigidas.

PROJETO DE LEI N.º 202/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Os Reitores e Vice-Reitores de Fundações Universitárias instituídas pelo Estado do Paraná, serão eleitos

pelo voto direto e secreto da comunidade universitária, obedidos os seguintes procedimentos:

I — o mandato dos dirigentes será de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição;

II — O voto será facultativo;

III — Qualquer membro do corpo docente da comunidade universitária poderá ser votado.

Parágrafo único. Para os fins estabelecidos nesta lei, considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente, do corpo discente e quadro de servidores, em pleno exercício de suas funções.

Art. 2.º — Na eleição de que trata o art. 1.º desta lei, os votos de cada categoria descrita no parágrafo único do artigo anterior serão multiplicados por coeficientes calculados em função do número de votantes em cada grupo da comunidade universitária, de modo que as votações totais de cada uma das três categorias, uma vez ponderadas, sejam equivalentes.

Art. 3.º — Ficam respeitados até o seu término os mandatos em curso dos dirigentes universitários de que trata o art. 1.º desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O desejo de mudança e o anseio por democracia foram os grandes vitoriosos das últimas eleições e expressão maior dos votos que conduziram José Richa ao Palácio Iguçu.

Cioso dos compromissos de campanha e disposto a atender às justas reivindicações dos paranaenses, o PMDB, no Poder, tem buscado confirmar no dia a dia a prática de um governo aberto, participativo e democrático.

Tal foi a intenção, plenamente concretizada, ao serem realizadas as eleições para a escolha dos diretores das escolas de primeiro e segundo graus.

A eleição, pelo voto direto e secreto, dos Reitores e Vice-Reitores, é antiga e sentida reivindicação da comunidade universitária.

A concepção participativa de governo, além da transparência dos atos e realizações, implica em uma constante e crescente redução do distanciamento entre a comunidade e os administradores. A participação direta de professores, estudantes e funcionários na escolha das direções de nossas instituições de ensino de nível superior é mais um passo nesta direção e só contribui para uma gestão democrática da universidade.

Nossa intenção, ao apresentarmos este projeto de lei, é de exatamente regulamentar legalmente tal procedimento. Desta forma, o Poder Legislativo se soma ao imenso esforço de toda a sociedade para a construção da democracia e por uma crescente participação popular na administração pública.

PROJETO DE LEI N.º 203/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 8.º da Lei n.º 6636/74, de 29 de novembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º — As entidades integrantes da administração indireta, com exceção do Banco do Estado do Paraná S/A — Banestado e Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — Badep, vinculam-se às Secretarias de Estado, conforme consta do Título IX desta lei, sujeitando-se à fiscalização e controle organizado que, não infringido o teor da autonomia caracterizada nos seus respectivos atos de criação, permitam, eficazmente, a avaliação do seu comportamento econômico e financeiro e à análise periódica dos seus resultados com cotejo com os objetivos do Governo".

Art. 2.º — Ficam suprimidas as alíneas "a" e "b" do item III do Art. 118 da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974.

Art. 3.º — O Banco do Estado do Paraná S/A — Banestado e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — Badep, mantidas suas atuais estruturas organizacionais estatutárias de entidades integrantes da administração indireta, ficam vinculadas diretamente ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 4.º — Os atos correspondentes à vinculação prevista nesta lei, e demais providências, serão formalizados através de decreto governamental a ser baixado 60 dias após a publicação desta lei.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei estamos propondo a vinculação direta do Banestado e do Badep, ao Chefe do Poder Executivo.

Tal proposição tem como fundamento que atualmente o Badep vem sendo dirigido pelo Vice-Governador do Estado, e de acordo com a organização e sistemática da administração pública estadual - Lei 6636/74, aquela instituição financeira se encontra vinculada e subordinada à Secretaria das Finanças, ocorrendo assim uma quebra de hierarquia dentro da estrutura organizacional do Estado.

A vinculação direta ao Poder Executivo, do Banestado e do Badep, é uma imposição que se faz necessária, já que aqueles organismos financeiros do Estado pela sua própria estrutura se constituem em organismos com dimensões de abrangência de uma Secretaria de Estado.

Nestas condições é que esperamos que o presente projeto de lei receba a aprovação e o apoio desta Casa como uma medida auxiliar para a melhor administração do bem público em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N.º 204/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a FREI — Fundação de Recuperação do Indigente, das taxas de energia elétrica, água e saneamento.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A FREI é uma entidade assistencial, declarada de utilidade pública a nível federal.

Atende grande parte da população carente de Curitiba e região metropolitana.

Hoje, devido ao êxodo rural, cujo contingente de mão-de-obra desqualificada vem inflando as periferias das grandes cidades e devido ainda o elevado índice de desemprego, com a sua conseqüente indigência, o número de pessoas que têm procurado a FREI aumentou sensivelmente, gerando portanto, sérias dificuldades.

Muitas delas, quase todas migrantes de zonas rurais, sem quaisquer qualificações, razão pela qual não encontrando trabalho, acabam nos albergues e, posteriormente, no núcleo agrícola de Campo Magro (organismo da FREI) à procura de abrigo e alimentos.

A FEI dá assistência social, médica e dentária, além de providências relacionadas com a obtenção de documentos pessoais.

Como o número de internos aumenta dia a dia, suas instalações estão se tornando insuficientes, pois a capacidade de alojar é de 200 pessoas, número que atualmente chega a 320.

Por isso, podem os srs. deputados avaliarem as dificuldades que têm enfrentado os dirigentes daquela fundação, para dirigi-la, haja vista os elevados custos de manutenção.

Dado a nobreza do alcance social e dos objetivos alcançados pela FREI, julgamos oportunas e principalmente humanas as medidas propostas no presente plano de lei, pois a insignificância financeira que tais isenções representarão para os cofres públicos, muito significará para os assistidos daquela instituição.

PROJETO DE LEI N.º 205/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MANOEL RIBAS — APMI, com sede no Município de Manoel Ribas e foro na Comarca de Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Manoel Ribas, sociedade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei número 6994, de 10.1.78.

Tem promovido a proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, zelando pela saúde, o bem estar e a necessidade da criança e da gestante especialmente, desde sua fundação em 30 de julho de 1978.

Sempre atendeu à comunidade de Manoel Ribas, objetivando servir desinteressadamente, de forma geral e indiscriminada, caracterizando assim sua feição filantrópica.

A documentação em anexa, cuja remessa pelo prefeito municipal Valentim Darcin demonstra a importância da APMI, comprova a existência dos requisitos exigidos pela Lei de número 6994, de forma a declarar de utilidade pública a referida associação.

PROJETO DE LEI N.º 206/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ORQUESTRA SINFÔNICA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no segundo Ofício do Registro de Títulos e Documentos, sob número 31, Livro "A" de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa, em 05 de junho de 1959, e desde então vem procurando incentivar por todos os meios ao seu alcance a cultura musical, difundindo-a entre o povo em geral, visando particularmente, a melhoria do nível cultural da sociedade, patrocinando também audições em benefício da Assistência Social.

Assim sendo, apresentamos aos nobres pares o presente projeto de lei, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 207/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública "PX CLUBE DE CURITIBA", com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, 66.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

O PX Clube de Curitiba, entidade fundada em 17 de dezembro de 1978, com sede na Rua Cruz Machado, 66, nesta cidade, nesses 5 anos de atividades tem prestado relevantes serviços à comunidade, através de seus associados, que operando por meio de aparelhos de comunicação apropriados, localizados em unidades móveis ou não, não medem esforços no auxílio à coletividade, principalmente em situações emergenciais.

Operando em aparelhos apropriados, denominados "faixa cidadão" em frequência de 11 metros e com um alcance no raio de 60 quilômetros, este anônimo operador é um prestador de serviços em potencial; através deles inúmeros casos foram atendidos, dores minoradas, angústias dissipadas e amizades consolidadas.

Outra não é nossa intenção, que aquela de homenagear os operadores faixa cidadão, como reconhecimento a essa atividade tão salutar, porque só assim estaremos tornando público o intenso trabalho de apoio à comunidade desenvolvido por este grupo, que se sente despertado, espontaneamente para a ajuda e a compreensão entre as pessoas e os povos.

Nas atividades desenvolvidas pelo PX Clube de Curitiba, atenderam diversas ocorrências. Não foram poucas as vezes que auxiliaram na descoberta de pessoas desaparecidas, no envio de mensagens urgentes, na solicitação de remédios raros, pois a faixa cidadão, a partir de uma distância de 80 quilômetros tem possibilidade de se comunicar com qualquer parte do mundo.

A esse grupo prestamos nesse projeto as mais sinceras homenagens, são alguns desses heróis anônimos de todos os dias, desses abnegados de todas as horas que merecem o nosso reconhecimento e que a eles a cada dia se renove o ânimo de servir, do qual todos nós dependemos.

PROJETO DE LEI N.º 208/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO CELEPAR, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Mateus Leme, 1561.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Fundação Celepar congrega a totalidade dos funcionários da Companhia de Processamento de Dados do Paraná - Celepar, contando atualmente com aproximadamente 600 (seiscentos) funcionários, e tendo em vista os relevantes auxílios que presta à classe funcional desse órgão, sob diversas formas, bem como desde sua criação tem procurado aprimorar o bom relacionamento entre os colegas de trabalho, com o objetivo primordial de engrandecer o espírito de união existente, e nesse sentido dedica-se ao exercício pleno na realização de diversas atividades sociais, culturais e esportivas.

Pelos motivos acima citados, julgamos oportuna tal pro-

posição, considerando uma maior abrangência para as atividades que são proporcionadas por essa Fundação.

PROJETO DE LEI Nº 209/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, com sede e foro em Londrina - Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

PROJETO DE LEI Nº 210/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO AO MENOR, com sede e foro na cidade de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública encontra-se em pleno funcionamento há quatro anos, estando devidamente inscrita no Registro de Títulos e Documentos da Comarca.

Como demonstra o relatório e atividades referente ao exercício anterior, a entidade presta serviços de assistência social ao menor, cumprindo, dessa forma, as exigências legais para aquisição do título ora pretendido.

Em tais circunstâncias, apresentamos aos nobres pares o presente projeto de lei, contando com seu apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 211/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ — "ASEP", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual, reguladora da matéria.

A "ASEP" é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado com a finalidade de congrega os servidores da administração central da Secretaria de Estado da Educação, com o intuito de prestar a seus associados e dependentes, assistência social, cultural, recreativa e social.

Dessa forma, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, a Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Ricardo de Queiroz Cerqueira, ex-prefeito da cidade de Cianorte.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. presidente, srs. deputados.

Há umas 5 ou 6 semanas atrás, o prefeito municipal de Guaratuba, sr. Acyr Braga, solicitou-nos uma audiência ao sr. governador.

Essa audiência foi concedida na semana passada, e dela fez parte o sr. prefeito, o presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, vereador Alfeu, que por sua vez teve a felicidade de convidar o meu ilustre amigo, deputado estadual Adhail Sprenger Passos, que nos honrou com a sua presença nesta audiência também, e mais alguns vereadores de Guaratuba, o presidente do PMDB local, sr. Miguel Jamur, que foram ao gabinete do sr. governador com o propósito de sensibilizá-lo para a construção da Avenida Beira-Mar, projeto esse que, a grosso modo, custaria ao governo do Estado, 350 milhões de cruzeiros. Um projeto, diga-se de passagem, com todos os requisitos que um município necessita, município balneário como o de Guaratuba, para levar a bom termo um plano que, de há muito, vem sendo acalentado pelo povo daquela cidade.

E ficamos surpresos e satisfeitos, enfim, por vermos na resposta que o sr. governador deu a uma pergunta feita pelo vereador Alfeu, presidente da Câmara, que era viável a construção daquela avenida, de 4 quilômetros de extensão.

Nós fazemos este registro na sessão de hoje, para que deputados outros que agem como verdadeiras aves de rapina, não queiram intitular-se como os responsáveis por esta avenida, se, mais tarde, ela vier a ser concretizada.

O deputado Adhail Sprenger Passos, com toda razão, pode intitular-se como um dos grandes responsáveis por este acomeetimento, caso ele venha a ser conseguido. Deputado elegante, deputado que tem categoria para portar-se em qualquer ambiente.

Portando, ao deputado Adhail, a nossa homenagem, o nosso agradecimento pelo que ele muito fez para que, dessa audiência saíssemos com esperança, sobre a Avenida Beira-Mar.

Aproveitando os dois minutos e meio que nos restam, sr. presidente, srs. deputados, queremos falar um pouco sobre a sucessão presidencial.

Os jornais do Brasil inteiro, diariamente, divulgam entrevistas de deputados, senadores, governadores, políticos enfim, que se manifestam sobre a sucessão presidencial. Alguns advogando a tese da eleição direta; outros, defendendo a eleição indireta como legítima também.

Nós entendemos que, nesta altura dos acontecimentos, com as cartas do baralho já distribuídas aos srs. parceiros que vão em volta de uma mesa, tal qual um jogo, disputar a sucessão presidencial. As cartas já foram distribuídas.

Entendo eu, sr. presidente, srs. deputados, que o assunto é irreversível, que qualquer modificação, no momento, é imperitante. Entendemos que a eleição direta dá legitimidade; em contrapartida, não admitimos que, ninguém, em sã consciência, condene a eleição direta, porque ela faz parte da nossa Carta maior, da nossa Constituição do nosso País.

Nós, na qualidade de eleitores que somos, na convenção de setembro de 84, achamos legítima a nossa posição, em defendermos, também, a eleição indireta. E ontem, tivemos conhecimento, através de Brasília, num contato telefônico que com o sr. Cely Heid, que é o principal assessor do deputado federal Paulo Maluf, um dos candidatos, um dos presidentiáveis e que, se for candidato, merecerá o nosso voto, nos disse que, ontem, o sr. presidente da República sepultou as esperanças de quem, ainda, alimentaria uma eleição direta. As eleições para a presidência da República, em entrevista que ele deu ontem ao "Jornal do Brasil" e este jornal deve divulgar, hoje,

serão indiretas, e o candidato que receber o maior número de sufrágios na convenção terá o prestigamento do presidente da República.

Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao sr. deputado Gernote Kirinus, inscrito no Pequeno Expediente.

OSR. GERNOTE KIRINUS — Sr. presidente, srs. deputados.
(Lê): “ Hoje, como há dois mil anos atrás, a astúcia dos poderosos e as armadilhas usadas por estes para aniquilar a maioria oprimida não mudou muito. Disse MAIORIA OPRIMIDA, o que deve ressoar assustadoramente nos ouvidos dos privilegiados que serão sempre minorias. Toda maioria, por mais fraca que seja e quanto mais esta crescer, torna-se ainda mais temida. Por isso querem impedir que os famintos do mundo continuem crescendo e ameaçando a tranquilidade e segurança dos poderosos.

Há muito tempo, os egípcios apavorados com o crescimento do povo escravo israelita, valeram-se de mil artimanhas para impedir a multiplicação deste. Faziam a escravidão cada vez mais cruel com trabalhos forçados obrigando-os a uma produção impossível. Outra medida tomada pelos egípcios foi pedir às parteiras que matassem os varões recém-nascidos de Israel (Êxodo, 1,15—22).

No antigo Egito, não se dissimulava a crueldade de atos tão sangüinários. Exterminava-se sem dó nem piedade, com práticas rústicas de matança. Vemos assim que não é de hoje a vergonhosa fórmula de comportamento político para diminuir a natalidade nos países pobres, temíveis por seu alto índice de crescimento demográfico. Não há muito tempo, sofreremos as tentativas de aplicação em massa de métodos de esterilização no Brasil, especialmente em áreas de grandetensão social. Agora se intenta dissimular, revestir de sofisticação um ato tão sangüinário como o dos egípcios com o projeto de lei que pretende legalizar o aborto.

Esta pretensa oficialização do aborto parece estar fazendo o jogo dos poderosos, ou melhor dito, no medo dos poderosos: um projeto de lei que ameaça interromper a vida em gestação do ser mais indefeso que existe: o ser humano em formação no ventre materno. Um projeto de lei que pretende apagar o grito de vida, o grito de fome, acusador de nossas consciências. Incomoda-nos ouvir gritos de vida, gritos de fome. É mais fácil, é mais cômodo matar o feto antes que este nos mate a ilusão de um poder entre aspas, de um poder em linha vertical, onde foi preciso escalar por cima de milhões de fetos que se tornaram homens, apesar da mortalidade infantil, para chegar ao cume de um regime poderoso.

A fome não se combate com a violência, evitando-se mais bocas para comer. O seu combate se faz com a utilização sadia dos recursos que a natureza nos oferece. Dando condições de trabalho a todos e preparando cada um para viver plenamente e permitindo que todos os espaços possíveis sejam utilizados para produzir bens. E isto através de uma economia planejada, não liberal, capitalista, desordenada e anárquica, que obedece apenas ao arbítrio da avareza, mas socialmente planejada colocando o homem acima do lucro.

Acredito que aqui no Brasil essa idéia sobre o aborto foi se fortalecendo pelo entendimento que a sociedade nacional não é capaz de produzir o necessário para a sobrevivência de sua população, e o caso seria evitar, a qualquer custo, que ela continue se expandindo.

Faltar-nos-ia terra para abrigar nossos irmãos? A terra é espaço vital de que carece, por exemplo, o Japão ou tantos outros países de reduzida extensão territorial e já superpovoados. Mas não é o caso brasileiro.

Mas se tanta terra temos, se somos uma nação continente em mãos de quem estará essa terra? De um grupo de privilegiados que não a exploram e não deixam ninguém a explorar para a produção dos bens essenciais à sobrevivência.

A quem preocupa a expansão demográfica no Brasil? Expansão que nos parece não apresentar o mínimo de risco de constituir-se em explosão em vista de tantos condicionamentos já impostos à Nação.

A que faraó moderno preocuparia uma explosão em nosso País?

Até admitiríamos uma vez garantida a vida, evitar-se a concepção, mas não a vida já gerada, por considerá-la um estorvo. Um estorvo na vida de cada mulher de cada casal de cada família, que se vê impotente para acolher em seu seio mais uma pessoa com todos os direitos presumíveis. Adquiridos no instante mesmo da concepção. É estranho um filho ser considerado um estorvo, mais terrível ainda é a sociedade onde criar um filho tornar-se uma aventura, quando devia ser um direito assegurado.

As condições de vida moderna naturalmente condicionaram os casais a terem menos filhos, principalmente em face da crescente participação da mulher no trabalho fora de casa.

Foi-se criando uma consciência generalizada de que era necessário reduzir o número de membros da família. Começou a pensar-se seriamente em planejamento familiar. Mas daí a legalizar o aborto vai uma grande diferença. Os meios de controle da natalidade não podem ser encaminhados a nível de massa humana mas sim um direito de opção de cada casal, a partir do exercício da paternidade responsável.

Acredito que uma boa parte de nós pensamos assim, repudiamos essa atrocidade que se quer cometer, condenamos o projeto que tramita na Câmara Federal que fere a nossa moral e a nossa consciência”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. presidente, srs. deputados.

No último dia 5 ocorreu o nonagésimo aniversário do advogado Sobral Pinto, uma das mais marcantes personalidades brasileiras deste século.

Jurista e pensador católico, tem sido o grande defensor dos direitos humanos, no Brasil.

Desde 1936 vem defendendo presos políticos, perseguidos pelos diversos governos totalitários que se instalaram neste País; nos momentos em que o terror e a violência faziam desaparecer pessoas, nos momentos em que a imprensa se calava ante uma censura imposta pela ameaça e pela força, nos momentos em que, muitos se omitiam, por medo ou ante pressões físicas, e morais, a voz firme e serena de Sobral Pinto jamais emudeceu, enfrentou ditaduras e ditadores, lutando pelos que, por motivos políticos, eram levados ao cárceres e submetidos a violências infames.

Sempre amou Deus, a democracia e a justiça. Sua vida é marcada pela pregação da palavra de Cristo, pela luta em defesa da democracia e pelo permanente buscar da justiça, em favor de todos. Jamais se omitiu, nos momentos em que a democracia foi abolida no Brasil, e ainda agora, quando homenagens lhe são prestadas, presta depoimentos lúcidos e corajosos à Nação.

O Jornal do Brasil, na edição do último dia 5, publica a análise feita por Sobral Pinto sobre os últimos anos, e ele tem a coragem de afirmar:

“Ao invés de ficarem nos quartéis cuidando para que a autoridade seja respeitada, as leis, obedecidas, resolveram, os militares, por ambição desmedida, tomar o País, e estou muito à

vontade para dizer isto porque sou um dos poucos brasileiros que tem uma mensagem para os jovens com menos de 30. E continuou o bravo advogado:

"Para sermos justos, não se pode dizer que foi este, ou aquele General, o pior. Costumam apontar o Médici, pelas torturas, mas na realidade, pessoas foram presas e desapareceram, até no Governo Geisel. Mas, o crítico contundente é também, o homem que acredita na implantação do regime democrático no Brasil, pois para Sobral, isto que está aí, é um disfarce, e prevê, com a serenidade própria dos sábios: em 1985, haverá duas grandes realizações: a primeira é que, nós vamos ter um presidente civil, e a segunda é que, na área econômica, a ditadura do Ministro do Planejamento - Delfim Neto - será posta à margem.

E é Sobral, com 90 anos de idade que dá o testemunho maior de uma pessoa humilde, e grande.

Disse Sobral:

— Quando olho para trás, ao longo desses 90 anos, vejo que fiquei muito aquém, mas muito aquém mesmo, do que poderia ter sido, por preguiça, por egoísmo, ou por não manter tão viva a esperança que a fé religiosa me dá, não cumpri minha missão como deveria, poderia ter sido mais útil ao meu País; vejo também, muita coisa que fiz e que hoje me envergonho; não quero falar delas, seria lembrar sofrimentos terríveis, que me custaram lágrimas de sangue. Queria, apenas, a amizade de meus concidadãos. Não sei se a tenho, mas queria dar, a todos, a noção de uma pessoa enérgica, intransigente, mas compreensiva, que odeia o pecado mas ama o pecador.

Pela sua luta, pelo seu passado, é digno que se diga de Sobral Pinto apenas uma coisa:

É o grande Advogado da liberdade, no Brasil".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê).

"A recente mobilização dos acadêmicos da Universidade Estadual de Ponta Grossa para escolha dos novos dirigentes do Diretório Central de Estudantes daquela Instituição de Ensino Superior, confirmou, mais uma vez que, "trabalho e dedicação valem a pena".

O resultado do pleito expressa, antes de tudo, o reflexo do desempenho de uma administração que correspondeu amplamente a expectativa da comunidade estudantil, sabendo equilibrar os recursos disponíveis com as aspirações universitárias de seus integrantes.

Aproveito, como professor e como político, para saudar os universitários de Ponta Grossa pelo que significam quer no processo histórico-evolutivo da Universidade, quer no estágio atual em que se encontra a referida Instituição.

Estendo os meus cumprimentos às pessoas do atual presidente, acadêmico Flávio Madalozzo Vieira, e do presidente eleito, acadêmico Gabriel Kravchychyn, bem como aos seus companheiros de composição, na certeza de que, ambos, cumprem, juntos, importante papel em um dos grandes momentos da representatividade e da congregação dos interesses estudantis no processo de manutenção do conceito e da imagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Vale lembrar aqui, e agora, a afirmação do Cardeal Daniélou, no Instituto de França em Paris, contrariando a opinião de um grande número de estudantes e professores universitários, que pela sua origem e pelo seu destino, a Universidade do mundo contemporâneo é uma instituição essencialmente política.

Deste modo, a Universidade se encontra cada dia mais envolvida com as responsabilidades do desenvolvimento, e pela sua própria essência, está cada vez mais comprometida com os problemas da vida pública.

Tudo, enfim, na Universidade, deve levar ao compromisso com a justiça e com a verdade, não aceitando qualquer orientação, prática ou medida que a desvie ou afaste daqueles propósitos que a dignificam e a enobrecem.

São aspectos como esses, e apenas desse valor, que fazem da Universidade uma Instituição política.

A política partidária, essa, pelos objetivos políticos definidos e pela facção dos interesses, não pode ser confundida com a autêntica mensagem universitária, pois esta, criticamente, não a acolhe o mesmo rejeita a subordinação.

A Universidade se faz política enquanto contribui para a liberação da pessoa humana, dotando-a de recursos científicos culturais, morais e éticos, para decidir a respeito do que deseja para si e para os seus.

"A política partidária, é claro, esta não atravessa os seus portões, não salta os seus muros, não passeia pelos seus jardins, não invade as suas bibliotecas, os seis anfiteatros, os seus laboratórios, os seus salões nobres e as suas salas de aula", para usar uma contribuição do ilustre professor e Ministro Mozart Russomano.

A Universidade se faz política, ainda na medida em que auxilia a sociedade a qual pertence, vencer as dificuldades e os problemas que a afligem buscando e promovendo o seu desenvolvimento.

Estas reflexões, a propósito, se fazem recomendáveis em um momento que os jovens indagam e questionam a respeito dos valores e objetivos das instituições.

Quanto ao Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, fica a convicção de que apenas os legítimos interesses dos acadêmicos e os verdadeiros objetivos institucionais da Universidade, motivarão o próximo período administrativo daquela agremiação estudantil universitária."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. (Lê).

"Os médicos de nosso Estado, encontram-se atualmente insatisfeitos com a qualidade da assistência médica prestada pela Previdência Social.

Com relação à classe médica em geral, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) vêm experimentando há dois anos em nosso Estado, e em mais 13 estados da Federação, um novo sistema de pagamento de contas médico-hospitalares, a qual apresenta algumas deficiências, já denunciadas pela classe, mas que até o presente momento não tiveram eco por parte da Administração da Previdência Social.

O sistema, basicamente, ao buscar uma saída, para a redução dos gastos da Previdência Social no setor de assistência médica, transferiu aos médicos e hospitais o ônus de subsidiar parte importante dessa assistência, comprometendo padrão e a segurança oferecidas ao paciente, na medida em que remunera idênticamente grupamentos de doenças de complexidade diferentes.

Todos temos presente, por mais leigos que sejamos na arte da ciência médica, que as doenças evoluem de modo diferente de paciente para paciente, de acordo com o seu estado nutricional, sua capacidade de defesas, a intercorrência de outras doenças ou seqüelas destas, não podendo, portanto, serem agrupadas como se fossem mercadorias em prateleiras de supermercado.

Além disso, o médico deve perceber seus honorários de acordo com os serviços que presta a seus pacientes e não em consequência do tipo de doença que o paciente apresenta, sem ser levado em conta com o padrão profissional de atendimento que possa oferecer. Isto deixa patente a intenção do INAMPS em se preocupar unicamente com o custo da assistência médica

prestada aos seus pacientes, deixando de lado o seu verdadeiro sentido, qual seja o bom resultado da terapia, decorrente do padrão profissional desenvolvido, pelo médico.

Outro fato, a nosso ver gritante, merece o mais veemente repúdio, e a união da classe política, médica, hospitalar, e do povo em geral, para que o Governo Federal se veja compelido a aumentar o orçamento destinado à assistência médica; efetivamente, do total que é arrecadado mensalmente pela Previdência Social, oriundo de descontos nos salários dos trabalhadores empregados ou autônomos e dos empregadores, somente uma pequeníssima parcela é destinada à assistência médica, conforme declarações recentes do próprio Sr. Ministro da Previdência Social. Ora, sr. presidente, e srs. deputados, com sobras não se faz assistência médica em lugar nenhum do planeta a não ser no Brasil e os péssimos resultados estão aí para todos verificarem.

Sr. presidente, srs. deputados.

Todas estas situações exigem uma firme tomada de posição por parte de todos os setores da sociedade, no sentido de readquirirem seus direitos por uma assistência médica

Dentro desta linha de idéias, o motivo que contribui decisivamente para que viéssemos hoje a esta Tribuna, é a luta que está sendo levada a cabo pelos profissionais da classe médica, especializados na área de anestesia.

Os anestesiológicos do Paraná estão prestes a paralisar suas atividades aos usuários da Previdência Social a partir do dia 15 de novembro, caso até o dia 30 do corrente não vejam atendidas suas justas reivindicações, entre elas a de que seus salários dêem pelo menos para a sua sobrevivência. Segundo estes especialistas, é impossível trabalhar sob o atual clima de intranquilidade, "stress" e angústia com que vêm realizando seus trabalhos profissionais; este estado de coisas, está gerando muita insegurança, colocando em risco o bem mais precioso do Homem, que é a sua vida.

Não descuidaram os anestesiológicos de manter longos diálogos na mesa de negociações com os mandatários do INAMPS; estes alegaram falta de recursos para melhorar os padrões de atendimento, bem como para atender as questões de ordem salarial. Porém, se a Previdência não dispõe de recursos o que vem sendo propalado há alguns anos, já deveria ter sido criado um modelo alternativo de assistência, como já foi inúmeras vezes proposto pela classe médica.

Dentre as reivindicações apresentadas, está inserida a melhoria das condições de trabalho; inicialmente, com relação à carga horária de trabalho, que atualmente é por demais sobrecarregada. Depois com relação à obrigatoriedade de criação de centros de recuperação pós-anestésica em todos os hospitais, uma vez que são raros os nosocômios que os possuem, obrigando que os participantes sejam encaminhados à unidade de internação semi-inconscientes devido à anestesia, aumentando-lhes o risco de vida. Atualmente, o número de acidentes anestésicos no pós-operatório é mais alto do que se possa imaginar, tendo em vista a ausência de cuidados necessários neste período.

Também a aparelhagem anestésica usada é obsoleta, não acompanhando o aprimoramento tecnológico, pois as mais modernas tornaram-se inacessíveis aos especialistas da área, em razão de seus preços impeditivos.

Também, com relação a reivindicação salarial dos anestesiológicos, constatamos de imediato que enquanto nos últimos doze meses o processo inflacionário foi da ordem de 160 por cento, no mesmo período os seus salários foram reajustados pela Previdência Social em apenas 33 por cento.

É necessário que o INAMPS corrija de imediato as distorções da tabela de pagamento de honorários médicos, onde constam algumas aberrações inaceitáveis, tais como pagar aos anestesiológicos a quantia de CR\$ 1.800,00 pela extração de um abscesso, a qual é praticada sob o efeito de anestesia geral,

Cr\$ 3.500,00 por um ato anestésico para uma cirurgia de amígdalas, CR\$ 3.150,00 por uma implantação de marca passo cardíaco (onde é exigida, inclusive, a abertura do tórax com exposição do coração), ou CR\$ 6.000,00 por uma anestesia para uma cesariana, onde estão sob responsabilidade do anestesiológico a vida da mãe e do conceito.

Como se não bastassem todos estes problemas já levantados, é importante que se traga à tona outra denúncia feita pelos anestesiológicos durante o ano de 1982, quando o ex-Ministro Jair Soares resolveu através de um só despacho, credenciar 3.500 médicos. Já no ano passado, através do ofício 333/83, datado de 24 de maio e de autoria do presidente da Sociedade Paranaense de Anestesiologia, eram solicitadas medidas no sentido de serem revistos todos os processos de credenciamento de médicos anestesiológicos no Estado, pois não foi exigida prova de habilidade profissional na especialidade, medidas estas que visam contribuir para a segurança do previdenciário brasileiro.

Todas as justas reivindicações que tive a oportunidade de mencionar, foram já objeto de discussão em recente audiência com o Secretário de Medicina Social do INAMPS e do ministério da Previdência Social, ficando os especialistas da área de anestesiologia no aguardo de uma resposta favorável até o dia 30 do corrente. É importante que as autoridades competentes avaliem adequadamente os transtornos que serão causados à população pela paralisação da classe, e procurem sensibilizar os mandatários da Previdência Social, em busca de soluções que venham de encontro aos interesses do povo e de seus usuários.

Os anestesiológicos não podem continuar trabalhando no clima de angústia e insegurança, pois suas responsabilidades são grandes demais e não podemos permitir que ela seja alterada e manipulada por circunstâncias e interesses de pequenos grupos.

Era o que tinha para expor à consideração de vossa excelência nesta ocasião".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. presidente, srs. deputados.

Há pouco ocupou a tribuna o aguerrido deputado dono de Paranaguá e dono do Litoral do Paraná, dono de empreiteiras do Porto de Paranaguá, Nelson Buffara...

O SR. NELSON BUFFARA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — A insolência do deputado que ocupa a tribuna eu não admito. Ele quando quiser se referir a mim, refira-se com respeito. Não sou dono de Paranaguá, sou dono de mim mesmo. Não tenho empreiteira nenhuma. Peço a vossa excelência que exija do deputado que está na tribuna, que respeite para que possa ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita aos srs. deputados o tratamento parlamentar aos seus colegas.

Está com a palavra, o sr. deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. presidente, não faz muito tempo, quando eu ainda estudava, e tive a oportunidade um companheiro me chamou de "ave de rapina" e eu disse que "ave de rapina" era a vovozinha dele. Devolvo ao deputado Nelson Buffara. Tem que ter moral e condições morais para chamar de ave de rapina...

(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está suspensa a sessão até que se reestabeleça a ordem em plenário.

(É suspensa a sessão por alguns minutos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a sessão. Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, o sr. deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. presidente, sra. e srs. de-

putados. (Lê).

"Provavelmente hoje o Congresso Nacional votará o Decreto-Lei 2065, o último pacote da longa lista de arrocho no salário dos trabalhadores.

Discutir a eficácia destes pacotes para resolver os problemas econômicos de nosso país é perda de tempo. A prática já demonstrou que eles funcionam como debeladores ou mesmo atenuadores, da crise econômica. Já vivemos praticamente um ano sob o jogo destes decretos e a economia continua à deriva, desemprego aumentando violentamente, a inflação que deve chegar a casa de 240 por cento no final do ano e o custo dos alimentos já ultrapassaram em 12 meses mais de 300 por cento.

Pois bem, mesmo diante destas evidências o regime militar insiste na mesma política econômica. Continua o arrocho salarial. Após ser derrotado os decretos 2.024, 2.036 e 2.045, Delfim volta à carga e apresenta o 2.064. Neste, o arrocho continuava de forma descarada, o que manteve acesa as divergências internas do PDS e impossibilitava sua unidade com o fisiológico PTB. Afinal o arrocho teria que ser de forma mais sutil, pois senão como ficaria a imagem destes homens perante seus eleitores?

Assim, nasceu o 2.065, fruto de reconciliação do PDS com a tecnocracia oficial. O amaldiçoado 2.064, com algumas pequenas modificações que em nada alterou suas linhas gerais a seu conteúdo, transformou-se no abençoado 2.065.

Na realidade o 2.065 pode vir a ser pior que os decretos anteriores, pois se por um lado o percentual de reajustes dos salários é menos drástico que o 2.064 e o 2.045, por outro lado ele introduz uma carga maior de impostos, que também achata os salários e aumenta o custo de vida, institui mudanças bruscas nas faixas de incidência das alíquotas do Imposto de Renda das pessoas físicas e mantém a pura tapeação no maior rigor com os ganhos financeiros.

Mas, agora o arrocho é instituído de forma mais sutil, mais enganosa. E este artifício, junto à covardia dos dissidentes pedessistas, reconciliou que antes parecia irreconciliável. O partido oficial agora votará coeso a favor do projeto, junto com o PTB.

Do PDS já esperávamos essa decisão. Afinal, este partido não é mais do que um prolongamento dos generais no Congresso Nacional. Não passam de um amontoado de cordeiros, de marionetes manipulados pelos interesses de um regime que se encontra completamente vendido ao FMI, às multinacionais e ao capital internacional. As dissidências que ocorriam ultimamente neste partido nunca foi motivada pela aproximação dos dissidentes com o povo, mas sim por disputas intestinas pelo poder. Estes dissidentes se sentiam preteridos na partilha de um bolo que vai ficando cada vez menor. Um bolo que já não é suficiente para todos os que vinham mamando nas mordomias e na corrupção. Quando o governo volta a oferecer alguma regalia a estes dissidentes vira-casacas, eles simplesmente voltam ao berço esplêndido, completamente mansos e nem um pouco preocupados com os interesses populares que antes viviam pregando em altos brados. Imperou novamente a filosofia de vida destes homens: desde que atenda seus interesses pessoais, o povo que se lixe.

Quanto ao PTB, em nenhum momento tivemos ilusões quanto ao caráter oposicionista desta legenda. Desde a eleição, já denunciávamos que este partido se constituía como uma linha auxiliar do regime militar. Um verdadeiro cavalo-de-tróia dentro das oposições, visando ludibriar os eleitores mais incautos e desinformados.

Mas, esperávamos que tivessem ao menos um pouco de vergonha. Mas não. Nem isso tiveram. Traíram desavergonhadamente os trabalhadores que dizem representar. Se venderam em troca de 30 dinheiro. Em troca da promessa de no futuro virem a ocupar o Ministério da Agricultura e outros cargos

de segundo escalão. Querem administrar a crise junto com o PDS e o regime militar. Mas, nem bom negócio sabem fazer, pois acreditam nas promessas de um governo que prima pela mentira.

E toda essa malação do PTB recebe os pomposos títulos de conciliação nacional, entendimento, diálogo. Na verdade, essa prática só tem um nome: prostituição política, falta de princípios, traição dos eleitores que os elegeram.

Portanto, sr. presidente, e srs. deputados, encerro meu pronunciamento deixando meus protestos contra esses deputados e partidos que adotam essa prática vil como método político, e não sabem honrar os compromissos que assumiram com o povo na campanha eleitoral."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao sr. deputado Ervin Bonkoski, inscrito para o grande Expediente.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê).

"Recentemente o assassinato de uma criança num assalto a banco, sensibilizou a sociedade brasileira, levou milhares à ira, e muitos outros mais extremados, chegaram a falar em pena de morte como única punição capaz de fazer expiar o crime.

É justificável. Mas, em verdade, mais horrendo crime se pratica diariamente e poucos, quase ninguém, se comove mais. Alguns protestam, mas a grande maioria cala, fecha os olhos, consente. Tacitamente aprova.

São quase 4 milhões de indefesas crianças que morrem anualmente. São 300 mil execuções sumárias por mês; são 10 mil assassinatos por dia.

Esses milhões de inocentes são executados sem direito à defesa, são mortos sem nenhum crime, sem nenhum mal. Seu crime: terem sido gerados. Crime de terem sido gerados, isto sim, por criminosos e estarem destinados a ver a luz numa sociedade criminosa. Porém, jamais verão a luz do mundo.

Essas crianças são as vítimas do aborto. Não morrem de fome, nem por uma bala assassina. Mas isso não comove..

Seria muita pretensão imaginar que este modesto pronunciamento possa modificar essa triste situação. Estou certo, no entanto, que é uma válida contribuição; uma semente que se lhe forem juntadas, outras, darão muitos frutos benéficos. É um gesto necessário que deve ser seguido. E, se realmente o for, se transformarmos numa campanha segura, estes gestos poderão reduzir, e quem sabe, até acabar um dia com esse infanticídio coletivo e premeditado.

Da mesma forma que é presunção imaginar que com estas palavras venhamos mudar a sociedade brasileira, também é difícil falar do problema do aborto porque faltam os números, os dados, as informações confiáveis. E nem poderíamos esperar que fosse diferente: afinal, quem nos daria informações sobre seus próprios crimes?

O aborto é uma consequência, é um efeito e assim sendo, não é fechando os olhos que será evitado, muito menos desaparecerá se for adotado com prática normal. Não é assim que se chegará à solução.

Redobrado deve ser o cuidado para evitar que programas rotulados enganosamente ou disfarçados, por eufemismos diversos venham a liberalizar uma prática criminosa que deve ser em toda a sua extensão, combatida.

A cada dia vemos engrossar os movimentos que se ocultam em planejamento familiar para na realidade mobilizar a influenciar consciências em direção à liberalização, à discriminação do aborto.

Não faz muito tempo ocorreu um congresso, na Capital da República, que teria como objetivo discutir aspectos relacionados com a proteção materno-infantil e o planejamento. Na verdade, o pano de fundo era bem diferente. Se o planeja-

mento familiar imposto e seguindo orientação que vem de fora deve ser repudiado, porque se assenta em bases falsas, muito mais deve ser qualquer tentativa de liberar ou legalizar o aborto que, acima de tudo pe um crime perante Deus e perante a lei do homem.

Há, também, a complacência, ou até mesmo a de alguns veículos de comunicação, que facciosamente dão cobertura a esses movimentos e a outros que são mais ostensivos na sua bandeira contra a lei que proíbe o aborto no Brasil. Algumas revistas de circulação nacional tem agido dessa forma, pois ao invés de se ater a dar cobertura e relatar a questão nos seus mais diversos ângulos, enfatiza apenas a parte que mais lhe interessa. Foi o caso da revista "Isto É", que há cerca de dois meses chegou a entrevistar atrizes conhecidas e populares que pregam abertamente o aborto e confessam já o terem praticado inúmeras vezes.

É muito importante que o povo esteja atento, pois existe no Congresso uma corrente que defende a adoção de modificações na legislação pertinente, ampliando os casos em que se permite o aborto. Muitas vezes a manifestação vem clara e expressa, outras tantas embutidas ou ardidamente disfarçadas em argumentos e pregação variados que, extraíndo os subterfúgios, tem como objetivo tornar legal o ato de matar.

O deputado João Menezes apresentou, ainda em 1975, um projeto de lei que tinha como finalidade permitir legal o aborto desde que praticado nas doze semanas do início da gravidez.

Hoje vemos novamente articulações que o tema volte a ser discutido no âmbito congressista. A par disso vemos crescerem os movimentos pela liberação da mulher, e fazer crer que os direitos femininos somente serão respeitados se a lei anti-aborto for revogada, modificada ou abrandada.

No Rio e em São Paulo há movimentos organizados distribuindo panfletos e cópias de trabalhos produzidos por grupos feministas sob inspiração suspeita, visando principalmente a criação de clima propício para movimentos mais agressivos em favor da liberação. Trata-se, na verdade, de inculcar nas mulheres, especialmente as mais suscetíveis pelos mais diversos motivos, a idéia de que sendo dona do seu corpo tem direito sobre a vida nele gerada.

Em julho, por ocasião de um encontro de Institutos filiados ao Instituto dos Advogados do Brasil, a advogada Romy Medeiros da Fonseca, Presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em extenso - mas inconvincente documento denominado "Justiça Social e Aborto", pregou abertamente a legalização dessa prática, apresentando como justificativas as mesmas cantilenas que se ouve para justificar a aplicação de um programa de planejamento familiar, inclusive alegando a necessidade do aborto como proteção à mulher.

O Brasil já vem sofrendo, a exemplo de outros países do Terceiro Mundo, uma pressão muito forte para promover o controle da natalidade. É imposição de fora, inaceitável sob todos os pontos de vista e trazendo em seu bojo argumentos que mostram serem programas fora da realidade brasileira.

Cada incursão tem um rótulo: um dos mais recentes é o planejamento familiar, trazendo como justificativa o perigo da explosão demográfica. Basta ler as informações censitárias para se saber que o crescimento demográfico brasileiro vem apresentando natural declínio, crescendo a uma taxa levemente superior a 2 por cento, levando-se em conta que na década de 70 era bem superior e na década de 50 chegava a 3 por cento.

Além disso, todo mundo sabe que ao invés de controlar a natalidade, de impõe medidas que ferem a liberdade da o que deve o governo procurar fazer é distribuir melhor a riqueza, é dar condições para que a renda nacional aumente que a produção gere riquezas e que essa riqueza seja distribuída com justiça.

Outro dado ilustrativo: o Brasil tem hoje uma densidade demográfica de aproximadamente 13 habitantes por quilômetro quadrado, o que é baixa sob o ponto de vista econômico,

pondo inclusive em risco a defesa e a soberania. Há quem considere que seremos a maior potência do mundo quando alcançarmos a marca de 200 milhões de habitantes. E vale lembrar que o Brasil tem o maior vazio demográfico do mundo, com mais da metade, quase dois terços, de seu território ainda inexplorado, com reservas minerais incalculáveis e mais de um quinto da água doce do mundo, sem áreas desérticas, vulcânicas ou polares. O Brasil amazônico é provavelmente a região mais desabitada do globo, mal chegando a um habitante por quilômetro quadrado.

Portanto, é preciso que estejamos atentos, pois no bojo de programas rotulados de sociais pode estar sendo lançada no seio da sociedade, da família, da mulher especificamente, a semente do mal.

No Brasil são realizados mais de 3 milhões de abortos por ano. Desses, mais de 20 por cento geram infecções. Das mulheres infeccionadas cerca de 20 por cento acabam morrendo. Esses dados são da Organização Mundial da Saúde e por si só representariam forte motivo para se lutar tenazmente visando extirpar do seio da família brasileira esse mal, que mata mais que o trânsito, que o câncer e que os males cardíacos.

O aborto é um crime previsto na legislação brasileira. O artigo 4 do Código Civil diz: A personalidade civil do homem começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascimento.

O aborto é crime previsto no Código Penal e o artigo 124 preceitua: "Provocar aborto em si mesma ou consentir que outro lho provoque. Pena: detenção de um a três anos". Os artigos seguintes tratam do mesmo assunto, inclusive prevenindo as penas para quem provoca o aborto com ou sem o consentimento da gestante.

O Código de Ética Médica também proíbe o aborto, em consonância com a lei penal, tratando do assunto nos artigos 54 e 56.

O Concílio Vaticano 2.º, no documento "Gaudium Et Spes", define o aborto como "crime nefando". Igualmente o documento de Puebla condena todo o atentado contra a vida a vida, desde "a que está oculta no seio materno". Esse mesmo documento diz que o aborto é "crime abominável".

O grande problema social do aborto são os dramas, os traumas, as deformações de caráter que deixa atrás de si. Inicialmente visto como uma saída, uma solução para um problema, ele acaba gerando outros maiores ainda. Não é possível reparar um mal com um crime, que é por essência um mal maior.

É assustador o número de mulheres, de larga faixa de idade que são obrigadas a longo, delicado e caro tratamento para se recuperar das sequelas deixadas pela prática abortiva.

Em Curitiba, uma paciente pesquisa e uma peregrinação por clínicas, hospitais e minúsculos consultórios, não apenas dão a visão um pouco mais exata da proporção das taxas de aborto, como também das danosas consequências.

É alarmante o número de abortos que se pratica diariamente nesta Capital. E não há o menor constrangimento. É tão farto o número de médicos, de clínicas e hospitais que o fazem, que qualquer pessoa pode fazer o teste. Se uma mulher grávida percorrer esse caminho, certamente no consultório que entrar, ou na segunda clínica, encontrará um médico disposto a fazer o aborto, cobrando entre 20 e 80 mil cruzeiros. Havendo quem afirme que dependendo da classe econômica e da necessidade da paciente em interromper a gravidez o custo pode ser mais alto até. O médico se é que pode ser chamado assim, que se dispõe a provocar o aborto não tem escrúpulos e certamente cobra de acordo com o desespero da mulher e da sua posse, ou da posse de quem vai pagar o crime.

A intervenção é simples e rápida, embora pelo que representa e pelos prejuízos à saúde que pode provocar, e quase sempre provoque devesse requerer um tratamento mais adequado. Porém, o que importa é que a paciente vá logo embora e se algo de ruim acontecer, com as infecções ou as sequelas de um serviço mal feito, ela irá procurar um hospital ou posto de atendimento médico, ou morrerá aos poucos.

A rapidez com que se pratica a intervenção, aliada à falta de condições próprias, é o motivo maior de problemas de saúde que podem com frequência levar à morte.

Também não é observado o período de gravidez, e há casos em que até no estado mais adiantado o aborto é provocado, com riscos infinitamente maiores para a mulher.

Esse risco é também emocional, pois são comuns os casos em que a paciente vê, na mesa cirúrgica ou em cima de um móvel qualquer, o feto já perfeitamente formado, ainda respirando, gemendo, grunhindo, resistindo, agonizando até sucumbir de vez.

Para quem atuou, chega até a ser natural, não tem a menor importância, mas para a mulher, que mesmo nessa circunstância o amor materno se manifesta, é uma cena que vai acompanhá-la para o resto da vida.

Além dos argumentos já citados, como o controle da natalidade e os movimentos em favor da liberação feminina, outros são utilizados para tentar justificar a prática do aborto.

O aborto sentimental: de acordo com o artigo 128 do Código Penal não pune o aborto praticado por médico se a gravidez resulta de estupro e o aborto é procedido de consentimento da gestante.

Entendemos que ainda assim é inaceitável, porque em nosso País, já por tradição e por índole, não se admite a pena de morte, por mais hediondo que seja o crime. Então, porque punir com a morte um inocente gerado, ainda que num ato de violência, se este não é punível com tanta severidade.

Serão os pais capazes de matar deliberadamente um filho que nasceu doente? Claro que não. Pois então não se justificam também os argumentos para o chamado aborto ou seja, permitir o aborto nos casos de fetos defeituosos ou com possibilidade de o serem.

Genival de França, no seu livro "Direito Médico" faz um comentário a respeito do aborto eugênico. Diz ele: "Ninguém poderia negar o direito de uma criança nascer saudável e perfeita. Todavia isso nos autoriza a retirar, de seres deficientes, o direito à vida. A vida de um deficiente necessita, antes de tudo, de proteção, e nunca de repressão. Ninguém é tão desprezível e inútil que mereça a morte". E concluiu: "A medicina nasceu muito mais voltada para o doente que propriamente para os sãos, e até mesmo a sociedade existe muito mais para proteger os fracos e necessitados do que para ajudar aos fortes".

Portanto, ver no aborto eugênico uma razão para matar não é admissível, especialmente do ponto de vista religioso, porque aos pais são dados filhos e muitas vezes o filho não saído vem para a provação dos pais.

Permitir esse tipo de aborto pode abrir um grave precedente: hoje, com a moderna ciência os pais sabem antes do nascimento até o sexo da criança. Quem nos garante que não seriam eliminados os filhos cujo sexo fosse indesejado?

Mais terrível é, ainda, o aborto social, porque interromper a gravidez por motivos econômicos ou morais é injustificável, imperdoável.

Matar um ser humano por motivos de falta de recursos para sua manutenção é um sinal de desvalorização da vida.

Da mesma forma incluir o aborto por motivos de honra entre os crimes privilegiados implica numa perigosa abertura que, a longo prazo, poderá levar a outras formas ilegais.

Por outro lado, é falso imaginar que legalizando o aborto cairiam os abortos clandestinos e criminosos.

Valho-me novamente de Genival de França, que acentua: "Ninguém se iluda pensando que o aborto oficial vai substituir o aborto criminoso. Ao contrário, esse último aumenta.

Assim, foi na Hungria, na Polônia, no Japão, na Dinamarca, na Tchecoslováquia, na Bulgária, e outros países, segundo constatação da Organização Mundial da Saúde". O autor observa ainda que abrandar a lei anti-aborto com base no exagerado número de abortos que se pratica no país, hoje perto de 4 milhões por ano, seria a mesma coisa que legalizar o assalto e o roubo, que ocorrem também numa escala galopante.

É, pois, necessário que as pessoas com responsabilidade de liderança, de influência, de cargos, de mandatos, devem estar preparadas para evitar que o povo caia nos ardis que se escondem nas propostas aparentemente amenas e justificáveis, para liberar ou mesmo discriminalizar a prática do aborto.

Assim como temos o dever de lutar para eliminar a criminalidade, a violência, o roubo atacando as causas e oferecendo condições dignas a todos os brasileiros, e não cair no imobilismo de conviver com o problema, temos que lutar também para erradicar a prática criminosa do aborto: reduzir tanto quanto puder, e eliminá-la se possível, porque isso é o desejável.

Não basta liberá-lo. É um crime e sobre ele deve pesar a implacável repressão.

Para isso falta o interesse da autoridade competente.

Aqui em Curitiba, como acreditamos de resto em outras cidades brasileiras, não será difícil desfechar uma campanha nesse sentido, pois a polícia sabe onde agir, basta se interessar, pois as clínicas, os consultórios não são tão clandestinos como se pensa.

Não faz muito, houve denúncia e o processo contra uma clínica permanece estacionado. Basta ver os registros policiais da época.

Como instrumentos legais estão o Código Penal e o Código de Ética para os médicos.

É necessário decidir-se pela ação. Seria um grande passo para começar a estancar esse tipo de assassinato, reduzir suas proporções, e quem sabe, com um paciente trabalho chegar a sua eliminação.

Todavia, combater a causa e não o efeito dará o melhor resultado, ainda que a longo prazo. É assim, com paciente trabalho que se chega às melhores e mais concretas conquistas.

Portanto, urge que comecemos já um trabalho de base, envolvendo as autoridades, os homens públicos, as lideranças da comunidade, a Igreja, os médicos, enfim todos nós.

Temos que criar uma verdadeira e madura consciência de que cada brasileiro que está por vir é bem vindo, porque este País precisa muito do seu trabalho.

Temos que procurar por todas as formas oferecer condições sociais e econômicas para que possam todos nascer e viver com dignidade.

Devemos então, todos, agir, ainda que com parcela mínima de contribuição, para eliminar as causas que estão levando ao sacrifício quase 4 milhões de crianças a cada ano.

Melhorando as condições de vida do povo, apagam-se os motivos que servem de base para os que desejam implantar métodos de controle da natalidade, apagam-se os motivos pelos quais se pede a legalização do aborto.

O começo deve ser pela melhoria de vida das pessoas entendendo o governo que a prosperidade econômica neutraliza os males sociais.

"Não é reduzindo o número de pobres que se faz desaparecer a miséria. A iniquidade social pode e deve ser reparada. A fome não é um flagelo, é uma vergonha. Não será com a civilização da pílula ou com os festivais de esterilização e abortos que iremos resolver nosso subdesenvolvimento, mas

sim com o desaparecimento da miséria total, com a desconcentração da renda nacional, com o desaparecimento das desigualdades sociais, com independência econômica e com a paz social”.

A par disso deve ser desenvolvida uma ação junto à comunidade, com orientação firme e segura capaz de modificar para melhor os padrões de comportamento.

Os métodos podem participar ativamente nessa tarefa.

Aqueles que realmente são dignos do “sacerdócio” que abraçaram como fiéis cumpridores do juramento de Hipócrates. Temos já o exemplo de alguns, como o Dr. Ismael Lago que se dedica a dar palestras e cursinhos para noivos, para casais. Ele tem sido um incansável colaborador que merece apoio, que não merece estar lutando só, sem companheiro nessa causa nobre. Em seu consultório não raro recebe grávidas que o procuram, imaginando que ali encontrarão apoio para o ato que pretendem para eliminar uma gravidez indesejada.

Todas dali saem com outra visão. Voltam com o coração aliviado e a certeza de que devem cumprir o ciclo natural. E belos são os testemunhos que dão, purificadas e abençoadas pela maternidade.

À pobre deve ser dada a certeza de que seu filho terá o amparo social que merece, e isso implica em construir uma sociedade economicamente estável e acima de tudo, justa.

A solteira merece o carinho e a compreensão da família, da sociedade, dos amigos. Deve ser orientada e conscientizada para o fato de que aquele filho, no momento rejeitado ou indesejado, certamente será seu grande companheiro, sua grande alegria e, quem sabe, seu amparo na velhice. Insondável são os designios de Deus. Mesmo os momentos mais tristes e angustiosos são também parte para outros momentos de felicidade e de alegria. Os trechos ruins do caminho levam também aos melhores e mais aprazíveis caminhos da nossa existência.

Devem entender todas as que vêem no filho gerado marca da desonra e da vergonha, que maior indignidade é não ter coragem de aceitar quem não pediu para vir. Vergonha talvez seja o ato, não o fruto dele. Maior desonra é matar o inocente que de nada tem culpa.

Aos jovens, vítimas muito mais da permissividade, da licenciosidade e da irresponsabilidade com que se tratam as questões e os temas do sexo, devemos sempre ter uma mensagem de compreensão, de orientação para que gestos impensados, impulsos próprios da juventude, não os conduzam à degradação.

São mensagens como essas, trabalho nesse sentido de orientação que devemos promover para que não sofram todos; não fique a sociedade toda pagando tão alto preço pela falta de sensibilidade, pela falta de amor...

Temos uma grande obrigação social; o dever moral de reparar o mal produzido pela nossa falta de decisão, pelos erros cometidos.

Todos somos cúmplices nos quase 4 milhões de crimes que anualmente se pratica em nome da moral, da decência, da honra, da falta de condições econômicas.

Esses milhões de pequeninos seres a quem sequer foi dado o direito de chorar, clamam forte em nossas consciências.

E a sociedade está aqui para nos cobrar e tem todo o direito de nos responsabilizar, se formos omissos. Já o fomos, não podemos continuar sendo.

Encerro, recordando as palavras de Afrânio Peixoto: “O filho é sempre um coração de mãe que passa para outro corpo”.

Concedo o aparte ao nobre deputado Ezequias Losso. O Sr. Ezequias Losso — Inicialmente agradeço o aparte de vossa excelência permitindo associar-me ao brilhante raciocínio que apresenta nesta tarde.

Realmente a razão assiste vossa excelência, nobre deputado Ervin Bonkoski, e isso digo baseando-me também nas ponderações de eminentes homens públicos, que de uma forma bastante incisiva dizem que o aborto é uma prática criminosa e deve ser combatido por todos aqueles que consideram a seu semelhante.

Trata-se, segundo os juristas, de uma vida protegida pela lei, aquela que está sendo desenvolvida.

E como tal, nobre deputado, deve ter toda a consideração como aquele que já nasceu recebe da sociedade.

Lamentavelmente o liberalismo está conduzindo a humanidade à falta de sentimentalismo, ao materialismo frio que chega ao ponto de atingir até o psíquico das pessoas e aí estão nas farmácias vendendo medicamentos para tantas mães que praticaram o aborto e que não teriam aqueles dramas e aqueles traumas, se tivessem evitado esse ato que as afeta profundamente, porque o sentimento de culpa, por mais que queiram, não pode ser afastado por um simples passe de mágica.

Cumprimento vossa excelência e conclamo que continue nessa cruzada que é, efetivamente, uma cruzada séria que visa o soerguimento moral do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Concedo o aparte ao deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Ilustre deputado Ervin Bonkoski.

O problema de aborto é, para nós, um problema de transcendental importância, visto que os países do Terceiro Mundo e o Brasil, em especial, vive um drama insolúvel, pelo menos, nos últimos 20 anos, de administração pública neste País. É o problema das crianças abandonadas, das crianças sem pai, sem mãe, sem família e sem lar. E a legislação brasileira pretende apenas, num gesto paternalista — criminosamente — através do Código Penal, exercer um certo império com relação à vida, quando ele não se preocupa.

O Estado não se preocupa, ilustre deputado, com as reais condições de decência da existência. Já que o Código Penal proíbe o aborto, o Estado deveria assegurar a vida com dignidade, coisa que não se faz neste País e não se faz também nos países do Terceiro Mundo.

Entendo eu, que somente a mãe reúne em si todas as condições para decidir sobre o problema. Não é o deputado, não é o governador e muito menos o Código Penal, na sua frieza, que haverá de determinar o nascimento ou não de uma criança. A mãe reúne condições afetivas, sangüínea, a condição social e a econômica para saber se pode realmente por no mundo uma criança com condição de viver com dignidade.

Enquanto não tivermos um Estado que realmente olhe para a vida como uma das coisas mais importantes e necessárias de todo governo, enquanto não tivermos um governo voltado para os problemas sociais, um governo preocupado com a problemática das classes menos favorecidas, esse problema de aborto será um problema controverso, porque a fome ronda em todos os lares das famílias de salário mínimo, das famílias de subemprego e das famílias desempregadas, e normalmente, as famílias mais numerosas são as mais necessitadas.

É necessário que se alerte, não para o problema do aborto, porque o vejo como um problema social, não um problema religioso, ou um problema democrático. Acho sim, que é um problema individual. A mulher que tem no seu ventre uma criança para nascer, esse problema é da mãe que deveria receber dos órgãos públicos e políticos, o apoio necessário para ela gerar e por no mundo uma criança com as condições reais de subsistir com dignidade.

Muito obrigado.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Vossa excelência me permite

um aparte? (Assentimento)

É breve, apenas quero acrescentar os cumprimentos que faço nesta oportunidade ao ilustre parlamentar, porquanto traz a esta Casa um tema por deveras sério. Se de fato somos favoráveis a um planejamento familiar consciente e achamos que a maternidade, a infância devem ter programas específicos, de amparo, por parte do governo, entendemos que um programa ou uma aprovação de especialização do aborto é contra os princípios e a formação do povo brasileiro.

Em rápidas palavras, ilustre deputado Ervin Bonkoski, quero parabenizá-lo, pois o tema é deveras sério e requer que cada um de nós, através de uma introspecção, façamos até mesmo um exame de consciência, se não estamos pela nossa omissão, contribuindo para que uma medida desta natureza venha ser tomada contra os princípios cristãos, da nação brasileira.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Muito obrigado, deputado Edgard Pimentel.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao sr. deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, srs. deputados.

Está ocorrendo aqui no Estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Curitiba, um fato que já chamou a atenção do mundo, um fato político que despertou o interesse e a atenção de toda a sociedade organizada deste nosso Brasil, que já mereceu a atenção e o apoio da Igreja do Estado do Paraná, mereceu destaque na grande imprensa deste nosso Brasil e também aqui de Curitiba, um fato, sr. presidente, srs. deputados, que foi ocasionado por essa espúria, ilegítima e indesejada Lei de Segurança Nacional.

Dezessete dias, sr. presidente, srs. deputados, o jornalista Juvêncio Mazzarollo continua sem se alimentar, em greve de fome, sr. presidente, srs. deputados, o único preso político do Estado do Paraná, o único preso político no Brasil, em greve de fome.

Ironicamente, sr. presidente, numa época em que se alardeia por esse mundo a fora, a abertura do Presidente Figueiredo, temos jornalistas em greve de fome para vergonha nacional, para a vergonha da classe política e mostrando a violência à classe dos jornalistas do Estado do Paraná.

Os motivos que levaram o jornalista à greve de fome, sr. presidente, srs. deputados, quando completava 404 dias de prisão, de cárcere, no momento em que se preparava para receber o livramento condicional para cumprir sua segunda parte da pena, eis que o Supremo Tribunal Militar numa decisão inédita, até hoje não acontecida nesse nosso Brasil na história do Superior Tribunal Militar, nem mesmo, sr. presidente, srs. deputados, nas épocas mais negras da ditadura desse nosso Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao contrário de antes, na pior das hipóteses, ao invés de homologar a sentença, aumentou para 4 anos a pena, fazendo então com que o jornalista Juvêncio Mazzarollo não mais tivesse que cumprir dois anos de pena, mas sim quatro. E por que isso, sr. presidente, srs. deputados?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Vossa excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Ilustre deputado Sérgio Spada, é realmente ainda o soro forte da ditadura dentro do Paraná, e ao silêncio profundo, tumular, da bancada do PDS que hoje prega a abertura democrática no Paraná e no Brasil, que não se levanta, num apelo humano, pelo menos, para defender o jornalista, a expressão mais lídima da verdade da imprensa paranaense e da

coragem do jornalista do Paraná, Juvêncio Mazzarollo está esquecido pela classe política, lembrado apenas por vossa excelência, ilustre deputado Sérgio Spada, e me comove a sua palavra e a sua posição vertical em defesa da liberdade de imprensa e da liberdade de Juvêncio Mazzarollo, poder dizer o que pensa, do governo estadual e do governo federal, de fazer as denúncias que fez, quando se condena a prostituição da administração pública neste Estado e neste País, como Juvêncio Mazzarollo fez, denunciando desonestidades e falcaturas do governo estadual, federal e municipal, a sua recompensa foi a prisão, porque neste País, ilustre deputado, está se premiando os ladrões e condenando os justos, e é necessário que a Bancada do PMDB e do PDS, ou a classe política, se levante unida para defender a liberdade de imprensa, para dizer que Juvêncio Mazzarollo, apesar de ser condenado arbitrariamente, pelo Supremo Tribunal, o Tribunal que está sendo coagido por uma Lei Nacional de Segurança e no fundo...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que o tempo destinado por vossa liderança, está esgotado. Concede-lhe porém, mais um minuto para concluir.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço as palavras do nobre deputado Osvaldo Alencar Furtado e as faço minhas, que vêm justamente encerrar este meu pronunciamento e eu comunico à Casa que estou requerendo, nesta oportunidade, envio de expediente às lideranças de todos os partidos no Congresso Nacional, no sentido de que solicitem caráter de urgência na apreciação da nova versão dessa Lei de Segurança Nacional proposta ontem pelo presidente da República, através do ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, para que, assim, a imprensa possa desenvolver o seu trabalho de maneira mais livre e mais à vontade, e para que esses injustiçados, que são mais de trinta, nesse nosso Brasil, jornalistas condenados e cumprindo prisão, saiam dos cárceres e venham para junto da sociedade, defender uma verdadeira democracia nessa nossa terra.

Obrigado, sr. presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário.

O SR. JOSÉ ALMEIDA FONSECA — Por cinco minutos, usará o horário o sr. deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra por cinco minutos, o sr. deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. presidente, srs. deputados (Lê): "Em plena madrugada deste 9 de novembro de 1983, enquanto a Nação dormia, os morcegos do PDS e do PTB sugavam as últimas gotas de sangue da população brasileira.

E hoje a Nação amanheceu com a realidade do 2064, aprovado por mais de 243 deputados, dois contra, que se submeteram ao cabresto de um regime ditatorial, voltado para os interesses externos.

O acordo PDS — PTB enlutou o parlamento brasileiro. Foi um acordo com cheiro de entreguismo, de suborno, de corrupção.

A sra. Ivete Vargas, que segundo a imprensa anda com a saúde abalada, mesmo em cadeira de rodas, teve forças para pactuar com um governo ilegítimo. Ivete, que sempre pregou o idealismo de Getúlio Vargas, agiu de maneira completamente oposta. Enquanto Getúlio oferecia sua vida em favor dos trabalhadores contra o imperialismo estrangeiro e que na carta-testamento falou na escravidão do nosso povo, a sra. Ivete capitulou, entregou-se aos aconos interesseiros do Planalto. E compactuou com uma política perversa, anti-social, que irá esmagar não apenas os trabalhadores salário-mínimo, mas também o

empresariado e principalmente a classe média. O comportamento do PTB não sustentou a bandeira do trabalhismo. Foi um acordo maléfico. O PTB não honrou os votos de oposição que teve nas eleições de novembro de 82. A direção do PTB não poupou sequer os homens honrados e íntegros que operaram pelo trabalhismo, e aqui no Paraná temos exemplos. A sra. Ivete deixou os próprios correligionários, os verdadeiros trabalhistas, em situação incômoda perante o eleitorado.

O Congresso Nacional que teve lampejos de independência por ocasião dos projetos 2024 e 2045, reconquistando parcelas da credibilidade perdida, esta madrugada voltou à sua postura original, ficando de cócoras, de espinha curvada diante das ameaças do poder central.

Venceu o FMI. Venceu o grande interesse multinacional. Perdeu a Nação, perdeu a classe política.

Enquanto o PMDB, PT e PDT mantiveram uma postura digna, coerente, ficando ao lado dos interesses maiores do povo brasileiro, o PDS, o principal ator da desgraça nacional, com o PTB de coadjuvante, perpetraram esta madrugada mais um crime contra as classes produtoras deste País. Ao invés de luto pela morte do presidente Nilo Coelho, que lamentamos, deveríamos, isto sim, decretar luto pelo verdadeiro genocídio que foi praticado esta madrugada contra os trabalhadores brasileiros, pelos que se dizem representantes do povo. A Nação saberá, nos livros da história, julgar os políticos do PDS e do PTB, que hoje escreveram mais uma página do entreguismo nacional e da subserviência aos grandes padrões internacionais".

Era só, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do restante do seu horário.

A LIDERANÇA — Por dez minutos, a deputada Irondi Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra a sra. deputada Irondi Pugliesi, por dez minutos.

A SRA. IRONDI PUGLIESI — Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada. (Lê):

"Neste final de semana, as mulheres paranaenses deram mais uma demonstração de sua capacidade de luta e de organização. Durante todo o dia de domingo, realizaram sua convenção regional para a criação do Departamento Feminino do PMDB, debatendo todas as questões centrais que interessam ao povo brasileiro, além das questões específicas das mulheres.

Cerca de 60 municípios estiverem representados, e desta vez, as peemedebistas das diversas regiões do Paraná, iniciaram a edificação de uma grande organização. Sem dúvida, foi um passo dos mais importantes para a luta do povo, pois não haverá mudanças de base neste País enquanto as mulheres delimitarem sua fronteira no lar.

Com a presença de personalidades comprometidas com o nosso programa partidário, como a secretária Gilda Poli e de vários outros secretários de Estado, de deputados, senadores, prefeitos e vereadores, as mulheres debateram sobre a crise brasileira, suas conseqüências e as saídas.

E concluíram que não há outra alternativa para os homens e mulheres do Brasil, senão a luta pelo fim deste estado de coisas, através do fim do regime militar.

Concluíram também estas mulheres, que a sua participação neste processo não só é importante como necessária, pois a consecução deste objetivo central passa pela mobilização de todo o povo, num grande movimento nacional e popular, com raízes patrióticas. E que o PMDB ainda é uma necessidade histórica.

Senhores deputados, senhora deputada.

Num momento de grave crise em que vivemos, a tomada

de posição deste segmento de nossa sociedade torna-se uma alavanca para o progresso político, econômico e social do nosso País.

Este caos que atravessamos, um caos que não é apenas circunstancial, mas profundamente enraizado nas bases do modelo de desenvolvimento escolhido desde 64 para o País, nos aproxima, por incrível que pareça, de uma saída. Mas enganam-se aqueles que imaginam que será esta estrutura de poder que aí está, que encontrará a alternativa viável.

E isto as mulheres peemedebistas entenderam claramente. Ao repudiar todas as propostas de conciliação com os inimigos do povo, pois aprovaram, em seu programa, a luta intransigente.

Sabemos hoje que, se vivemos uma crise econômica e social, é porque o modelo político também deu provas de desgaste. Nesta estrutura, que para manter-se, recorre ao conservadorismo, e um fator para sua manutenção tem sido a sustentação de padrões culturais que impedem a tomada de consciência da mulher.

Mas nós sabemos também, que se de um lado persistem as formas de dominação, de outros surgem os movimentos contra esta dominação. E o movimento das mulheres se fortalece hoje, para combater sua utilização como instrumento de continuidade de um modelo de desenvolvimento, de um sistema e uma estrutura de poder.

O movimento das mulheres tomou, desta vez, um caráter eminentemente político. Em 64, as mulheres saíram às ruas marchando contra a democracia, acreditando em novos tempos. Hoje, estas mesmas mulheres se sentem traídas.

Isto se dá num momento de grave crise nacional, quando o povo começa como um todo, levantar-se.

As mulheres peemedebistas cumprem seu papel, ao se organizarem para a luta, sabedoras que não há liberdade sem conquista. E que sua libertação refletirá sempre ao grau de libertação da sociedade. Lutam, então, para que os dois processos caminhem juntos. Até que não haja entre nós mais nenhum discriminado, nenhum subjugado.

Nossa caminhada apenas começou neste domingo. Mas já demos passos largos rumo a um futuro feliz para todos nós".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, srs. deputados.

Venho à tribuna, na tarde de hoje, para manifestar o nosso veemente, formal repúdio às injustas e descabidas afirmações de um conhecido empresário paranaense que resolveu investir gratuitamente contra o governo democrático do sr. José Richa.

O empresário em questão, arvorando-se em guardião das instituições, afirmou que no governo José Richa existem sete secretários comunistas. Mas não teve a grandeza de dar os nomes aos bois, porque sabe que se assim o fizer, teria que comparecer às barras da Justiça para dar explicações.

Da mesma forma o sr. Oliveira não se deu ao trabalho de questionar o governo José Richa, seus planos, sua filosofia de governo, a realidade existente hoje no Estado, os problemas que afligem a população paranaense, o drama dos sem-terra e dos bóias-frias. Limitou-se a agitar a bandeira esfarrapada do anticomunismo, que é uma característica de representantes das classes conservadoras que receiam perder os seus privilégios e se tornam agressivos. Furiosamente agressivos, sr. presidente, tremendamente repetitivos, senhores deputados.

Esta é uma tática desmoralizada pela história e repudiada pela consciência de todos os povos livres.

Todos sabemos que ditadores como Hitler, Mussolini, Pinochet, Anastasio Somoza, Alfredo Stroessner e outros, sempre justificaram os seus crimes contra os direitos humanos, com a desculpa de que estavam combatendo o comunismo e defendendo a democracia.

No mundo inteiro, as pessoas honestas que lutam para mudar as velhas e injustas estruturas sociais, defendendo os direitos dos menos favorecidos e condenando os privilégios mais odiosos, estas pessoas, repetimos, são acusadas de comunistas e subversivas. Assim foi acusado Cristo, assim foi acusado Tiradentes.

Geralmente as acusações são genéricas, como as que estão sendo feitas hoje, pelo empresário a que nos referimos. E achamos deplorável que estas acusações levianas sejam feitas contra o governo democrático de José Richa, que chegou ao poder legitimado pelo voto popular. E ironicamente quando se afirma que 50 por cento do secretariado do Governo do Estado do Paraná é comunista, este número supera e suplanta o gabinete esquerdista do governo francês que não tem proporção tão grande de comunistas como pretende o sr. Oliveira ver no Estado do Paraná e mesmo nos países do leste europeu comprometidos com esquema do comunismo internacional.

Quem faz acusações desta natureza, evidentemente revela que estão se sentindo ameaçados em seus interesses imediatos e personalistas.

Dizer que o secretariado do governador José Richa é comunista, é cair na vala comum dos que não tendo argumentos para criticar a atuação do governo, recorrem ao expediente escuso da acusação leviana, genérica e insidiosa.

O povo paranaense e brasileiro sabe quem são os seus exploradores e sabem que, via de regra, quem é acusado de comunista no Brasil é porque está querendo criar uma sociedade mais justa mais humana e mais democrática.

Até o grande advogado Sobral Pinto que na semana passada completou 90 anos, o advogado que se identificava como advogado cristão que comunga todos os dias, até Sobral Pinto foi acusado de comunista.

Mas neste caso pelo menos a acusação era direta e o grande advogado conseguiu se defender. Porque lamentavelmente não é o caso desta acusação porque ela é genérica, não se dá os nomes, apenas cita-se os números.

Ora, quem acusa tem ônus da prova. Equem não prova não acusa, mas apenas difama.

Por isto nós, do PMDB, que sempre nos batemos com idealismo, idealismo sempre confundido pelos conservadores como comunismo, continuaremos na defesa do nosso idealismo. Não importa que os srs. Oliveiras, Pereiras da Silva, que já defenderam a tese de que o Brasil é um País subdesenvolvido porque aqui tem negros e índios, são os comunistas acusados pelo sr. Oliveira que dizem que os negros e os índios devem ter uma ordem social mais justa.

Muito obrigado, sr. presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

Desejo, em meu nome pessoal e de minha família, registrar o profundo agradecimento à manifestação de pesar que este Poder ontem proferiu a um homem simples e humilde, mais digno e correto, Manoel Lustosa Martins, progenitor de minha mãe e progenitor da sra. Jacira Martins Anibelli, mãe do deputado Antônio Anibelli. Igualmente, de dois batalhadores do interior do Paraná, Juarez Martin e Alaor Prata Martins.

Faço este registro, sr. presidente, srs. deputados, do fundo do meu coração, na certeza de que herança maior que a família Martins recebeu do velho avô, é herança da honradez, da dignidade e do trabalho.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento) —.

Nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, vossa excelência um integrante da família enlutada, juntamente com o nosso nobre colega deputado Antônio Anibelli, talvez não ficasse apropriado dizer do que se deve dizer das qualidades do extinto Manoel Lustosa Martins. Como homem do sudoeste, posso dar o depoimento isento da ligação familiar e do reconhecimento que a nossa Região deve. Realmente é um nome que marcou a História deste Estado e, principalmente, na região Sudoeste. Não só líder incontestado de um clã notável, mas principalmente teve, nos seus largos 90 anos de vida, uma peculiaridade característica, do homem que envelheceu fisicamente, mas permaneceu jovem no espírito, na combatividade e no seu idealismo. Todas as manifestações comunitárias ocorridas em Clevelândia e no Sudoeste do Estado, via de regra, passaram pela participação efetiva do velho Manoel, que nunca se negou a dar tudo de si para que se revelasse a causa política e a causa comunitária.

Realmente seria difícil, com palavras traduzirmos o significado do que foi esta figura humana e da repercussão que teve a sua vida, a sua obra e o seu patrimônio, não só material, mas principalmente de qualidade de sensibilidade e de valor humano.

Eu, em nome da nossa bancada, desejo externar à família enlutada o nosso pesar, mas nos rejubilamos por termos a felicidade de vermos que neste Estado passaram homens numa vida tão longa como esta, com uma dignidade e com um caráter deste que hoje se constitui e deve merecer e ser exemplo para as futuras gerações.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço profundamente comovido as referências que ouvi de vossa excelência, a respeito do velho avô e realmente vossa excelência me socorreu neste momento, porque não seria eu a fazer o elogio do patriarca da nossa família.

Provavelmente, a dificuldade que tenho neste momento, é a mesma que tem o meu primo de sangue, que como eu neto de Manoel Lustosa Martins, até porque enquanto vossa excelência fazia o seu brilhante aparte, eu me lembrava, ele homem espirituoso, inteligente, alegre, lembrava-me de um conselho que ele sempre me dava dizia "meu neto, cuide-se dos elogios, eu mesmo me cuido muito dos elogios, porque dos elogios eu não sei me defender, eu me defendo muito bem das lutas da vida, mas dos elogios eu não consigo me defender" e portanto eu não iria elogiar o meu avô e vossa excelência me socorreu e eu profundamente, em meu nome pessoal, em nome dos meus filhos, da minha mãe, como eu tenho certeza dos meus tios, do eminente deputado Antônio Anibelli, agradeço a vossa excelência a manifestação.

Sr. presidente, srs. deputados.

Desejo hoje fazer uma análise preliminar do orçamento que iremos votar, da Proposta Orçamentária que iremos votar nesta tarde. (Lê).

"Se os parâmetros orçamentários e financeiros utilizados na Proposta Orçamentária para 1984, constituem o financiamento do Plano de Ação do Governo José Richa no próximo exercício, o que transparece do que possam ser as novas tecnologias de ação administrativa é que o Paraná, no governo José Richa - no governo do PMDB - está dando um salto no escuro, mergulhando profundamente, nas trevas da ausência de austeridade administrativa, por obra e graça do sr. José Richa, que emerge para a história da vida paranaense como o governador do mordomado, no qual foram abolidas as práticas de rí-

gidos princípios de parcimônia e de zelo no trato dos dinheiros públicos.

Ao analisarmos a Proposta Orçamentária para o ano vindouro, constatamos que o governo Richa está embaindo a opinião pública paranaense, como embuiu durante a campanha pré-eleitoral e pretende continuar a embai-la no futuro, se esta Assembléia não se mantiver vigilante para dizer aos cidadãos paranaenses que o governador está faltando com a verdade e traindo as propostas que o tornaram merecedor da preferência do eleitorado, pois, a veracidade dos fatos comprova que temos hoje no Paraná, além do mordomado, o governo de mentiras. De grandes mentiras contidas na versão preliminar do Plano de Ação 1983/86 e na Proposta Orçamentária para 84.

Aliás, muitas das mentiras do Plano de Ação não poderão ser comentadas porque a cópia xerográfica que nos foi enviada pela Casa Civil da Governadoria, contém a página 3 em branco, o que demonstra o descaso com que esse documento que poderia ser de grande significação para a vida político-administrativa paranaense, vem sendo tratado no âmbito da Secretaria do Planejamento.

Como chegou ao governo sem uma programação definida, apesar de já estar completando quase um ano da sua eleição, esse regime do PMDB no Paraná, que no governo se apresenta incapaz de realizações positivas, passou a utilizar o Plano de Ação para engordar as populações do interior do Estado, com as infundáveis e já cansativas discussões participativas. Eleito há um ano e governando há oito meses, José Richa não tem nada a apresentar, a não ser intermináveis discussões, apregoando intenções e propósitos que não se realizam. Decorrido todo esse tempo, vemos o governo ainda na versão preliminar de jargões, do politiguês, do congressês, do psicologuês, do sociologuês, do economês. É o predomínio do vocabulário empolado, das frases pomposamente ocas. O plano de Richa, é isso; essa é a obra coordenada pelo Secretário do Planejamento, Belmiro Castor, que, segundo o Secretário, Chefe da Casa Civil, Otto Bracarense Costa, será submetido oportunamente à aprovação da Assembléia Legislativa do Estado, em caráter oficial.

Como se verifica, o Plano de Ação ainda está na sua versão preliminar, mas o regime do PMDB, o governo José Richa, já deseja estipular os recursos para sua execução, através da Proposta Orçamentária para 1984, e orçamentos ulteriores. Por isso, examinamos o Orçamento para 1984.

A orgia de gastos começa pela divulgação oficial isto é, pela propaganda do governo Richa, que este ano, só na verba da Casa Civil (excluídas as Secretarias de Estado, empresas estatais, dentre as quais apenas 4 - Copel, Banestado, Sanepar e Badep) são responsáveis por mais de 80 por cento das verbas para veiculação propagandística está gastando 755 milhões de cruzeiros, no próximo ano se elevará a nada menos de 2 bilhões 220 milhões de cruzeiros, com um aumento de 194 por cento em gastos de propaganda, apenas por intermédio da Casa Civil. Isso tudo sem licitação ou concorrência pública.

Não se justifica que empresas como a Copel, geradora e distribuidora de energia elétrica; Banestado, prestador de serviços ao comércio e à indústria; Sanepar, serviços de abastecimento d'água e coleta de esgotos; e Badep, Banco de Desenvolvimento gastem somas astronômicas com propaganda, gastos esses que encarecem tarifas e taxas de serviços, pagas pelo dinheiro do sofrido e escorchado povo paranaense.

Pela divulgação oficial começam as mentiras do governo José Richa e terminam as austeridades dos mentirosos dos palanques do ano passado, que agora se mostram ao povo na nudez das suas falsidades.

No decorrer desta análise da primeira proposta orçamentária do regime do PMDB a esta Assembléia, os eleitores para-

naenses conhecerão novas facetas da hipocrisia existente entre pregação e as ações do mordomado José Richa.

A receita para 84 prevê um aumento de mais 163 por cento na Receita Tributária, isso situa-se bem acima do patamar da inflação prevista para o próximo ano.

Como as despesas estão previstas no mesmo volume da receita, conclui-se o seguinte:

- ou existe irresponsabilidade na fixação da receita tributária própria do Estado e o número não será alcançado por estar superestimado e, neste caso, como as despesas ocorrerão, o Estado deixará de pagar algumas delas...

- ou o governo intensificará sua ação fiscalizadora e arrecadadora, arrochando, cada vez mais, as empresas paranaenses, principalmente as pequenas e microempresas, contribuindo assim para aumentar mais ainda as taxas de desemprego.

Como o governo Richa pretende empreender a perseguição aos pequenos e microempresários, cabe acentuar que, em recente manifestação pública da Associação de Microempresas do Paraná, divulgada pela imprensa local, é denunciada a pressão fiscal desencadeada pelo governo José Richa - o governo do PMDB, por iniciativa do Secretário Erasmo Garanhão, contra os pequenos empresários paranaenses que estão submetidos ao terrorismo fiscal por não terem a tranqüilidade necessária para a produção e comercialização nos seus setores específicos. A Associação de Microempresas revelou que a voragem do sr. Garanhão chega ao ponto de cada estabelecimento comercial ou industrial receber duas ou mais visitas de fiscais por dia, numa espécie de auditoria permanente, como se todos os comerciantes e industriais do Paraná fossem desonestos, sonegadores de impostos, como quer considerá-los o perseguidor sr. Garanhão.

Quanto à Receita de Serviços, o Governo Richa está se revelando um dos maiores especuladores e fomentadores da inflação, com uma atuação nitidamente antiparanista. A Receita de Serviços, que é basicamente a receita auferida da aplicação de recursos do governo no "over night", sempre recebeu críticas do candidato Richa e de seus partidários, inclusive nesta Assembléia Legislativa, que criticavam sistemática e implacavelmente o procedimento de o governo aplicar seus recursos (recursos do povo) no mercado de capitais.

Isto quando o PMDB era oposição. Agora no governo, o PMDB não só continua com a mesma prática, como vai intensificá-la consideravelmente e com uma voracidade impressionante. Senão, vejamos:

- em 83, o Estado previa uma arrecadação de 26 e meio bilhões de cruzeiros e para 84, o governo do PMDB pretende arrecadar nada menos do que 80 bilhões de cruzeiros com esses procedimentos, que antes combatia, apresentando um crescimento de 302 por cento de um ano para outro.

Isso significa retirar da economia do Paraná, recursos para serem aplicados em qualquer outra parte. Se os recursos aqui fossem aplicados diretamente pelo governo, em tempo oportuno, contribuiriam para aumentar a oferta de empregos, que foi e continua sendo apenas promessa do PMDB.

Além disso, essa prática de aplicações no "over" e no "open", por parte do regime do PMDB no Paraná, contribui para o aumento das taxas de juro no mercado financeiro, pela pressão que este volume irá exercer.

Se não tivesse determinado a crescer em 302 por cento a receita de aplicação de seus recursos em Rendias de Capital, o governo estadual poderia cumprir com rigorosa pontualidade seus compromissos (com fornecedores, empreiteiros e pessoal).

Ressalta, senhor presidente, e nobres deputados, que para se alcançar a meta de arrecadar 80 bilhões de cruzeiros ao ano, é necessário auferir um lucro mensal de 6 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Isto significa que a uma taxa de 8 por cento ao mês, o Estado imobilizará, em aplicações, 82 e meio bilhões de cruzeiros, durante cada mês do ano.

No que se refere às Operações de Crédito, durante a campanha eleitoral, o PMDB proclamava que o estado estava endividado pelas operações de crédito. Nos primeiros meses de governo continuou o mesmo argumento.

Recorde-se que o atual governo recebeu um orçamento elaborado pelo anterior, que era do PDS, e que previa 45 bilhões de cruzeiros em 83, de receita de operações de crédito (internas e externas).

Sendo completamente fiel à sua linha de inoperância com o que denunciava na campanha, e o que realiza quando no Poder, o PMDB não só utilizou os 45 bilhões de cruzeiros previstos para 83, como em seu primeiro orçamento, estabeleceu que em 84, tomará 108 bilhões de cruzeiros em operações de crédito, o que representa um crescimento de 240 por cento, no endividamento do Paraná, em apenas um ano.

Diante disso, como se pode admitir que o líder desse partido, o ilustre deputado Nilso Squarezi, e outros membros da bancada do PMDB, venham a esta tribuna para criticar a dívida externa do País, quando o governo deles vai aumentar essa dívida em mais de um bilhão de dólares com o projeto da Usina de Salto Sagrado e está endividando o Paraná, em apenas 12 meses, em 108 bilhões de cruzeiros. É muita desfaçatez. Deveriam, sim, vir a esta tribuna para reconhecer que o Governo José Richa será o maior endividador do Paraná e um dos grandes tomadores de empréstimos em dólar para obras que o Paraná não precisa.

Esta sim, é a verdade.

Quanto às despesas previstas no Orçamento para 84.

lembre-se que o PMDB, durante sua campanha em busca do poder, criticava os governos da Arena e do PDS por estarem diminuindo os investimentos em Despesas de Capital.

Pois bem: o que fez o governo José Richa na sua primeira proposta orçamentária, sr. presidente, e srs. deputados. Este mesmo PMDB apresenta uma proposta exatamente oposta ao que criticou e ao que propôs no próprio Plano de Ação...

Esse mesmo PMDB apresenta uma proposta exatamente oposta ao que criticou e ao que se propôs no próprio Plano, pois, em 83, nas dispensas de custeio representam a 30 por cento, do total de despesas, e as de capital correspondem a 31 por cento das despesas e na proposta para 84, as de Custeio estão previstas em 36 por cento, enquanto as de capital foram reduzidas dos 31 por cento para 23 por cento. É óbvio que esta redução irá contribuir para o aumento dos índices de desemprego no Estado, pois se tivéssemos mais investimento, poderíamos aquecer nossa economia, e, com isso, geraríamos mais empregos, no Paraná.

Como argumento demagógico o atual governo o pretende afirmar que carrou mais recursos para custeios, a fim de fazer frente às despesas com pessoal, que estão incluídas nos custeios. O aumento dessas despesas é de todo justificável. Porém, é preciso que se esclareça que, sob esse pretexto, o governo José Richa, que pretendia ser o governo da austeridade, mas que não está sendo, aumenta (na categoria de custeios), as despesas de Material de Consumo da máquina administrativa do Estado, de um bilhão e 161 milhões, em 83, para 7 bilhões e 607 milhões, em 84. Onde austeridade? Onde redução de despesas de gasto público do governo da austeridade que aumenta num ano, a verba de custeio em 775 por cento, senhor presidente e srs. deputados. É o número, é a proposta orçamentária que vamos analisar nesta sessão.

É o governo José Richa do desperdício do dinheiro do povo. No item Serviços de Terceiros (também da categoria de Custeios), destinados basicamente à cobertura de contratos os mais diversos, passa de 15 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, em 83, para 42 bilhões e 200 milhões de cruzeiros em 84, com um crescimento de 277 por cento. E não esqueçam, srs. deputados, as verbas para pagar pessoal sobrem só 98 por cento, e a verba para obras públicas somente 35 por cento, enquanto

isso a verba para comunicação social cresce 394 por cento, verba para material de consumo sobe 775 por cento.

O governo José Richa é o governo da mordomice. E vejamos a orgia de gastos nesse setor, pelos secretários de Estado.

Trata-se das Despesas com Manutenção de Gabinetes de Secretários. São recursos destinados fundamentalmente para:

— assessoramento técnico do Secretário;

— comunicação social, além dos 2 bilhões e 200 milhões tem mais dinheiro que o governo vai gastar no Gabinete do Secretário para promoção pessoal dos senhores secretários. E os senhores parlamentares do PMDB que se cuidem, porque é dinheiro para colocar notícia elogiosa para secretário de Estado e está cheio de candidato e deputado estadual e deputado federal.

Despesas com viagem e estadia, e despesas com cerimonial é isto que diz a proposta orçamentária do governo do PMDB, que ia acabar com a mordomia e que diz e que vai subir no gabinete do secretário dos Transportes, 800 por cento a verba, para que? Para pagar as despesas com cerimonial, com alimentação, com hospedagem, com viagem dos barões peemedebistas.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a vossa excelência que seu tempo está esgotado, Concedelhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Continuarei a análise do Orçamento, no momento da votação da matéria, sr. presidente.

O partido que agora está no governo, durante a campanha acusava o governo do PDS de gastos excessivos em mordomia e prometia acabar com ela, fazendo deste tema uma de suas plataformas de campanha. Também, no plano de governo, enganando o povo paranaense, preconiza um governo de austeridade, de respeito com o dinheiro do povo.

Na verdade, o regime do PMDB no Paraná, o governo Richa, está ampliando desmesuradamente a mordomia, transformando-se num verdadeiro mordomado, sem respeito algum pelo dinheiro do contribuinte do erário público. É um comportamento escandaloso que não poderá ficar sem a devida penalização, quando os eleitores paranaenses forem convocados às urnas para eleger o seu sucessor. Richa terá de ser punido pelo povo paranaense, o mesmo acontecendo com seus partidários que não estão sabendo respeitar o dinheiro do povo. O governo que prometeu que seria da austeridade, transformou-se no regime dos escândalos na administração pública paranaense. Isto está evidenciado no primeiro Orçamento elaborado por ele mesmo. Pois as despesas de Manutenção de Gabinetes (cerimonial, viagens e estadias, propaganda e divulgação), crescem assustadoramente em relação ao Orçamento deste ano, que foi proposto por um governo do PDS. Talvez seja esta a razão pela qual o PMDB tanto criticou o Orçamento, dizendo que era muito apertado e que por isso nada podiam fazer em 83. Não concordaram, isso sim, com o orçamento que não tinha recursos abundantes para mordomia, que deve ser o objetivo maior deste governo que aí está.

A comprovação é evidente nos números do Orçamento vigente para 1983 e no que foi proposto para 1984, pelo governo da falsa austeridade.

E o mau exemplo, a mordomice, vem do próprio governador, cujos recursos para manutenção de seu próprio gabinete crescem 289 por cento de um ano para outro. Mas isso não é só. Constatamos outros exemplos da mordomice do regime do PMDB:

— gabinete da Secretaria do Interior tinha este ano, 52 milhões de cruzeiros e quer em 84 um total de 160 milhões de cruzeiros. Isto é, crescerá 307 por cento.

— gabinete da Secretaria da Justiça, aumenta as despesas de 88 milhões de cruzeiros, para 307 milhões de cruzeiros, crescendo 348 por cento.

90 milhões de cruzeiros e passa no próximo ano para 367 milhões de cruzeiros, com um crescimento de 407 por cento.

Para encerrar este capítulo da mordomice, do regime do PMDB, vejamos o gabinete da Secretaria da Segurança que este ano tem 93 milhões de cruzeiros e gastará em 1984, um total de 854 milhões de cruzeiros. Quase um bilhão de cruzeiros em mordomia e propaganda, crescendo estes gastos em 918 por cento.

Não há dúvidas, o governo José Richa está sendo um desastre para o povo paranaense. Muito pior do que qualquer intempérie.

Para facilitar, examinemos as despesas com Diretorias Gerais e Grupos Setoriais.

São recursos destinados aos serviços meios das secretarias, isto é, para a manutenção da máquina.

É preciso que se diga que o atual orçamento (83) apresenta estas despesas em cinco itens: a própria diretoria geral, e cada um dos quatro grupos setoriais. Para essa análise os cinco itens foram somados, já que a técnica do Orçamento para 84 englobou-se.

Isso posto, há que se destacar que para a manutenção das máquinas das secretarias e do Palácio Iguaçu, o atual governo gastará 15 e meio bilhões de cruzeiros, contra 5 bilhões, 868 milhões em 83, o que identifica um crescimento de 264 por cento de um ano para outro. Aí está mais uma evidência da falsa austeridade.

E o pior exemplo começa na própria governadoria que, de 327 milhões em 83, passa para 926 milhões, crescendo 282 por cento.

Algumas secretarias, como a de Finanças, Planejamento e Justiça, ficaram em torno do crescimento das despesas com a máquina que o governador se permitiu e elas crescem 275 por cento, 289 por cento e 264 por cento, respectivamente.

É importante destacar que algumas secretarias não se contentaram com o já abusivo crescimento nas despesas de manutenção antes refletidas, como se verifica:

— máquina da Secretaria da Segurança passa de 126 milhões em 83, para 413 milhões em 84, com crescimento de 327 por cento.

— máquina da Secretaria da Agricultura em 83 gastou meio bilhão e em 84 gastará 1 bilhão e 551 milhões, crescendo 310 por cento.

— máquina da Secretaria do Interior, de 144 milhões em 83, gastará 823 milhões em 84, o que representa um crescimento de 722 por cento.

— máquina da Secretaria da Saúde foi acometida de uma enfermidade voraz de cruzeiros, pois de 405 milhões em 83, salta para 3 bilhões e 730 milhões no próximo ano, apresentando um crescimento dificilmente explicável de 921 por cento de um ano para outro.

Nada melhor do que um orçamento para retratar uma administração. E o retrato da administração José Richa é um retrato cheio de contornos sombrios na aplicação do dinheiro público. Por ter mentido ao povo e por continuar mentindo a esse mesmo povo, Richa e seus partidários já começam a ser condenados pela decisão unânime da comunidade paranaense. Já ecoam por todos os quadrantes da terra paranaense, os gritos de protestos pela péssima administração que aí está. O povo está a exigir mudanças de direção e de programas.

O Paraná não pode continuar vivendo sob a demagogia e a irresponsabilidade deste governo. Governo incapaz, inerte, dominado pelo imobilismo, sedento de revanchismo, engolfado pela mordomice, endividador do Estado, especulador no "over" e no "open", mau patrão para os seus empregados, perseguidor dos contribuintes, enfim, não é um governo: Richa e o PMDB no poder são o desgoverno.

É lamentável. Profundamente lamentável. É o salto no

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

PASSA—SE À

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 senhores deputado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria do sr. deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria do sr. deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) — Sr. presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa deferred e solicita ao sr. 1.º secretário que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal).

44 srs. deputados responderam a chamada.

Há quorum para prosseguimento e deliberação.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando seja decretado por esta Casa, Luto Oficial por 3 dias, pelo falecimento ocorrido ontem do Senador Nilo de Souza Coelho, Presidente do Senado Federal, bem como designada a sessão extraordinária do dia 10 do corrente, quinta-feira, para as homenagens ao político falecido. **Aprovado.**

Em razão da aprovação deste requerimento, solicito às Lideranças Partidárias, para que designem seus membros para a saudação póstuma ao ilustre Senador Nilo Coelho, na sessão

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Fica indicado o deputado Antônio José Fonseca, para representar a nossa bancada nesta homenagem.

O SR. PRESIDENTE — Está anotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem). Igualmente a Bancada do PDS associando-se ao requerimento do eminente deputado Caíto Quintana, indica o deputado Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anota.

Requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na votação para os projetos de Lei nºs 149, 158 e 39/83, constantes da Ordem do Dia marcada para hoje. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Para que a Mesa esclarecesse do que se tratam esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá esclarecer ao Plenário quais são os projetos.

Projeto de Lei nº 149/83 é do Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado.

Projeto de Lei nº 158/83 é da Proposta de Orçamento Anual enviada pelo Executivo.

E o Projeto de Lei nº 39/83 é o projeto de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas, a nível estadual, e dá outras providências.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Senhor presidente, notei que poucos exemplares do Orçamento chegaram à Mesa, hoje, e eu acredito que uns seis deputados tenham a cópia do Orçamento. Queria solicitar que vossa excelência providenciasse para a votação de amanhã, quando pretendemos encaminhar a votação, para que outros deputados também tivessem um exemplar desse orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa ao nobre deputado, que os avulsos do Orçamento, da Mensagem Original da Proposta Orçamentária, foram distribuídos a todos os senhores deputados. E as emendas apreciadas pela Comissão de Orçamento que integram esta proposta orçamentária, estão constantes da Ordem do Dia de hoje.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Exatamente, esta Ordem do Dia de hoje é que não foi distribuída suficientemente para todos os senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa irá verificar e determina que todos os senhores deputados recebam a Ordem do Dia dos trabalhos de hoje.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Pela ordem) — Com relação a essa matéria levantada pelo senhor deputado Gilberto Carvalho, a Comissão de Orçamento tomou o cuidado de distribuir um avulso a cada deputado.

Se, por ventura, algum deputado do PDS não recebeu, nós entraremos em contato, neste momento, com o deputado Gilberto Carvalho e providenciaremos que o senhor secretário da Comissão de Orçamento providencie com a máxima urgência um exemplar para estes deputados que não receberam.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) — Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — É apenas para dizer ao eminente deputado Artagão, que eu fazia referência à Ordem do Dia de hoje, que tem o Substitutivo. O Orçamento foi distribuído a todos os srs. deputados. O substitutivo é que faltou hoje. Da Mesa, quando aqui cheguei, tinha meia dúzia de Ordem do Dia, aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento do deputado Anibal Khury. Aprovado.

Atendendo a preferência aprovada pelo Plenário, está em Terceira Discussão o Projeto de Lei número 149/83, que aprova a Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado para o triênio 84/86, com parecer favorável da Comissão de Orçamento. Está em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — APROVADO.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do sr. deputado Anibal Khury, acima aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 158/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem número 117/83), PROPOSTA DE ORÇAMENTO — PROGRAMA ANUAL, para o exercício de 1.984. Com parecer Favorável e Substitutivo da Comissão de Orçamento, por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 158/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PARECER
AO PROJETO DE LEI N.º 158/83
ORÇAMENTO ANUAL

1. Por intermédio de ordem constitucional, o excelentíssimo senhor governador do Estado, encaminhou a esta Assembléia Legislativa Mensagem n.º 117/83, com o intuito de submeter à deliberação desta Casa o Projeto de Lei orçamentária, para o exercício de 1984.

A referida Mensagem transformou-se no Projeto de Lei n.º 158/83, trazendo em seu bojo exposição justificativa, que se constitui numa série de dados que visam possibilitar uma visão global das intenções efetivas da ação governamental.

2. O principal instrumento de administração do governo, aloca recursos que pretende arrecadar no próximo exercício, num montante de CR\$ 952.276.420.000,00 (novecentos e cinquenta e dois bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e vinte mil-cruzeiros).

Deste total, a receita centralizada alcança uma previsão de CR\$ 806.962.000.000,00 (oitocentos e seis bilhões, novecentos e sessenta e dois milhões de cruzeiros), representando 84,74 por cento do global, enquanto que a descentralizada atinge uma estimativa de CR\$ 145.314.420.000,00 (cento e quarenta e cinco bilhões, trezentos e quatorze milhões, quatrocentos e vinte mil cruzeiros), ou seja, 15,26 por cento do total.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM- como principal fonte de receita, representará 67,5 por cento do global estimado. É oportuno ressaltar que o setor industrial responderá com somente 26,1 por cento do ICM estimado, havendo uma diminuição de 4,8 por cento, em comparação com a arrecadação prevista para o presente exercício, no qual deverá representar em torno de 30,9 por cento. Caberá ao setor primário da economia, a responsabilidade de cobrir a defasagem do industrial, comprovando os graves problemas com que o setor se depara, principalmente, em razão da violenta recessão, implementada pelas decisões do Governo Central.

Para fazer frente às despesas programadas, o Governo Estadual solicita, antecipadamente, uma autorização legislativa para proceder a operações de crédito, qual somam CR\$... 108.286.000.000,00 (cento e oito bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de cruzeiros), representando 13,42 por cento da Receita Centralizada, concentrando-se na segunda fonte de receita para o Tesouro Estadual.

Tal situação vem a demonstrar que a atividade governamental não possui fontes de recursos, exigindo-se dela um empenhamento cada vez maior ou então a estagnação frente às necessidades reais de investimentos.

Somente de uma reforma tributária, que possibilite aos Estados e municípios melhor participação nas riquezas produzidas dentro de seus territórios, poderá advir uma reversão em tal expectativa.

A reforma tributária é a única base sólida para a saída efetiva das crises político-econômicas com que se depara o País, pois entendemos que, sem um enraizamento de auto-determinação econômica por parte das comunas sociais, não haverá nem verdadeira democracia, nem mesmo uma saída honrosa do caos sócio-econômico atual.

3. A dívida pública do Estado do Paraná tende a alcançar, no início do exercício de 1984, um montante de CR\$ 101.420.400.000,00 (cento e um bilhões, quatrocentos e vinte milhões quatrocentos mil cruzeiros) o que representa mais de 12,5 por

por cento dos recursos centralizados.

QUADRO DA DÍVIDA PÚBLICA

Discriminação	CR\$ 1.000,00	% TOTAL ORÇ.
INTERNA	24.129.009	2,99
. Enc. da Dívida	14.554.564	1,80
. Amortizações	9.574.445	1,19
EXTERNA	77.291.391	9,57
. Enc. da Dívida	49.249.159	6,10
. Amortizações	28.042.232	3,47
TOTAL	101.420.400	12.56

Note-se que, com juros, e serviços da dívida, o governo gastará em torno de 7,90 por cento dos seus recursos centralizados, e com os encargos da dívida externa deverá gastar quase 4 (quatro) orçamentos da Assembléia Legislativa, que corresponde a 12,5 bilhões de cruzeiros.

Tal montante torna-se mais significativo, se analisarmos que a soma das dotações dos Poderes Legislativos e Judiciários alcançam 7,2 por cento dos recursos centralizados, ou seja, o Estado deverá gastar mais com os estabelecimentos financeiros estrangeiros do que se propõe a gastar com os poderes constituídos, exceto o próprio Executivo. Alie-se a isto, o fato de que os montantes do Legislativo e Judiciário não aumentam com as sucessivas desvalorizações do cruzeiro, e isto acontece com as dívidas fundadas externas, em grande escala.

Ressalte-se que a dívida externa participaria se isto fosse possível, como órgão de terceira prioridade, pois só perderia para a Secretaria da Educação e quase se igualaria à Secretaria dos Transportes.

4. A divisão dos recursos alocados aos Poderes assim se apresenta:

PODER	CR\$	% TOTAL ORÇ.
EXECUTIVO	894.044.220	93,9
LEGISLATIVO	18.406.000	1,9
JUDICIÁRIO	39.826.200	4,2
TOTAL	952.276.420	100,0

5. As funções hierarquizadas prioritariamente são:

- a — Educação e Cultura, com 26,2 por cento do total.
 - b — Administração e Planejamento, com 16,3 por cento do total.
 - c — Transporte com 13,2 por cento do total.
 - d — Assistência e Previdência, com 12,6 por cento do total.
- A função de "Administração e Planejamento", tem participação significativa porque deverá responder pelos pagamentos das dívidas públicas.

Quanto aos órgãos públicos, as prioridades assim se apresentam:

- a — Secretaria da Educação, com 27,3 por cento do total.
 - b — Administração Geral do Estado- SEFI, com 22,3 por cento do total.
 - c — Secretaria dos Transportes, com 9,7 por cento do total.
- Serve, aqui, para a "Administração Geral do Estado-SEFI" o mesmo comentário supra, para a função "Administração e Planejamento".

6. Num estudo de contemplação dos recursos centralizados por sub-categorias econômicas de despesas, podemos visualizar o quadro a seguir:

DESPESAS	VALOR CR\$	VARIAÇÃO %	
		S/83	TOTAL
DESP.CORRENTES	600.823.932	182,0	74,5
. Pessoal e Enc.Soc.	431.569.614	195,5	53,5
.Outras Desp.Cor.	169.254.318	155,3	21,0
DESP.CAPITAL	191.138.068	88,4	23,7
. Investimentos	35.180.789	34,8	4,4
. Invers.Financ.	18.796.526	86,2	2,3
. Transf. de Capital	137.160.753	110,2	17,0
CLASSIFICAÇÃO ESP.	15.000.000	25,0	1,8
. Reserva de Conting.	15.000.000	25,0	1,8
TOTAL	806.962.000	147,3	100,0

Cumpra observar que, enquanto o orçamento, em termos financeiros, cresceu em torno de 147,3 por cento, as Despesas de Capital ficaram com um acréscimo de somente 88,4 por cento, bem inferior ao índice inflacionário. Acentua-se tal discrepância, ao se analisar que o crescimento das Despesas de Capital é devido às transferências, principalmente no que diz respeito à amortização da dívida pública.

O Estado deverá gastar mais de 74 por cento do seu orçamento na manutenção dos seus serviços ou nas transferências correntes (serviços da dívida, inativos, pensionistas etc.), evidenciando que muitas das necessidades serão esquecidas ou terão suas soluções adiadas.

7. Omitiu-se aqui exames de vários aspectos da questão, que poderiam tornar-se cansativos e sem conseqüências. O mais importante em nosso entender, é a análise dos efeitos indiretos da política orçamentária sobre os aspectos da vida econômica, tais como, o nível de emprego e o processo de desenvolvimento agroindustrial.

O caráter instrumental do orçamento está condicionado às políticas globais e estas estão a cargo da União, em decorrência da concentração de poderes e recursos em mãos do Poder Executivo Federal.

Sempre houve preocupações acerca da vinculação da despesa pública, com o seu financiamento, o que tem ensejado esforços no sentido de compatibilizar os sistemas e métodos operativos com a utilização eficiente dos recursos destinados aos programas orçamentários. Isto só será possível quando os Poderes Legislativos passarem a ser coerentes, fiscalizadores do processo, responsáveis em suas análises, atuantes na procura de soluções e principalmente, estruturados nos mecanismos de avaliação.

A frieza dos números torna o instrumento orçamentário para o Poder Legislativo, uma listagem de meras intenções, sem contudo, possibilitar um estudo mais profundo entre o que consta e o que verdadeiramente vai ser realizado, no sentido de se suprirem as necessidades populares.

As análises parlamentares não tem encontrado ressonância por parte do Poder Executivo, advindo efeitos mais danosos quando das deliberações no acompanhamento. Tudo isto é fruto do autoritarismo manifestado nos setores de planejamento, aliado ainda à falta de estrutura administrativa e de instrumentos legais que possibilitem uma verdadeira avaliação dos resultados por parte do Poder Legislativo.

A não vivência política tende a dificultar a percepção na medição dos resultados, por parte dos administradores da coisa pública, passando eles a somar os custos das obras, dos materiais, dos serviços, enquanto que a prioridade governamental deverá, sempre, medir o retorno dos benefícios sociais.

As realizações, nos estudos orçamentários, nunca, deve-

riam ter como prioridade as alocações em razão de vencidos e vencidos nos debates dos titulares de cada órgão, mas, dever-se-ia ter, antes de tudo, a dimensão exata dos efeitos dos dispêndios públicos, isto é, uma análise da vinculação entre o gasto e o bem comum.

O Orçamento constitui um estruturado sistema, cujas etapas se originam do planejamento, passando pela elaboração, aprovação, execução, fiscalização, finalizando com a avaliação. Entendemos que deveria o Poder Legislativo, intervir em todas estas etapas, como meio de viabilizar a pretendida vinculação entre a despesa e a realização do bem-estar social.

E qual é a nossa participação?

Infelizmente, na atualidade, em quase nada o Poder Legislativo tem a oportunidade de intervir na ação governamental, tendo em vista as proibições constitucionais e as atitudes tecnicistas dos órgãos de elaboração do documento orçamentário.

A nossa participação chega a ser quase simbólica.

É, pois, imperioso que se faça aprofundado estudo do processo, com o objetivo de ensinar uma efetiva participação dos representantes populares, sob pena de omissão, ou de continuarmos a contribuir com uma simples farsa.

A realidade atual do Brasil comprova as nossas afirmações.

8. Ao projeto de lei orçamentária foram apresentadas, dentro do prazo regimental, 1022 (um mil e vinte e duas) emendas, assinadas por diversos deputados.

As intenções são de consignarem melhor atendimento aos diversos segmentos da sociedade paranaense, sendo elas justas, pois ninguém mais do que os Parlamentares sentem as deficiências, necessidades e carências do povo que representam.

As emendas tem a sua regulamentação principal em dispositivo do § 1.º do artigo 35 da Constituição do Estado do Paraná, que assim determina:

§ 1.º — Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada porção, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante a natureza ou objetivo.

Com o mesmo objetivo, dispõe a parte final do artigo 3.º da Resolução n.º 17/67, de 11 de outubro de 1967, desta Assembléia Legislativa, que prescreve:

Art. 3.º — negando tramitação àquelas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem modificar o seu montante, natureza e objetivo.

Além de tais ordenamentos legais, a grande maioria das emendas visam dispor sobre as dotações das atividades 2.570-da Promopar e 2.062 — Assistência Social Geral. Contudo, na tentativa de já destinar os montantes destas dotações, a soma das emendas ultrapassam em muito os valores aí alocados.

Dentro do exposto, EXCEPTUANDO-SE as emendas de n.ºs 02 (dois), 03 (três), 06 (seis), 17 (dezessete), 19 (dezenove), 44 (quarenta e quatro), 45 (quarenta e cinco), 46 (quarenta e seis), 47 (quarenta e sete), 76 (setenta e seis) e 77 (setenta e sete), entendemos em NEGAR TRAMITAÇÃO às demais.

9. Para inserir os objetivos das 11 (onze) emendas aceitas, entendemos em utilizar as disposições do parágrafo único do artigo 4.º da Resolução n.º 17/67.

"Parágrafo único — Fica assegurado ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar

juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito sobre o projeto e emendas”.

Este dispositivo é complementado com o artigo 186, do Capítulo IV- do Projeto Orçamentário, no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, que assevera:

“Art. 186 — A Comissão, ao opinar sobre as emendas, poderá propor modificações ao projeto e às emendas, oferecer outras e apresentar substitutivos de ordem geral a várias emendas, ou a grupos delas que tratem do mesmo assunto”.

Dentro destes parâmetros legais, apresentamos um SUBSTITUTIVO GERAL ao Projeto de Lei Orçamentária, com o intuito de dar tramitação aos objetivos das emendas aceitas, que precipuamente pretendem dar ao Poder Legislativo uma participação efetiva da ação governamental.

Assim seguem incluídos ao presente Parecer:

a - Alteração do texto da Lei, atendendo as intenções do deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira e principalmente do deputado Roberto Requião de Mello e Silva que assim se expressou na justificativa da emenda de n.º 17:

“A medida visa possibilitar ao Poder Legislativo, um acompanhamento mais condizente com a sua função fiscalizadora, primordialmente no que tange às execuções orçamentárias, sem, contudo, inviabilizar a ação governamental”.

Outro importante objetivo é o proposto pelo deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira ao consignar a necessidade de ser ratificado por esta Assembléia Legislativa os Orçamentos das entidades de administração indireta, o que consta do final do “caput” do artigo 5.º.

Achamos por demais importante a iniciativa do deputado Roberto Requião de Mello e Silva, no sentido de determinar que as dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa sejam discriminadas por decisões Plenárias.

b- Alteração da especificação do conteúdo programático de trabalho das seguintes atividades e projetos que possam a ter a redação abaixo :

0 301.01020022.020 - CONTROLE LEGAL DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

“Realizar a fiscalização financeira e orçamentária do Estado e dos Municípios. Aprimorar os métodos de acompanhamento e auditoria. Atender as despesas com o pagamento dos Conselheiros, referente ao exercício anterior, em consonância com o Decreto-Lei n.º 2019 de 28 de março de 1983 no valor de CR\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros). Divulgar atos normativos através de edições mensais e realizar cursos ligados à sua área de atuação.

0501.02040132.030 - ATIVIDADES JUDICIÁRIAS- TJ:

“Exercer as funções constitucionalmente previstas, processando e julgando as causas deferidas ao Tribunal. Atender as despesas com o pagamento dos Desembargadores, referente ao exercício anterior, em consonância com o Decreto-Lei n.º 2019 de 28 de março de 1983, no valor de CR\$ 774.000.000,00 (setecentos e setenta e quatro milhões de cruzeiros). Incrementar a atuação do Tribunal para pequenas causas, promovendo a sua interiorização.”

Valor em CR\$ 1.000,00 — 23.317.000

0501.02040132.034 — ATENDIMENTO A PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS:

“Atender com maior celeridade ao pagamento de 398 precatórios requisitórios e/ou despesas decorrentes de sentenças judiciais, conforme determinam o artigo 117 e parágrafos da Constituição Federal, artigo 90 da Constituição Estadual, artigo 198 do Código de Processo Civil, artigo 67 da Lei Federal n.º 4.320/64, e artigo 256 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.”

Valor em CR\$ 1.000,00 — 12.797.000

0701.02040132.040 - ATIVIDADES JUDICIÁRIAS- TA

“ Conhecer e julgar as causas de sua competência, em conformidade com o Código de Organização Judiciária do Estado

do Paraná, julgar em grau de recurso cerca de 5.000 processos. Atender o pagamento dos Juizes do Tribunal de Alçada, em consonância com o Decreto-Lei n.º 2019 de 28 de março de 1983, no valor de CR\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de cruzeiros). Publicar 1.200 volumes da Revista Jurisprudência do Tribunal de Alçada. Reformar e adaptar 500 m.2 de área no oitavo andar do Palácio da Justiça.”

Valor em CR\$ 1.000,00 — 1.398.000

2106.03070251.309 — CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS:

“Atender a 310 municípios paranaenses gerando condições financeiras as Prefeituras municipais para que possam cumprir seus programas de reparos em prédios públicos, visando melhores condições de higiene e trabalho, bem como a geração de novos empregos. Ressarcir a EMOPAR das despesas concernentes à construção dos edifícios Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Alves de Camargo. Reconstruir e ampliar a escola de Música e Belas Artes do Paraná e prioritariamente o Palácio São Francisco, cedido ao Tribunal Regional Eleitoral”.

Em Cr\$ 1.000,00

c— Alterar os valores dos seguintes órgãos:

ACRESCER

1100 — PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA.

1101 — PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

02 — JUDICIÁRIA

04 — PROCESSO JUDICIÁRIO

014 — DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO.

2.635 — SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

3.0.0.0. — DESPESAS CORRENTES 40.000

3.1.1.0. — DESPESAS DE CUSTEIO 40.000

3.1.2.0. — MATERIAL DE CONSUMO 15.000

3.1.3.0. — SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENC. 25.000

3.1.3.2. — OUTROS SERV.DE TERC.E ENC. 25.000

4.0.0.0. — DESPESAS DE CAPITAL 65.000

4.1.0.0. — INVESTIMENTOS 65.000

4.1.2.0. — EQUIPAM.E MATER.PERM. 65.000

REDUZIR:

4100 — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO-Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento.

9.0.0.0. — RESERVA DE CONTINGÊNCIA — (Classificação Especial) 105.000

ACRESCER:

0500 — TRIBUNAL DE JUSTIÇA

0501 — TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2.030 — ATIVIDADES JUDICIÁRIAS- TJ 774.000

3.0.0.0. — DESPESAS CORRENTES 774.000

3.1.0.0. — DESPESAS DE CUSTEIO 359.000

3.1.1.0. — PESSOAL 359.000

3.1.1.1. — Pessoal Civil 359.000

3.2.0.0. — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 415.000

3.2.5.0. — TRANSFER. A PESSOAS 415.000

3.2.5.1. — Inativos 415.000

0700 — TRIBUNAL DE ALÇADA

0701 — TRIBUNAL DE ALÇADA

2.040 — ATIVIDADES JUDICIÁRIAS- TA 72.000

3.0.0.0. — DESPESAS CORRENTES 72.000

3.1.0.0. — DESPESAS DE CUSTEIO 68.000

3.1.1.0 — PESSOAL 68.000

3.1.1.1. — Pessoal Civil 68.000

3.2.0.0. — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 4.000

3.2.5.0 — TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS 4.000

3.2.5.0 — Inativos 4.000

TOTAL

846.000

REDUZIR:

0500 — TRIBUNAL DE JUSTIÇA

0501 — TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2.304 — ATENDIMENTO A PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS

846.000

4.0.0.0. — DESPESAS DE CAPITAL

846.000

4.2.0.0. — INVERSÕES FINANCEIRAS

846.000

4.2.9.0 — DIVERSAS INVERSÕES FINANCEIRAS

846.000

4.2.9.1. — Sentenças Judiciais

846.000

Para atender o pressuposto do SUBSTITUTIVO GERAL, ficam alterados:

I — O texto da Lei conforme substitutivo incluso:

II— No Anexo II do Projeto de Lei, os seguintes quadros:

1. Resumo Geral da Despesas — Recursos do Tesouro
2. Demonstrativo da Despesa por Funções, conforme as fontes de recursos - Recursos de todas as fontes.
3. Demonstrativo da Despesa por órgãos conforme o vínculo com os recursos — Recursos de todas as fontes.
4. Demonstrativo da Despesa por órgãos e Categorias Econômicas — Recursos do Tesouro.
5. Demonstrativo da Despesa por fonte de recursos, conforme as Categorias Econômicas — Recursos de todas as fontes.
6. Demonstrativo da Despesa por órgãos e funções — Recursos de todas as fontes.
7. Demonstrativo da Despesa por funções e Categorias Econômicas — Recursos do Tesouro.
8. Demonstrativo da Despesa por funções consolidando projetos e atividades — Recursos do Tesouro.
9. Demonstrativo da Despesa por funções consolidado projetos e atividades — Recursos de todas as fontes.
10. Consolidação da Despesa por Programas e Categorias Econômicas - Recursos do Tesouro.
11. Demonstrativo da Despesa por subprogramas e Categorias Econômicas — Recursos do Tesouro.
12. Demonstrativo da Despesa por funções, programas, subprogramas, atividades e categorias econômicas — Recursos de todas as fontes.
13. Poder Judiciário — Consolidação da Despesa por sua Natureza — Recursos do Tesouro.
14. Poder Judiciário — Demonstrativo da Despesa por órgãos, consolidando projetos e atividades — Recursos do Tesouro.
15. Poder Executivo — Consolidação da Despesa por sua natureza — Recursos do Tesouro.
16. Poder Executivo — Demonstrativo da Despesa por órgãos, consolidando projetos e atividades - Recursos do Tesouro.

III— No Anexo III, do Projeto de Lei, os seguintes quadros:

1. Tribunal de Justiça — Programa de Trabalho — Recursos ordinários; (02 quadros)
2. Tribunal de Justiça — Demonstrativo da Despesa por fonte de recursos consolidando por categorias econômicas — Recursos do Tesouro.
3. Tribunal de Justiça — Demonstrativo da Despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas.
4. Tribunal de Justiça — Consolidação da Despesa por sua natureza — Recursos do Tesouro — (02 quadros).
5. Tribunal de Alçada — Programa de Trabalho — Recursos ordinários — (02 quadros).
6. Tribunal de Alçada — Demonstrativo da Despesa por fonte de recursos consolidando por categorias econômicas; Recursos do Tesouro.
7. Tribunal de Alçada — Demonstrativo da Despesa por unidades orçamentárias — Categorias econômicas — Recursos do Tesouro.
8. Tribunal de Alçada — Consolidação da Despesa por sua natureza — Recursos do Tesouro — (02 quadros).
9. Procuradoria Geral da Justiça — Programa de Trabalho — Recursos ordinários — (02 quadros).
10. Procuradoria Geral da Justiça — Demonstrativo da Despesa

por fonte de recursos consolidando por categorias econômicas — Recursos do Tesouro.

11. Procuradoria Geral da Justiça — Demonstrativo da Despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas — Recursos do Tesouro.
12. Procuradoria Geral da Justiça — Consolidação da Despesa por sua natureza — Recursos do Tesouro.
13. Procuradoria Geral da Justiça — Programa de Trabalho — Recursos ordinários.
14. Procuradoria Geral da Justiça — Natureza da despesa — Recursos do Tesouro.
15. Administração Geral do Estado — Recursos sob a supervisão da Secretaria do Planejamento — Recursos ordinários e vinculados;
16. Administração Geral do Estado — Recursos sob a supervisão da Secretaria do Planejamento — Programa de Trabalho Recursos ordinários e vinculados.
17. Administração Geral do Estado — Recursos sob a supervisão da Secretaria do Planejamento — Demonstrativo da Despesa por fonte de recursos consolidando por categorias econômicas — Recursos do Tesouro.
18. Administração Geral do Estado — Recursos sob a supervisão da Secretaria do Planejamento — Demonstrativo da Despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas — Recursos do Tesouro.
19. Administração Geral do Estado — Recursos sob a supervisão da Secretaria do Planejamento — Consolidação da Despesa por sua natureza — Recursos do Tesouro.
20. Dentro do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Leis de acordo com o SUBSTITUTIVO proposto.

Jala das Sessões em

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Presidente.

ANIBAL KHURY — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

Na Legislatura passada, no ano de 1981, o então deputado Nilton Friedrich afirmava que os gastos de comunicação social para 82, que estavam estimados, previstos em 1981, para o exercício de 82, em 300 milhões de cruzeiros, se constituíam na prova da corrupção do governo Ney Braga. Que seriam usados estes recursos para campanhas publicitárias, para sendo um governo onde faltava probidade, comprar a opinião pública do Paraná.

O que dizer agora, sr. presidente, srs. deputados, do governo José Richa, do governo que vai gastar só na verba de Comunicação Social, dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros?

Seria possível dizer, sem ser leviano, que o governo José Richa é 10 vezes mais desonesto que o governo Ney Braga? Não, sr. presidente e srs. deputados, não cometeria essa levandade ao analisar a Proposta Orçamentária, mas sou obrigado a reconhecer que o governo José Richa está usando este recurso de comunicação social para iludir o povo do Paraná, já que é um governo sem obras, sem ação, de perseguição, de exoneração. Ele precisa promover as malfadadas discussões do governo participativo, de um plano, sr. presidente, srs. deputados, que diz uma coisa na sua versão preliminar encaaminhado em caráter oficioso a esta Casa.

E a Lei de Meios, isto é, a lei que instrumentaliza o governo para promover as tão faladas mudanças da sociedade paranaense, compromisso de campanha eleitoral, na Lei de Meios, não existe o suporte financeiro para que o PMDB possa transformar em realidade aquilo que pregou durante a campanha

eleitoral.

Por isto é que afirmo, sem temor, que as verbas da comunicação social, que as verbas de "mordomia" das despesas com cerimonial nos gabinetes dos Secretários de Estado, se constituem no grande escândalo administrativo que vive o Paraná hoje, e, que espero que os senhores nobres parlamentares do PMDB, se disponham na votação, em segunda votação a aprovar as emendas propostas por homens dos dois partidos e que procurem retirar alguns recursos da verba da "mordomia" do senhor José Richa, de transferir para alguns programas que vão possibilitar que o governo José Richa cumpra a promessa de palanque.

Uma das emendas, senhor presidente, senhores deputados, é aquela que retira um bilhão de cruzeiros da verba de Comunicação Social. Não estamos cortando a verba que o Secretário do Interior dizia que era verba para comprar consciência, comprar jornalistas; nós estamos deixando a verba da Comunicação Social, do Palácio, da Casa Civil, que é de setecentos milhões para este exercício, em um bilhão e trezentos, e quatrocentos milhões de cruzeiros e o restante novecentos milhões de cruzeiros, nós estamos retirando da verba de Comunicação Social e passando para a Secretaria Extraordinária de Assuntos Comunitários, a grande inovação do governo José Richa, como Secretaria que a gente nem ouve falar mais como se as outras secretarias não fossem para desenvolver trabalhos comunitários, como se o governo do estado só tivesse uma secretaria que trate de problemas comunitários. Secretaria de Educação, Saúde, Transportes, todas as outras Secretarias não tratam, é só a Secretaria de Assuntos Comunitários. Como essa Secretaria não tem nada o que fazer, não disse ainda, porque veio, apesar dos cargos, do carro, das despesas de gabinete, estamos propondo tirar novecentos milhões de cruzeiros da verba da Comunicação Social e passar para esta Secretaria, para fazer o que, senhor presidente, senhores deputados? Para que se crie no Paraná um fundo de apoio ao boia-fria? Não foi promessa de eleição que iria no Paraná, resolver o problema do boia-fria, do trabalhador rural? Recordo-me e tenho aqui os Anais da Casa, e o senhor presidente Trajano Bastos não deve estar esquecido que, quando Líder eminente do PMDB, propôs aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, uma emenda, exatamente, para tentar resolver o problema dos homens sem terra do Paraná.

Esta Assembléia tem assistido manifestações: vêm representantes do Mastro, vêm representantes dos favelados de Curitiba para participar das discussões desta Casa e discursos bonitos são formulados. Agora está na hora de o PMDB provar que realmente deseja a solução dos problemas sociais no Paraná, que aprove a emenda que possibilita a criação de um fundo no valor de novecentos milhões de cruzeiros para apoiar as cooperativas dos bóias-frias do Paraná. Temos a experiência de Apucarana, temos a experiência de Umuarama. Na minha região, Santa Izabel do Oeste, inicia-se um movimento para que através da cooperativa, da união de esforços de pequenos proprietários e de homens sem terra, os trabalhadores rurais volantes, possam através destes recursos, dar assistência técnica assistência social, educacional às famílias dos homens sem terra no Paraná, para que, finalmente, este drama social do Paraná seja resolvido.

Tenho certeza de que os srs. deputados do PMDB vão lembrar dos compromissos eleitorais.

Outra emenda que a bancada do PDS apresentou, sr. presidente, srs. deputados, é retirando uma parte da mordomia do Secretário do Interior, o nobre deputado Nilton Friedrich, que fazia aqui belos pronunciamentos contra as propostas orçamentárias do Governo do PDS; deputado Nilton Friedrich, este mesmo que declarou que quem usa verba de Comunicação Social é um governo desonesto e ladrão, e que agora tem a SANEPAR gastando bilhões e bilhões de cruzeiros em cam-

panhas de comunicação social, ele dizia que um dos graves problemas que o governo do Paraná tinha era a obrigação de resolver o problema do desemprego. Ele concordava dizendo que o problema do desemprego era muito mais em razão da conjuntura econômica nacional, mas que o governo do Paraná não podia faltar com um programa sério, definido, consistente, de investimento em obras públicas, para com isto ativar a economia do Paraná e oferecer emprego aos desempregados.

Ora, sr. presidente, srs. deputados, creio que a Bancada do PMDB irá aprovar emenda que apresentamos, criando junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná - O BADEP condições para financiamento às pequenas e micro-empresas do Paraná, que, através de um plano de trabalho, se obriguem a contratar mais empregados, para minorar o programa de desemprego do Paraná.

Creio também, sr. presidente, srs. deputados, que os srs. parlamentares estão atentos de que esta é a lei mais importante que vamos votar no atual período legislativo e que somente um terço, só um terço srs. deputados, do recurso que o Estado vai usar no ano que vem é objeto deste plano, deste orçamento anual que estamos discutindo.

Não estão aqui em discussão os recursos da COPEL, Não se sabe quanto a Copel vai gastar para manter a casa de hóspedes da Usina de Salto Santiago. Não se sabe quanto o BADEP está gastando em comunicação social. Muito menos o programa de obras ou de publicidade da SANEPAR. Nem os recursos do Banco do Estado. Discutimos aqui, apenas os recursos do orçamento da administração direta e aqueles recursos que o Estado está repassando para as administrações indiretas.

Lamentavelmente, esta é mais uma incongruência do governo peemedebista, do governo que prometeu ser transparente, do governo que prometeu ser democrático e submeter a esta Casa todos os orçamentos. Não, senhor presidente e srs. deputados, na primeira prova, o PMDB manda apenas o orçamento das administrações diretas e 2/3 dos recursos que o Estado vai usar através das vias de administração indireta, não estão neste orçamento, é por isto que apresentamos emenda ao projeto apresentado pelo sr. governador e julgo que em boa hora os senhores parlamentares dos dois partidos, na Comissão de Orçamento, que devo reconhecer, fez um belo trabalho, especialmente o parecer do eminente deputado Anibal Khury, a quem rendo minhas homenagens, por ter acertado no seu parecer, possibilitando a redução do crédito de 30 por cento para 15 por cento aquele mesmo que o PMDB dizia que era um absurdo quando era Oposição.

E graças a uma emenda do eminente deputado Roberto Requião de Mello e Silva e da Bancada do PDS, foi possível no parecer aprovado por unanimidade, reduzir os 30 por cento de crédito suplementar para 15 por cento. Iremos, sr. presidente e srs. parlamentares, concordar com esta proposta, votá-la favoravelmente inclusive, porque compreendemos que a agilidade do mundo moderno e a velocidade da máquina administrativa, não pode ficar presa integralmente, às vezes à morosidade do trabalho do Poder Legislativo, mas creio que os 15 por cento darão a possibilidade para que o governo José Richa realize as obras se quiser, sabendo nós do PDS de antemão, que um governo que aumento 818 por cento a verba da mordomia e apenas 34 por cento as verbas de capital, não será um governo de obras para o mal e a infelicidade da gente do Paraná.

Outras emendas importantes, aquelas que submetem o orçamento das empresas estatais e para estatais ao controle desta Assembléia Legislativa, também foi aquinhoadada com o parecer favorável pelo eminente deputado Anibal Khury. Creio que a Comissão de Orçamento lembrou-se muito mais dos compromissos com o povo do que com o mordomado José Richa, e por isso efetuou algumas modificações inovadoras que por certo irão contribuir para que esta Assembléia tenha razão de ser, podendo fiscalizar um pouco mais os gastos públicos, seja na

administração direta ou indireta.

Mas é preciso, sr. presidente e srs. deputados que nós nos atenhamos também aos números propostos pelo governo José Richa, para que o povo do Paraná saiba que tudo aquilo que era pregado quando o PMDB na Oposição estava, que tudo quanto os senhores parlamentares do PMDB quando na Oposição diziam, não corresponde à verdade.

O deputado Deni Lineu Schwartz, meu companheiro de representação política do Sudoeste, fazia nesta Assembléia Legislativa verdadeiros pronunciamentos, até diria históricos, sr. presidente e srs. deputados.

Falando a respeito da necessidade do Poder Legislativo, se firmar como Poder, ele dizia, por exemplo, numa quinta-feira, dia 25 de novembro de 1982:

"com o governo José Richa, já eleito, pela vontade do povo, que o PMDB assumiu um compromisso formal com esta Casa e com os parlamentares dos dois partidos; que iriam fazer um orçamento real, onde o governador do Estado e o Poder Legislativo pudessem acompanhar a execução do processo orçamentário" Como seria feito esse novo Orçamento? Através da discriminação de obras públicas, sr. presidente, srs. deputados. Ele afirmava que a discussão da Lei de Orçamento era quase inócua, porque apenas 20 por cento dos recursos do Estado é que estavam em discussão. Que os outros 80 por cento, como os recursos da Sanepar, da Copel e das entidades para estatais não estavam em discussão, mas que os 20 por cento restantes, seriam discriminados para Orçamento de 84.

Estou aqui com as notas taquigráficas do pronunciamento do atual Secretário de Estado dos Transportes. E é sr. presidente e srs. deputados, que se verifique como os homens mudam. Na Oposição são uma coisa e no governo são outra. Ele critica aqui exatamente um órgão, um recurso, um subitem, um programa orçamentário. Sabe qual é? É da Secretaria de Estado de Transportes, especificamente, o DER. Ele afirmava com a sua autoridade de engenheiro, que era possível ao DER e ao governo do Estado, estabelecer com precisão, o valor de uma determinada estrada que fosse construída. E que o orçamento de 83 não era propriamente um Orçamento, como não foram os Orçamentos de 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81, que os Parlamentares do PMDB tanto criticaram. Mas sim, uma "Listagem de intenções"; e a expressão que o deputado Deni Schwartz usa, "Listagem de Intenções" e não "Lei Orçamentária", porque não possibilitava ao estado controlar os gastos. Dizia isto, o deputado Deni Schwartz, reeleito deputado estadual pelo PMDB e terminava afirmando que assumia o compromisso de mudar para o Orçamento de 1984.

Vamos folhear o Orçamento de 1984, srs. parlamentares. Na página 230 estão especificadas as despesas do DER, especificadas não, ditas, por subitens, por subprogramas, as despesas do DER. Aonde está o programa de ação governamental? Qual obra será construída pelo governo José Richa em 1984? Há apenas no final do Programa, apenas alguns dados informativos, o que não é novidade nenhuma, porque dados informativos já constavam do Orçamento anterior. Mas não há nenhum Orçamento de quanto custará o trecho da Estrada tão necessária, como por exemplo, a de Coronel Vivida- Chopinzinho.

Como quer que este Poder tenha realmente o poder fiscalizatório se o governo do Estado diz que irá executar determinadas obras que já estão em execução, sr. presidente, srs. deputados? Não discriminam os recursos, nem em termos de estradas, de escolas, ou de saúde, portanto, não é Orçamento, é "Listagem de intenções", segundo a palavra do então deputado oposicionista, deputado Deni Schwartz, agora deputado governista e secretário de estado. Ele não fica envergonhado de participar de um governo que manda a mesma proposta Orçamentária para esta Casa com os defeitos que ele combatia com tanta veemência.

Igualmente, o eminente deputado Nelson Friedrich, que

apresentava emendas neste Plenário, solicitando discriminar recursos para a execução de determinados programas, como por exemplo o Prodopar, na região Oeste do Paraná, proposta de emendas orçamentárias que ele apresentou em 1980.

O secretário de Estado do Interior, os recursos dele estão concentrados sabe onde? Na verba de Comunicação Social e nas verbas de cerimonial, de despesas com viagem, estaduais, combustível, pagamentos de assessores, etc., de Comunicação Social.

Aliás são as duas Secretarias que tiveram o acréscimo maior, a Secretaria de Estado dirigida pelo deputado Nelson Friedrich e a Secretaria de Estado pelo deputado Deni Schwartz.

Esta é a realidade dos números, senhor presidente.

Eu digo que até o secretário Valverde tem mais coerência política administrativa, pois todos nós sabemos que o secretário Valverde iniciou esta técnica orçamentária no governo Jayme Canet Júnior. Ele volta para o governo peemedebista e continua com a mesma técnica, escondendo dados da Assembléia, fazendo declarações pitorescas pelo jornal, fazendo declarações com erros elementares de matemática e é também ruim de semântica, senhor presidente e senhores deputados, porque realmente, ele tenta confundir, fazer confusão entre aumento e crescimento.

Ele leu notícia no jornal onde nós analisávamos o aumento das mordomias do governo José Richa e ele tentou com uma nota de um assessor de imprensa, dizer que aqueles dados que apresentava não são verdadeiros.

Falta de experiência com a linguagem do secretário Valverde, que foi fazer curso no exterior com dinheiro do povo do Paraná, porque foi o governo do Estado que pagou o senhor Valverde Castor os seus honorários como procurador do Tribunal de Contas. E ele não teve pejo nenhum, apesar de estar envolvido com a campanha do PMDB, de socorrer-se do auxílio financeiro e de bolsas de estudos do Ministério da Educação e Cultura, para, somando salários do governo e verbas de bolsas de estudos, ir aos Estados Unidos aprimorar os seus conhecimentos técnicos a respeito de matéria orçamentária.

Lamentavelmente, sua excelência não trouxe nada de novo à discussão do Orçamento de 1984 nem os orçamentos de 85 e 86.

Aliás, o deputado Roberto Requião já fez análises anteriores na tribuna desta Casa para demonstrar que não há correspondência entre a mudança do PMDB e o plano de ação governamental.

Lamento informar a vossa excelência, deputado Roberto Requião, que além de não haver correspondência entre o que foi proposto durante a campanha, o que está dito no programa de plano de governo, também não existe correspondência com os orçamentos anual e plurianual.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência, evidentemente, na sua argumentação, está discorrendo sobre teorias orçamentárias.

E vossa excelência aqui, ainda há pouco, disse que era muito bom que voltássemos aos números para verificarmos o comportamento da Oposição.

Devo dizer a vossa excelência que o que interessa de comportamento mesmo é a prática, nobre deputado. E na prática, eu vou lhe provar que o PMDB veio para mudar.

Vossa excelência argumentou, a imprensa de hoje divulga. Vossa excelência está dizendo que estão sendo aquinhoadas verbas monstrosas para mordomias que deverão acontecer no ano que vem. Vamos, na prática do tempo de governo do PMDB, e vou lhe dar alguns números, deputado.

Secretaria da Saúde: enquanto o governo anterior gastou de março a setembro de 82, para custeio do gabinete do secretário, 14 milhões, 948 mil e 975 cruzeiros, o atual governo, de março a setembro agora, gastou o triplo, ou seja 3 milhões, 905 mil. 14 milhões gastaram no ano passado, nobre deputado e agora apenas 3 milhões, esta é a prática do PMDB.

Se vossa excelência computar...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — De onde vossa excelência tirou estes dados?

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu estou dando dados como vossa excelência tem os dados para a vossa argumentação. Se vossa excelência quiser é só elaborar um Pedido de Informações...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Lamento que estes dados não sejam de conhecimento público.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eles virão quando o governo do Estado fizer prestação de contas...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu prefiro, nobre deputado, continuar discutindo com vossa excelência com base nos números que chegam ao conhecimento oficial desta Casa, do que do conhecimento oficioso que vossa excelência tem em razão do exercício do cargo de líder.

Não estou nem questionando a validade dos números que vossa excelência está apresentando. Eu estou apenas dizendo que vossa excelência tem de concordar...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência está teorizando e nós estamos dando um exemplo concreto da prática do PMDB. Isto que nos separa, enquanto vossa excelência teoriza, dizendo que vai haver mordomia no futuro, que vai haver divulgação em excesso, nós estamos dando um exemplo aqui, dentro do Orçamento votado por vossa excelência no ano passado e que na prática não foi gasto isso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Já que o deputado Nilso Sguarezi trouxe à colocação a prática, mordomia, eu vou citar alguns casos de falta de austeridade no meu entendimento do governo do PMDB.

Um deles é o governador José Richa, por decreto, extinguir a remuneração de cargos de confiança do governo do Estado; e por decretos também, sem conhecimento da Assembléia — o governador prometeu que ia governar com a Assembléia — transformar em 3, 4, 5 vezes o vencimento desses cargos, isto é falta de austeridade e de moralidade administrativa.

Mas cito outra: pegue a Secretaria da Indústria e do Comércio, nobre deputado Nilso Sguarezi, veja lá quantas pessoas foram exoneradas e veja que cresceu em mais de duzentos por cento a folha de pagamento da Secretaria da Indústria e Comércio. Pergunte, senhor deputado, para o povo do Paraná se é austeridade a viagem para as Arábias, de um grupo de assessores. Tiraram gente que trabalhava no CENDI, que tinha obrigação de fazer promoção social e contrataram uma firma; deram 30 mil dólares para uma empresa particular, sem licitação, para viajar ao exterior. Pergunte, senhor deputado Nilso Sguarezi se o povo do Paraná considera austeridade pública o gasto na residência oficial do governador do Estado do Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — Permite um aparte, nobre deputado?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo o aparte ao nobre deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Luiz Alberto Oliveira, veja vossa excelência como a idéias dos homens parece que fica num limite. O deputado Nilso Sguarezi, quantas e quantas vezes, daquela tribuna não atacou o atual secretário que hoje ele condecora com a aura dos deuses? Vossa excelência sabe muito bem, quando o Belmiro era secretário de nossa extinta Arena, quantas e quantas vezes este mesmo deputado, líder hoje, que por obrigação ele defende o indefensável, nobre deputado Luiz

Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Deputado Gabriel Manoel, se vossa excelência permite dialogar, eu até não estranho o comportamento do deputado Nilso Sguarezi, e vou até defendê-lo das colocações que vossa excelência faz, porque eu creio que as mudanças de posição política partidária são aquelas que ocorrem na vida dos políticos e cidadãos.

O Sr. Nilso Sguarezi — Hoje os senhores criticam o que defendiam no passado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Naquela ocasião o eminente deputado Nilso Sguarezi estava no exercício de sua missão que lhe fora delegada pelas urnas de fazer oposição; como igualmente hoje aqui me encontro fazendo oposição. O que é preciso, é que haja, realmente, sempre, no trato parlamentar, respeito e seriedade nas coisas.

O Sr. Gabriel Manoel — Coerência, deputado Luiz Alberto.

Coerência, porque os fatos se passaram, mas as notas taquigráficas estão aí. Quantas e quantas vezes ouvimos o deputado Nilso Sguarezi criticar o secretário Belmiro. Quantas e quantas vezes? E hoje escutamos, estranhmos e nos causa espécie, porque como diz o velho caboclo: "o que muda é o rótulo, mas a cahaça é a mesma". Então, deputado Luiz Alberto, vossa excelência está de parabéns e eu diria ao deputado líder do PMDB que ele perdeu uma boa oportunidade de se calar, porque se ele atacou ontem, haveremos de provar, se necessário for, a boa administração do dr. Belmiro. Hoje ele defende de corpo e alma, mas não tem força moral, deputado, para vir a esta tribuna.

O Sr. Nilso Sguarezi — O Belmiro mudou tanto que até mudou de partido.

O Sr. Gabriel Manoel — Mas a cachorrada é a mesma, o que mudou foi a coleira.

O Sr. Nilso Sguarezi — Antes vossa excelência atacava a mim, defendia o Belmiro. Hoje, ataca-o.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito que vossa excelência tome providências.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. presidente, ilustre líder da nossa bancada, vossa excelência é hoje um baluarte em defesa do Paraná e de sua gente. Nós nunca atacamos ninguém. Agora, o que não se pode é virar numa guinada de 180 graus. Ontem o ilustre líder do PMDB — que nós respeitamos — vinha aqui e dizia cobras e lagartos do sr. Belmiro. Agora mudou. Então, temos aquele adágio popular: "O que muda é a coleira, a cachorrada é a mesma".

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente. Eu gostaria de solicitar a vossa excelência que determinasse ao serviço de taquigrafia, que não anotasse as palavras do ilustre deputado Gabriel Manoel, que usou termos, referindo-se a secretários de Estado, a integrantes do governo estadual.

O Sr. Gabriel Manoel — Pela Ordem, sr. presidente.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu estou com a palavra, pela ordem. Não o incomodei, permita que eu faça uso da palavra. Ele referia-se quando se lhe pisa no calo fica assustado...

O Sr. Gabriel Manoel — Assustado por quê? Eu não tenho medo.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Então, fique quieto.

O Sr. Gabriel Manoel — Quem é você para me mandar ficar quieto?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Então, fique em silêncio, exce-

lência.

Mas, sr. presidente, o que eu pretendo é que as palavras ditas pelo nobre deputado Gabriel Manoel, problemas de coleira, de cachorrada, isso aqui afinal não é um canil, e não ficaria bem se amanhã um secretário de Estado ou alguém do governo referisse à Assembléia Legislativa ou a qualquer dos deputados...

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, sr. presidente. O moço está fugindo do Regimento Interno. Ele está fora dos parâmetros, está fora de órbita.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela ordem, continua com a palavra o deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — O deputado Gabriel Manoel precisa de um pouco de água com açúcar. Peço ao serviço de bar para servi-lo, porque ele deve estar nervoso.

O SR. LUIZ ALBERTO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, sr. presidente.

P SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. presidente, eu gostaria que vossa excelência determinasse que fosse descontado o tempo do eminente deputado Ferrari Júnior, que solicitou questão de ordem sem dizer o artigo, e até agora ainda não o solucionou. Fazem 5 minutos de discurso.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, peço a questão de ordem dentro do que o Regimento Interno me faculta.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Cite o artigo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Artigo 97, e cite vossa excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Atendendo o líder da bancada do PDS, eu cito o artigo 316.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa ao nobre deputado que esse artigo não existe no Regimento Interno. E solicita a vossa excelência, nobre deputado, que conclua a sua questão de ordem, para que a Mesa possa decidir.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Esperamos que o deputado Gabriel Manoel nos permita desta vez. O que não queremos, excelência, é que amanhã alguém ligado ao governo possa dirigir-se a esta Assembléia falando em termos de coleira e cachorrada, que também não vamos admitir, não vamos gostar. Então, que sejam retiradas essas palavras ofensivas e que não podemos aceitar nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa irá decidir a questão de ordem levantada pelo sr. deputado Ferrari Júnior. A Mesa determina às notas taquigráficas que todos os termos desairosos e que não se coadunem com a responsabilidade e honorabilidade deste Poder, sejam expungidas dos diários desta Casa.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Nós falamos em tese, sr. presidente, vossa excelência escutou. Eu não quis ofender ninguém. Eu assumo total responsabilidade dos meus atos aqui dentro, e a vossa excelência eu admiro, pois votei em vossa excelência. Então o problema é o seguinte, deputado Trajano Bastos, presidente desta Casa, com o devido respeito, com a devida vênias, se vossa excelência me assegura a palavra de acordo com o Artigo 97, do Regimento Interno, vossa excelência pode me cassar com o Artigo 98, então...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa ao ilustre deputado, que sua palavra, pela ordem, está assegurada pelo Artigo 97, desde que vossa excelência, em tempo hábil, indique o dispositivo regimental que está sendo desobedecido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Indicarei, sr. presidente, Não estou desobedecendo nada. Só que vossa excelência não poupou do moço do seu partido, isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa não aceita o reparo de vossa excelência, porque as providências que a Mesa deveria ter tomado, já tomou.

Com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito à Mesa se foi descontado o tempo das questões de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa a vossa excelência que o tempo será descontado de vossa excelência, no total de três minutos, no final de sua oração.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — É lamentável, srs. deputados, que esta Casa que analisa hoje a sua lei mais importante para o Paraná para o futuro da administração pública de 1984, seja objeto de tentativas, de graça, como as que o deputado Ferrari Júnior acaba de fazer.

Sua excelência não desconhece o Regimento Interno. Sabe quantos artigos tem nossa lei que regula os trabalhos da Assembléia Legislativa. Se não, poderia ter sido acusado inclusive de leviano, e como eu creio que o deputado Ferrari Júnior conhece o Regimento, ele tentou fazer graça ao discutir uma matéria tão séria. E lamento, sr. presidente, porque este Parlamento que devia realmente, segundo os companheiros de partido do deputado Ferrari Júnior, estudar o orçamento, dedicar-se para cumprir com o mandato que o povo nos outorgou tentem desta forma deixar em segundo plano a importância da Lei Orçamentária para o Estado do Paraná.

Todos nós compreendemos bem, o que disse o deputado Gabriel Manoel, com a sua linguagem peculiar, construiu ele uma figura de oratória, como no passado também construiu aqui, também desta mesma tribuna, o deputado Ferrari Júnior. E é por isto que muitas vezes, sr. presidente, srs. deputados, o povo descrê dos políticos, porque sabe que, lamentavelmente, alguns políticos deveriam estudar as matérias, não o fazem, e vêem a este plenário para tentar obscurecer a figura de um opositor seu, na tribuna.

Continuo, sr. presidente, srs. deputados, para dizer que assim igualmente não procederam os ilustres parlamentares do PMDB e do PDS na Comissão de Orçamento, porque, realmente, fizeram um trabalho digno deste Poder. Analisaram o endividamento do Estado, compararam dados, e chegaram eles com a autoridade de quem estudou assunto com seriedade, com dedicação, à conclusão de que o governo José Richa está endividando o Paraná. Não é novidade nenhuma.

A todo dia, a toda hora, nós lemos pelo jornal, escutamos pela televisão, um secretário de Estado em Brasília, para solicitar empréstimos de uma operação interna do Banco do Brasil; outro, buscando recursos no FAS. Mas, o secretário "made in USA", em viagem pelo exterior, para buscar o que, srs. deputados? dólares para fazer o programa de eletrificação rural? Ele não tem sequer a honestidade de reconhecer que este programa foi iniciado na administração anterior, e que, após um ano e meio de contatos com o BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, resolveu financiar o programa feito pela administração do PDS em mais 110 milhões de dólares.

Voltando sua excelência o secretário do Planejamento, afirmou também que vai endividar, ainda mais, o Estado do Paraná, com um outro financiamento, com um financiamento também em dólares, este, para execução da terceira etapa do programa de rodovias estaduais asfaltadas no Paraná.

Mas, não foi o PMDB que prometeu que não ia aumentar a dívida externa do Paraná e do Brasil? Não foi o PMDB que durante a campanha disse que os dólares que vinham para fazer o programa de apoio aos pequenos e médios municípios do Paraná eram dólares malditos na época da eleição? Agora o PMDB está agilmente procurando endividar cada vez mais o Estado do Paraná, em dólares, sr. presidente.

E nós precisamos exercer o nosso papel fiscalizatório, porque alguns empréstimos internacionais que estão sendo concedidos ao Paraná, que nós parlamentares dos dois partidos sem aderência partidária, não podemos concordar. Se nós não concordamos com o programa nuclear, com os empréstimos internacionais, o PMDB está fazendo aqui, no Paraná, também a mesma coisa, porque vai endividar o Estado em um bilhão de dólares, para executar uma obra que todos nós sabemos, não é necessária no Paraná, hoje, que é a construção de mais uma usina, quando o Paraná tem excesso de oferta de energia, pois não consegue sequer vender a energia que o Paraná gera na sua própria hidrelétrica, a hidrelétrica de Foz do Areia.

Por isso, sr. presidente, srs. parlamentares, é necessário que analisemos o Orçamento e possamos demonstrar que, se na prática o governo do PMDB não é um governo austero, para o ano que vem, a Proposta Orçamentária tem algumas coisas realmente extraordinárias, como por exemplo, aumentar a verba do programa de custeio em 755 por cento para o consumo de material da máquina administrativa do Paraná.

Ora, sr. presidente, são 7 bilhões de cruzeiros que poderiam ser remanejados para que o PMDB pudesse atender as propostas de campanha; as propostas de mudança da sociedade paranaense. E foi por causa das propostas, que o PMDB conseguiu assumir o Poder e a honestidade no homem público. Ela não se realiza apenas pela probidade pessoal do governante mas sobretudo honesto é aquele político que consegue cumprir com as promessas que assumiu perante a sociedade que o elegeu e lamentavelmente o Paraná assiste hoje a prova, nos números do orçamento, de que as propostas de mudança eram apenas para o povo do Paraná acreditar no PMDB; e a frente oposicionista chegou ao poder. Aqui no Paraná, inicia-se a "era do mordomato José Richa".

A comprovação..

O SR. TADEU FRANÇA — Vossa excelência permite um aparte? (ASSENTIMENTO)

Deputado, estamos acompanhando atentamente o seu pronunciamento, em que vossa excelência atribui ao governo Richa a responsabilidade de um detentor de um poder nacional. Na verdade, desdolarizar uma economia dolarizada há décadas, por um governo subserviente, do partido de vossa excelência, representa uma etapa simplesmente impossível, mesmo porque, num processo tributário de um Estado esvaído, de um Estado também nas condições de relativa e expressiva mendicância, esse processo preconizado, de nacionalizar nossa terra, é até uma proposta viável, sim, quando o povo sufragar pelas urnas a veracidade democrática do Brasil.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E vossa excelência acha que o governo José Richa não pode fazer nada?

O SR. TADEU FRANÇA — Não estou afirmando isto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu pergunto se vossa excelência quer dialogar comigo, ou não?

O SR. TADEU FRANÇA — Pretendo sim, deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Então gostaria que respondesse. Vossa excelência acha que o governo José Richa não pode fazer nada?

O SR. TADEU FRANÇA — Eu pergunto: uma economia viada em dólares desde as suas raízes, é possível "cruzeirá-la", se é esse o termo, em alguns meses de governo?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E por que, eminente deputado, explique, por que o partido de vossa excelência prometeu durante a campanha eleitoral que não ia assumir compromissos em dólar?

O SR. TADEU FRANÇA — As propostas do PMDB, que fique bem claro, são propostas globais, efetivamente válidas a

nível nacional, não é num estado de baldeação que o PMDB vai safar-se das garras dos titulares e defensores do internacionalismo no Brasil, deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permita-me continuar a dialogar com vossa excelência.

Eu não consigo compreender então a razão da existência do governo do PMDB. Se o governo do PMDB não pode fazer nada para mudar a sociedade paranaense conforme o compromisso que assumiu, deixa de ter razão de existir.

O SR. TADEU FRANÇA — O não fazer nada é uma absoluta incoerência. É um sofisma inaceitável por quem pretende apregoar um paralelismo repudiado pela população, nas urnas, a 15 de novembro.

No seu pronunciamento, deputado, observei que grande parte dele, ao invés de uma análise do objeto em si, prendeu-se a uma fulminação absolutamente inconseqüente em termos de governo Richa, e um anacronismo total, limitou-se e sedimentou-se em acusações a parlamentares que aqui não estão, Nilton Friedrich e Deni Schwartz, evidenciando um compromisso efetivo com o passado, quando o momento é presente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência não entendeu.

Eu, em nenhum momento, acusei os srs. deputados Deni Lineu Schwartz e Nilton Friedrich, de qualquer atitude. Disse, isto sim, que eles tinham um comportamento nesta Assembléia, e que agora, como secretários de Estado, eles estão tendo um comportamento diferente. E até me causa espécie que esses dois deputados que deixaram discursos que considere até históricos, neste Parlamento, agora como secretários de Estado têm um comportamento que eu até custo a acreditar, seja próprio daqueles dois parlamentares com quem convivi nesta Assembléia Legislativa, pois é do deputado Deni Schwartz a afirmação "eu sou engenheiro e eu sei que é possível", permita-me vossa excelência, dizer.

Vou mostrar-lhe e dizer-lhe o que o deputado Deni Schwartz dizia:

"Como exemplo do que afirmamos, gostaria de deixar assinalado nos Anais da Casa, que contamos com os mesmos vícios dos orçamentos anteriores".

Ele se referia ao Orçamento votado em 82, para 83:

"E assim, para citar um exemplo, na folha 413 daquele orçamento, daquela Proposta Orçamentária - Secretaria dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem, vemos meramente uma listagem de obras, com uma verba destinada à construção dessas obras, sem justificar quais os valores para cada uma delas. Eu, como engenheiro, posso afirmar: era possível fazer isso, estão querendo sonegar, do Parlamento, as informações necessárias.

Agrado este fato, por termos nessas relações de obras praticamente prontas, em andamento e obras a serem ainda iniciadas".

Está aqui, eminente deputado, página 2, Anais da Assembléia Legislativa, do dia 25 de 11 de 82. Se vossa excelência quiser, eu cito um pedaço do discurso do deputado Nilton Friedrich que dizia, ao justificar as suas emendas que apresentava ao Orçamento, que "não era possível culpar apenas o governo federal, mas que, o governo do Estado podia, com o volume de recursos que tem, começar a mudança do regime econômico-financeiro do País, que era preciso que o governo Ney Braga que tinha (segundo as suas expressões) um belo plano de Governo, iniciasse, através da Lei de Orçamento, da Lei de Meios, a mudança de alguns aspectos da sociedade brasileira, inclusive dando mais atenção ao social, não atenção ao desperdício (como ele citava) destas verbas de Gabinete do Secretário".

São palavras dele. Eu constatei esta realidade.

O SR. TADEU FRANÇA — Permita-me prosseguir, deputado.

O que dizer, deputado, desperdício? Desperdício são os orçamentos que o Brasil tem suportado calado, desperdício é uma transamazônica e Usinas Nucleares, é o faraonismo.

Deputado, mas, voltando-me a um passado recente, quero me reportar a uma análise feita por vossa excelência: considerando-se que a sua análise é fundamentalmente uma análise onde se nota visivelmente um estilo odioso a uma personagem por vossa excelência chamada de José Kalil Richa. Ainda há pouco tempo atrás, vossa excelência analisava uma pesquisa do...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Apenas quero dizer que não tenho a pretensão de conhecer os sentimentos de vossa excelência.

O SR. TADEU FRANÇA — Para quem condena uma causa eficiente de um Orçamento através da pessoa do Governo do Estado; para quem se deliciava numa pesquisa "Gallup" há pouco tempo, eu gostaria de ouvir de vossa excelência, que está dedicando grande parte do seu discurso a condenar o Governo do Estado, que analisasse a última pesquisa que apresenta, exatamente, uma visão de um povo que nega as acusações sólidas de vossa excelência; um governo consagrado pela mesma pesquisa por vossa excelência analisada há algum tempo, gostaria que vossa excelência mencionasse, ao término, como complemento de um discurso, rico em ataques absolutamente incoerentes e anacrônicos ao PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço o aparte de vossa excelência, mas, disponha vossa excelência da forma que quiser, do seu tempo, não procure governar também o meu tempo. Eu estou aqui na tribuna e devo dizer o que julgo conveniente. Por outro lado, sr. presidente, não tenho a pretensão de entender que o deputado Tadeu França possa saber o que penso, odientamente, diz ele, como se ele tivesse a capacidade de penetrar no meu sentimento e na minha razão para fazer uma análise do que penso a respeito do governador José Richa.

Não é verdade. Nem eu posso dizer que sua excelência, por exemplo, não gosta de homem, não gosta de mulher.

Eu não posso, eu não tenho essa capacidade. A capacidade é pessoal, íntima, e vossa excelência sabe.

Eu posso dizer que vossa excelência gosta do trabalho, gosta do Parlamento, gosta da discussão, qualidades que reconheço em vossa excelência. Mas não tente julgar a mim por aquilo que vossa excelência pensa com relação a determinadas coisas na vida.

Mas eu, sr. presidente, srs. deputados, pretendo também dizer a esta Casa de que é possível o governo do Estado executar determinadas obras com os volumes que possui; induzir a sociedade paranaense a se preocupar com o aspecto do "bóia-fria"; propiciar geração de mais empregos através de apoio à pequena e à microempresa. E nisto, sr. presidente, srs. deputados, estou acompanhado, no pensamento, de homens do governo José Richa, porque apesar da politiqueria, das "tecníseis" do Plano de governo; em última análise o apoio aos pequenos, é isto que prevê o governo José Richa, que tem um rol de boas intenções, mas que na hora dos números, e a análise que faço, sr. presidente, srs. deputados, é com relação aos números. Não é com relação à filosofia somente do governo José Richa.

Mas eu cito no pronunciamento que faço alguns dados que são irretorquíveis, como o gabinete do secretário do Interior. O deputado Tadeu França, se quiser continuar discutindo comigo, eu solicito que vossa excelência... (tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo regimental está esgotado. Concede-lhe entretanto, os três minutos que foram descontados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu solicito que o deputado Tadeu França, interessado em dialogar comigo, que compulse os dados do Orçamento; que verifique para que se destina a verba do gabinete da Secretaria do Interior.

Vossa excelência vai verificar no enunciado programático que é verba para pagar cerimonial, viagem, as verbas de mordomia popularmente chamadas. E sabe qual era a verba em 1983 a verba hoje, Proposta Orçamentária de 82? 52 milhões de cruzeiros. Para 84, 160 milhões, crescendo 370 por cento.

Gabinete da Secretaria da Justiça — do seu conterrâneo de Maringá — as despesas eram de 88 milhões, para 307 milhões, crescendo 348 por cento.

Gabinete da Secretaria dos Transportes — neste ano tem 90 milhões, passa para 367 milhões, um crescimento de 407 por cento.

Mais um dado: o gabinete do secretário da Segurança Pública, nós estamos pedindo recurso para melhorar as patrulhas rodoviárias, à Secretaria de Segurança Pública. É dado, é número, tinha 93 milhões de cruzeiros. Gastará, em 1984, sabe quanto, deputado Tadeu França? 854 milhões de cruzeiros.

Sabe o que isto representa? Quase um bilhão em despesas de assessoramento superior, despesa de viagem, despesa de contratação de pessoas e de verba de publicidade. Esses são os números e contra o número, eminente deputado, não há condição de argumentação.

Por isto eu lamento, em nome da sociedade paranaense, de que as promessas do governo José Richa vão ficar nas intermináveis discussões do Plano de Governo, e não encontrarão respaldo no Orçamento para 1984.

E para encerrar, desejo dizer a vossa excelência, que desejo ao governo José Richa um bom governo, em favor do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para discutir, sr. presidente. (ASSENTIMENTO)

Sr. presidente, srs. deputados. Ouvimos durante uma hora mais três minutos, o arrazoado ilustre deputado líder da bancada do PDS, Luiz Alberto Oliveira, que dizia, no seu pronunciamento de uma hora e três minutos, o ilustre parlamentar, entre outras coisas, — eu fiquei prestando atenção: o que usou no seu pronunciamento a palavra "mordomia". foi um negócio impressionante. Se alguém tiver a curiosidade aguçada e quiser verificar os registros, vai encontrar pelo menos umas trinta vezes — imagino eu — a palavra "mordomia" dita pelo ilustre deputado que até há pouco usava a tribuna.

Eu não sei qual seria a preocupação do ilustre deputado. Quero crer seja um costume antigo, porque este mesmo deputado pertence a um partido que, durante vinte anos, participou ativamente, não ele, deputado, mas o seu partido, os seus governantes. Os seus governantes participaram ativamente durante tempo de terríveis mordomias, quer no terreno municipal, quer no terreno estadual, quer no terreno federal. Está aí. Talvez o subconsciente do ilustre deputado tenha trazido no seu pronunciamento de uma hora e três minutos, umas trinta vezes a palavra "mordomia".

E o que está a fazer o deputado líder da bancada do PDS? Está a pré julgar uma administração que caminha para o primeiro ano de atividades no Estado do Paraná. E que bom para nós, peemedebistas; que bom para nós do governo do Estado do Paraná, ouvirmos um pré julgamento daquilo que o deputado imagina que possa vir a ocorrer no Estado do Paraná.

Duro seria, sr. presidente, srs. deputados, estivéssemos a ouvir afirmativas de fatos concretos, praticados pelo governo José Richa, como afirmativas aconteceram anteriormente por parte da bancada do então PMDB, contra o governo do sr. Ney Braga. Naquela época, a oposição de então não pré julgava, ela acusava, denunciava. Hoje o PDS, gora do governo, não acusa, está a pré julgar. E isto para nós é bom, para o povo do Paraná e

excepcional. Daí o resultado recente de uma pesquisa de opinião pública que deu ao governador do Estado do Paraná, que caminha para o primeiro ano de governo, acima de 50 por cento da preferência popular.

Falava o ilustre parlamentar ao companheiro Tadeu França, de que o mesmo não deveria penetrar no seu pensamento. Se fosse possível ao ser mortal, penetrar no pensamento de alguém, acredito eu, ele penetraria em milhares e milhares de pensamentos, mas seria muito difícil penetrar no pensamento do ilustre líder da bancada do PDS, pois nunca se sabe quando o cidadão fala sério, ou quando ele está brincando.

Falava o próprio deputado de minha participação, dizendo de levandade, de falta de seriedade. Devolvo a ele os mesmos termos porque nunca se sabe quando o ilustre deputado Luiz Alberto Oliveira está brincando ou falando sério desta tribuna. Eu não acredito, não aceito e não admito que alguém venha a me dizer que quando o ilustre líder do PDS falava sobre governo paralelo no Estado do Paraná, ele estivesse dizendo a verdade. Não acredito. Ele não é tão mau paranaense, muito pelo contrário. E um grande paranaense. Não haveria de pregar o governo paralelo. Então quem poderia imaginar o que estava acontecendo? Só poderia tratar-se de uma brincadeira do ilustre líder.

Quando ele falava ou quando pregava a idéia de se passar o Porto de Paranaguá para o governo federal. ...

O Sr. Luiz A. Oliveira — Vossa excelência concede um aparte?

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa excelência concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR ... não estava falando sério. Absolutamente. Só poderia estar brincando.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa excelência concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Oportunamente. Falou o ilustre parlamentar de que o governo do PMDB pregava uma coisa e pratica outra e que hoje endivida o Estado do Paraná. Falar sobre o endividamento do Estado do Paraná, e querer comparar o futuro endividamento do Estado do Paraná com o atual endividamento da República, é pelo menos uma brincadeira de mau gosto. É pelo menos não acreditar na pujança e na força do trabalho do povo do Paraná. É uma dívida pequena se considerarmos a força, a pujança de nossa terra e de nossa gente. Mas o líder do PDS não acredita no povo do Paraná. Fazer o que? O governo do PMDB acredita.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não tenham dúvidas de que o governo do Paraná vai trazer recursos para o nosso Estado. Vai governar com seriedade e firmeza o Estado do Paraná, que realmente está precisando. E vamos partir para gloriosos dias, não temos dúvidas.

Comparar o endividamento do Estado do Paraná com o endividamento da República, onde hoje o PDS e PTB têm que se unir contra a Nação brasileira, contra o povo brasileiro, têm que se unir contra este mesmo povo para aprovar um decreto a mando do Fundo Monetário Internacional, não há termo de comparação.

Busque para trazer a esta tribuna, busque para trazer mais seriedade, para antes de tentar chamarmos de leviano, e imputar-nos de falta de seriedade também.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa excelência permite um aparte?

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR ... Falou o ilustre deputado sobre

um assunto realmente extraordinário. Um assunto que chama a atenção e que há de provocar um debate muito grande nesta Assembléia: setor de segurança pública. Falou sobre um aumento extraordinário, no orçamento para a Pasta de Segurança Pública. Ora, mas é comum deputados do PMDB, vereadores do PDS, deputados do PDS, líderes do PMDB, líderes do PDS, assumirem tribunas, irem para a imprensa e pedir, pelo amor de Deus, governo, dê segurança ao povo do Paraná. Acione a Secretaria de Segurança Pública. Mas como poderemos

acionar a Segurança Pública do Paraná? Como é que poderemos dar segurança às famílias do Paraná se não dermos verbas para a mesma Secretaria? Secretaria de Segurança Pública do Estado que não tem sequer um "fusqueta" antigo, velho, caindo aos pedaços, para mandar, por exemplo, para a Delegacia de Ivatuba; para mandar para a Delegacia de Castelo Branco, as quais não tem viaturas para o seu trabalho? Uma Secretaria que não tem dinheiro para comprar sabão para a limpeza das delegacias; que não tem dinheiro para a alimentação dos presos; que não tem dinheiro para pagar, com honra, os seus policiais? Como vamos impedir que esta Secretaria venha a ser aquinhoadada com grandes recursos do Governo? Uma Secretaria que não tem nem número suficiente de policiais neste Estado, e cujos policiais usam trabucos de mil novecentos e nada; porque a Secretaria de Segurança Pública não tem dinheiro para comprar um simples revólver e dar a um policial para ele defender a nossa família, a família de todos nós.

O Sr. Gabriel Manoel — Permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR Criticam a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, que está....

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Oportunamente. Temos um tempo enorme. Vamos conversar bastante hoje. Hoje é o dia que vamos conversar bastante, vamos discutir o orçamento. Vamos discutir quem é que está com brincadeira. Vamos discutir quem está contra não o governo José Richa, mas sim contra o governo do Paraná. Chegou o momento sim, nós temos tempo, vamos com calma.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa excelência permite um aparte? **Assentimento**).

Quando vossa excelência se refere ao nobre líder da nossa bancada, dizendo que há 20 anos o governo do nobre líder usava de mordomias, vossa excelência esqueceu de dizer, nobre deputado, que não era só o governo do nosso líder, mas era o seu governo também e não quero com isso desrespeitar sua mudança de partido. Mas haja o respeito pelo menos enquanto vossa excelência pertencia à extinta ARENA. Não podemos de sã consciência admitir, aceitar que vossa excelência ocupe esta tribuna pondo em dúvida a seriedade do trabalho do líder do nosso partido, que é um deputado que tem ocupado dignamente esta liderança, trabalhando diuturnamente para o bem das causas de nosso Estado, e: vossa excelência nobre deputado, agora sim eu ponho dúvida quanto à seriedade do seu pronunciamento, quando vossa excelência vem falar em endividamento, só que vossa excelência não diz que o Orçamento do governador José Richa, a maior parte que ele propõe para o endividamento do Estado do Paraná, ocupa em seu Orçamento a menor parcela para obras e que cresceu apenas 38 por cento em seu Orçamento passado.

E o maior índice de crescimento, nobre deputado, vossa excelência há de convir comigo, enquanto o índice de crescimento de obras é de 38 por cento, o índice de crescimento de mordomia, a palavra que vossa excelência está se arrepiando, porque o nosso líder repetiu por mais de trinta vezes, cresce na base de 847 por cento no gabinete dos senhores secretários, como quer vossa excelência que hoje o líder da Oposição deixe passar em branco esses números que na realidade irão endividar o Estado do Paraná?

Neste orçamento em que a obra que o povo precisa cresce apenas 38 por cento, eu peço só para terminar, nobre deputado, que vossa excelência tenha o devido respeito com o trabalho de nossa liderança, porque até hoje nossa bancada respeitou o trabalho de vossa bancada, na pessoa do seu líder.

Muito obrigado, nobre deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado a vossa excelência, pelo aparte.

Nós queremos dizer ao nobre companheiro Jorge Maia Filho, que em momento algum deixamos de respeitar, o eminente

te líder da bancada do PDS. Nós dissemos e não duvidamos em nenhum instante da sua inteligência, pois é um homem sagaz, inteligente e é por isso que eu disse que só posso debitar a uma brincadeira do eminente líder, quando ele falou em governo paralelo, quando ele falou em entregar ao governo federal o Porto de Paranaguá. Ele não deve ter falado sério. É inteligente e bastante para não entrar numa dessa.

O aparte de vossa excelência foi oportuno. Se nós estivéssemos numa luta de boxe, eu diria que vossa excelência, bateu o gongô antes da hora, mas valeu.

E sobre a minha participação excelência, na extinta ARENA, devo dizer a vossa excelência, ao sr. presidente e aos demais companheiros, que eu jamais neguei a minha participação na extinta ARENA. Fui eleito vereador na minha cidade, com a maior votação da história da minha cidade, é um orgulho meu pela sigla ARENA.

Mas a ARENA de ontem, dos males o menor, excelência, era menos ruim que o PDS de hoje, ao qual jamais pertenci, e com a extinção dos partidos veio à tona, a Nação Brasileira pode ver, de fato, quando nós experimentávamos uma situação de revolução, a famosa Revolução de Março de 64, quando nós tínhamos a pressão do governo, encima de todos, nós pudemos ver os verdadeiros brasileiros na Arena da qual eu participei, e participou também o grande Jayme Cannet Junior. Hoje, Jayme Cannet, na reformulação partidária, está conosco. Daquela Arena participou o Senador da República, que está inclusive muito doente, um dos companheiros há de me esclarecer a idéia...

O Sr. Jorge Maia Filho — O Senador biônico também, Affonso Camargo.

O SR. FERRARI JÚNIOR — ... Um homem que teve a honrabilidade de deixar aquela posição e passar para o PMDB.

Mas nós tivemos também, excelência, peemedebistas que diziam, na época que eram Oposição, que faziam oposição e que ao primeiro aceno, correram para o PDS. Correram para a sombra do Poder. Então eu prefiro, excelência, ter deixado a sombra do Poder, para com esses bravos companheiros, trilhar um caminho difícil, um caminho duro de ser trilhado, do que deixar, como os muitos ex-emedebistas fizeram, e então com vossa excelências: deixaram a Oposição e partiram para a sombra do Poder.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa excelência permite um aparte? Assentimento

Nobre deputado Ferrari Junior, nós tivemos que atuar; tivemos que aguentar durante uma hora, o líder do PDS a fazer divagações na tribuna, e em seguida, ouvir estarecidos graças do deputado Gabriel Manoel, e vimos durante todo esse espaço...

O Sr. Gabriel Manoel — (Pela Ordem — artigo 97). Eu pediria a vossa excelência, sr. presidente que dentro das normas, do complexo normativo desta Assembléia, pediria a este moleque que não tocasse em meu nome. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa não aceita a questão de ordem nos termos em que foi levantada pelo ilustre deputado. Está com a palavra o orador da tribuna.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Obrigado, senhor presidente.

O Sr. Sérgio Spada — ... Portanto, nobre deputado Ferrari Junior...

O Sr. Paulo Furiatti — (Pela ordem) — Sr. presidente, eu peço que seja respeitado o companheiro de bancada que foi chamado de moleque. Ele foi eleito pelo voto.

O sr. presidente, pela ordem, artigo 98. O presidente não poderá recusar a palavra ao deputado que solicita pela ordem, mas poderá cassá-la, desde que o orador não implique desde logo no artigo regimental que está sendo desobedecido, na marcha dos trabalhos. Qualquer deputado para pedir pela ordem, necessita citar o artigo, sr. presidente. Mas não o artigo 97, o artigo que está sendo ferido no processo de discussão,

e eu solicito desta presidência, o cumprimento do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa respondendo à questão de ordem levantada por vossa excelência, esclarece que não tem sido outro o comportamento desta presidência, senão a escrita observância do Regimento Interno desta Casa.

Com a palavra o nobre orador que se encontra na tribuna. O SR. FERRARI JÚNIOR — Nobre deputado Sérgio Spada, eu acompanhava com muita atenção. Naturalmente pretendo continuar acompanhando o aparte que vossa excelência propõe ao nosso modesto pronunciamento, mas evidentemente vossa excelência dizia bem agora há pouco, "deixa para lá" Já é a terceira vez que o deputado Gabriel Manoel, chama companheiros de nossa bancada, de moleques. Quer dizer, é melhor ser moleque do que um velho gagá. Bem melhor. (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos).

Mas continue com o seu aparte excelência.

Antes que vossa excelência prossiga na sua oração, a Mesa encarece mais uma vez aos srs. deputados, um tratamento condigno para com seus colegas, neste Plenário. Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. presidente.

Eu fui ofendido na minha moral. Eu pergunte se vossa excelência me dá a palavra pela ordem, apenas para responder para este moço deslumbrado, se o pai dele não é velho, se a mãe não é, e a vovó não é velha também.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos). A Mesa não aceita a questão de ordem levantada por vossa excelência, nos termos em que foi posta.

Com a palavra o deputado Ferrari Junior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Está com o aparte o deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — O deputado Ferrari Junior, que muito bem está respondendo às críticas vazias da bancada do PDS, o qual acusa o PMDB que assumiu há 8 meses o governo do Estado do Paraná.... (tumulto no Plenário).

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. presidente, Eu quero ouvir o aparte do deputado Sérgio Spada e não estou ouvindo. O deputado Gabriel Manoel está atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos). (Tumulto no Plenário). Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a Sessão. E ao reabrir-la esta presidência, mais uma vez, encarece dos senhores deputados o estrito cumprimento do nosso Regimento Interno.

Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Estávamos concedendo aparte ao nobre deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Eu falava, nobre deputado que o líder do PDS cobrava, cobra do PMDB que assumiu há oito meses o governo do Estado do Paraná, após 20 longos anos de "neysmo desbragado", que enterrou este Estado e quer que o governo do PMDB doe terra para os milhares e milhares de "bóias-frias" que perambulam por esse nosso Estado. "bóias-frias" estes criados pelo sistema que é hoje ainda defendido e assegurado pela Bancada do PDS que nada fez para solucionar o problema deste povo, e que hoje ainda é o grande responsável pela situação dessa nossa gente. O PMDB do Estado do Paraná através do sr. governador José Richa, através da Secretaria da Agricultura, está hoje tomando medidas concretas para solucionar esse problema e está procedendo levantamento de todas as terras que pertencem ao Estado e empresas vinculadas ao Estado, como é o caso do BANESTADO, para que procedam levantamento completo das áreas de terras inutilizadas, para que sejam dadas, assentando ali esses paranaenses que ainda estão aqui no Paraná, porque o maior crime foi cometido

deixando grande parte do nosso povo paranaense sair do nosso Estado, para "inchar" ainda mais as favelas do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Falava o deputado Luiz Alberto Oliveira, contra o PMDB, criticando o endividamento, a procura de dólar, lá no exterior, num empréstimo do Banco Mundial. Realmente procura. E hoje nós estamos vendo o secretário do Planejamento percorrer este Estado inteirinho. Talvez esteja aí a justificativa para aumentar a verba de gabinete dos secretários, porque os secretários de hoje, do PMDB, estão percorrendo o Estado; estão falando com os prefeitos municipais, com as lideranças, inclusive do PDS, para saber o que realmente é necessário nas suas comunidades para, então, o governo do PMDB...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vossa excelência, permite um diálogo? (Assentimento).

Vossa excelência fala com muita propriedade, aliás, sobre o problema do dólar, do governo do Estado do Paraná buscar dólar quando o PMDB — e lembrava bem o deputado Luiz Alberto Oliveira, criticava, no passado o aproveitamento do dólar no Estado do Paraná. Naquela época, quando havia críticas por parte do PMDB, ou do MDB de então, contra o empréstimo em dólares, havia, ainda, uma salvação para esta terra. O cruzeiro, embora fraco, não era o cruzeiro que nós gostaríamos que fosse, mas ainda era um cruzeiro que tinha um certo respeito. Hoje, porém, excelência, e não por culpa nossa, não por culpa do PMDB, ou do MDB de ontem, o cruzeiro acabou. Teoricamente a moeda nacional é o dólar. Não há como trabalhar em cima de cruzeiro, essa é a realidade.

O Sr. Sérgio Spada — Mas, nobre deputado, o problema do Brasil não é o simples empréstimo em dólares, lá fora. O grande problema do Brasil foi o desvio, a má aplicação, a corrupção, o rolo desses dólares, que vinham para o Brasil. Nós temos três, quatro grandes obras faraônicas neste nosso Brasil que totalizam 30 por cento, 40 por cento da nossa dívida externa. Isso sim é má aplicação do dólar pegado lá fora. Agora, do jeito que está fazendo o governo do PMDB, que antes mesmo de receber o repasse desses dólares, vai falar com o prefeito para saber onde é que tem que aplicar esses dólares, essa é uma política sadia. Esses dólares reverterão em benefício para o Estado do Paraná. Dólar mal aplicado é aquele que o Sr. Delfim Netto, segundo informações de grande imprensa brasileira, e que consta, inclusive no "Relatório Saraiva", que foi depositado em conta secreta, na Suíça, na conta do sr. Delfim Netto, em negociações para construir a praia, a Usina de Água Vermelha, no estado de São Paulo. Está lá o relatório feito pelo próprio SNI; 10 milhões de dólares. Esse dinheiro, se aplicado aqui no Brasil, estaria produzindo, e o Brasil não estaria na situação que se encontra hoje. No entanto, esse pessoal que desviou dólares, que fez essa negociação, continua aí com o respaldo, com o apoio do Partido do PDS, a nível nacional. No entanto, esse pessoal deveria estar, como falou o nobre deputado Fiori Luiz, na cadeia.

Falam das mordomias, dos gabinetes. É só o que falam, aliás, dos Secretários de Estado. O PDS não está acostumado, nem mesmo o Paraná não está ainda, a ver um governo de Estado dinâmico como este que nós temos. Foi citado várias vezes, o nome do Secretário Nelson Friedrich, que aumentou em 800 por cento a verba do seu gabinete. Até hoje, o Estado do Paraná, sr. presidente, nobres deputados, não teve um homem na Pasta da Secretaria do Interior, dinâmico como Nelson Friedrich. E a prova aí está, é só trazer o relatório de suas viagens dos contatos que ele manteve com prefeitos, num excelente trabalho que está desempenhando nesta sua Pasta. Essa é a resposta que nós temos a dar ao PDS.

Essa é a resposta que espera o povo paranaense. E é isto que nós estamos fazendo. É PMDB dos nossos dias. É o PMDB com administração diferente, democrática e participativa no verdadeiro sentido da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa interrompe o orador, pois se encontra sobre a Mesa, Requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sguarezi que requer a prorrogação da presente sessão, por mais duas horas. E esta presidência irá colocá-lo imediatamente em votação.

Os sr. deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende, e irá proceder a verificação de votação.

Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Antes que a Mesa defira, a concentração de "quorum", eu requiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e solicita do 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O Sr. 1.º Secretário procede a chamada nominal dos srs. deputados).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Quarenta e um srs. deputados responderam a chamada. Está aprovado o requerimento.

Continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

Esta presidência comunica a vossa excelência, que descontados os minutos, o tempo que vossa excelência, tem direito, é de 35 minutos para concluir.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não pretendo, eu agradeço excelência. Não pretendo usar todo esse tempo.

Gostaria de me reportar aos números apresentados pelo eminente líder da bancada do PMDB, deputado Nilso Sguarezi, que se falou muito em mordomia, e houve aí a prática do pré-julgamento, e não de acusação contra qualquer ato negativo por parte do governo.

O deputado Nilso Sguarezi leu, talvez os números tenham passado despercebidos no calor das discussões de então.

As despesas de custeio realizada pela unidade, gabinete do secretário de Saúde, não vamos longe, vou apenas citar estes números, nos períodos abaixo discriminados: março a setembro de 81, três milhões duzentos e dezessete mil e uns quebrados; março a setembro de 82: já um período eleitoral, eleições recém-findas, quatorze milhões, novecentos e quarenta e oito arredondamos para quinze; março a setembro, na atual administração do secretário Cordoní, três milhões, novecentos e cinco mil, cento e três.

Então vejam os srs. deputados, como é uma preocupação do governo do PMDB, em tratar com dignidade o dinheiro do povo do Estado do Paraná.

Nós vamos, evidentemente, em outras discussões e em outras reuniões, apresentar mais números. Vamos seguir inclusive, o exemplo do senhor líder do PDS, vamos apresentar muitos números, mostrando a seriedade do governo que se implantou no Paraná pela vontade popular, pela vontade do povo, pela vontade das urnas.

Verbas de publicidade. Falou-se no aumento de verbas de publicidade no orçamento atual.

Ora, mas será Sr. presidente, e srs. deputados, que nós não estamos vivendo um período da inflação superior a 200 por cento?

Será que os jornais, o papel jornal será que não subiu de preço? Será que o jornalista não passou a ganhar mais, evidentemente, no seu reajuste? Será que as despesas dos jornais, das emissoras de rádio, das emissoras de televisão em função desta inflação galopante, não subiu? Será que teria que manter a mesma despesa de publicidade mantida no governo anterior? Ora, isto é uma brincadeira.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Ferrari Júnior, eu afirmei anteriormente respondendo ao ilustre líder do PDS, que sua excelência estava no terreno das especulações, porque procura criar uma situação para o futuro e não cai na realidade dos fatos.

Evidente que sobre esta tese "Proposta Orçamentária" cabe as discussões as mais amplas possíveis.

Mas, esta insistência de ressaltar o aumento numérico de verbas dos gabinetes dos senhores secretários, e a tentativa de dizer que esta numerologia seria destinada à mordomia, eu acredito de que é uma tentativa de querer dizer que o nosso governo é um governo austero.

Se nós cairmos na prática dos números, atualmente, dentro do orçamento concebido pelo governo do PDS e votado no passado pelo governo do PDS, nós vamos ver que da prática da austeridade foi conseguido, cortando despesas, evidentemente, de mordomias como lanches, cafezinhos, dinheiros para promoção de relatórios luxuosíssimos, etc., conseguiu-se o dinheiro para dar o décimo terceiro salário ao funcionalismo que esta Casa deverá votar na próxima semana.

Agora, veja bem vossa excelência, o nobre deputado Luiz Alberto, veio e citou o número de 854 milhões de cruzeiros, no gabinete do secretário da Segurança Pública, destinada à manutenção deste gabinete.

Muito bem. Sua excelência, pegando por base um discurso do ex-deputado Deni Schwartz, que dizia que o orçamento é uma carta de intenções, sua excelência procura dizer que o atual orçamento também é uma carta de intenções.

Eu até concordo com ele, que efetivamente o orçamento também é uma carta de intenções, dentro da tecnocracia que nós infelizmente vemos, que foi criada e gerada, e que está sendo sustentada pelo atual regime de autoritarismo.

Então, sua excelência, deputado Luiz Alberto dá sua interpretação no seu entendimento. Diz que o orçamento é uma carta de intenções. E a sua intenção é que os 854 milhões de cruzeiros do gabinete do secretário da Segurança, sejam aplicados em mordomias.

Mas, se nós vimos o gráfico, aqui do orçamento, estes 854 milhões serão destinados para assessoramento técnico, jurídico e administrativo do secretário. Desempenho de atividades de cerimoniais, aí seria o caso de mordomias, sem falar na Comunicação Social.

Veja vossa excelência que são na verdade, cinco itens: assessoramento técnico, jurídico e administrativo do secretário, Cerimonial e Comunicação Social.

Para todos estes itens é que são os 854 milhões.

Agora, eu acredito que é intenção do pessoal do PDS querer que seja aplicado estes 854 milhões em mordomias.

Mas, a prática do atual governo, como vossa excelência citou os números da Secretaria da Saúde é diametralmente oposta. Se no exercício passado, no igual período de março a setembro, foram gastos 15 milhões de cruzeiros, e o atual governo, com inflação e tudo, conseguiu gastar quatro milhões e novecentos, a prática é diferente, muito embora os números autorizassem a gastar 15 milhões. Mas, a prática do atual governo, gastou apenas quatro.

Foi desta economia que nos estamos possibilitando gastar na próxima semana, o dinheiro para pagar o décimo terceiro salário do funcionalismo público.

Então, na verdade, a incoerência do nobre líder do PDS é verificável e constatável com muita facilidade, porque ele critica que o Orçamento é uma Carta de Intenções, e depois pega desta Carta de Intenções, e, na sua intenção, diz de que os 854 milhões vão ser aplicados em equipamento técnico do gabinete do secretário da Segurança Pública, que não existe; no assessoramento jurídico, para que a nossa polícia militar se adeque às normas dos direitos humanos, direito este que este regime de autoridade existente no Brasil procurou extirpar de todo, o de que o gabinete do senhor secretário da Segurança Pública tenha uma adequação técnica condizente, e também administrativa.

Então, tudo está no terreno das intenções.

Agora, como pode cobrar uma posição de incoerência, dizendo que é uma Carta de Intenções, quando ele usa toda a sua argumentação também com uma intenção sua, ou com uma presunção sua, de que os 854 milhões, destinados a cinco itens, vão ser aplicados no seu maior número, para o cerimonial, ou seja, para a mordomia?

Portanto, eu não posso aceitar uma argumentação que é incoerente, inconsistente, e que a prática efetiva é que vai dizer.

Eu espero, então, que o PDS venha com a mesma disposição, com a mesma voluntariedade que está hoje aqui, para fiscalizar o gabinete do senhor secretário da Segurança Pública, e para que, no ano que vem, quando nós nos encontrarmos aqui, debatendo o próximo orçamento, venham aqui e nos joguem na cara, de que os 854 milhões foram aplicados, na sua maioria, em mordomia, porque daí ele não vai ter só os aliados da sua bancada, vai ter a nossa bancada como sua aliada, cobrando esta posição, porque esta não é a prática dos homens do PMDB, que querem um governo austero, um governo eficiente, pois o próprio governador tem dado exemplo disso.

Por isso, senhor presidente, eu não aceito a argumentação do líder do PDS, que, em própria tese é totalmente incoerente e inconsistente.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Por isso que eu falava, excelência, em pré-julgamento. Vossa excelência veio, agora, clarear e falar na Carta de Intenções, que é um orçamento, e dizia bem o líder do PDS, e eu falava sobre o pré-julgamento. Vossa excelência, naturalmente, foi bastante claro, quando observou...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Um instante só. Indago do ilustre líder da bancada do PMDB, se no último Orçamento - existia no orçamento passado do governo do PDS, se me parece o artigo 8, foge-me agora da memória - se existiam aqueles 30 por cento para o governador de então manobrar dentro do Orçamento?

O Sr. Nilso Sguarezi — No orçamento passado, se não me enganar, foi da ordem de 25 por cento. Mas, vossa excelência traz à discussão o aspecto...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Agradeço. Foi excelente a observação de vossa excelência, 25 por cento. Então, veja como houve já uma mudança, e vossa excelência falava em cobrança. Cobrava a cobrança do PDS e nós também queremos que o PDS cobre, num futuro, se houver, naturalmente, alguma alteração naquilo que nós estamos observando. O Orçamento anterior, do governo do PDS, foi aprovado com 25 por cento...

O Sr. Rubens Bueno — Com um detalhe, senhor deputado, se me permite, com um detalhe; com a previsão dos ministros do PDS de que a inflação seria de 70 por cento, no ano passado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Bem explicado. Hoje, há uma emenda do deputado Roberto Requião, que muda completamente isso. Mostra a intenção da bancada do PMDB em fiscalizar e dar poderes a esta Assembléia, para no futuro, trabalhar legislar sobre as matérias financeiras do senhor governador do Estado do Paraná. Fosse a bancada do PMDB uma bancada subserviente, ela simplesmente aprovaria os 30 por cento que o governador pediu. Houve um erro, nobre líder do PDS, do governador José Richa ou de quem propôs este orçamento. Não estou aqui para alisar. Tentou-se, evidentemente,

conquistar os 30 por cento, mas estava atenta a bancada do PMDB e emendou, quer dizer, concluiu. Tirou-se aquele vício de tantos anos que ocorria no Estado do Paraná e em tantos estados do Brasil.

Então houve a presença marcante da bancada do PMDB. Isto creio e vossa excelência há de concordar, é um exemplo de que a própria bancada quer fiscalizar ou até, por que não dizer, ajudar a bancada do PDS na fiscalização, que por certo esta bancada há de fazer ao longo do tempo, não mais com pré-julgamento, mas naturalmente, trazendo-se, se houver, fatos concretos para que nós possamos discutir aqui.

O Sr. Nilso Sguarezi — Só para concluir, eu gostaria de ressaltar de que o pessoal do PDS nos cobra as mudanças. Aqui nesta Casa as mudanças são efetivas. No passado nós discutimos exaustivamente o Orçamento e tentamos, por diversas ocasiões, reduzir esses números que autorizavam previamente o governador a remanejar as verbas no sentido de valorizar esta Assembléia, coisa que estamos fazendo hoje ao diminuir o percentual no Orçamento.

E veja vossa excelência que eu falo inclusive na condição de líder do governo e o governador foi muito enfático à bancada, de que aceitaria as regras do jogo que o Poder Legislativo tem para autorizar. O quanto que o Poder Legislativo autorizar, efetivamente, ao governador não cabe se rebelar.

Mas internamente, com a bancada ficou fechada a questão de ordem que seria em torno de 15 por cento.

Agora, o que é a grande mudança, nobre deputado, é a mudança que nós temos a dignidade e a coragem suficiente, e a humildade acima de tudo, de reconhecer a contribuição valiosa dos companheiros do PDS, como é o caso do artigo 5.º, em que o espírito da coisa foi de uma emenda do nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, quando nós queremos aqui, no Estado do Paraná, ver se conseguimos enquadrar as Estatais, a grande cobra que está engolindo e deturpando toda a tentativa da política econômica do governo federal, que não consegue dominá-las.

Porque na verdade a emenda do nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, uma das emendas, era no sentido de que os orçamentos das Estatais que nunca tinham qualquer controle por parte da Assembléia, a partir de agora tenham o "referendum" também desta Casa.

Então que se diga aqui, claramente, que o autor desta idéia foi o nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, e de que o Substitutivo englobou esta idéia, porque efetivamente é uma idéia que contribui.

Agora o que nós lamentamos, é que no curso, principalmente, dos oito anos últimos em que sempre discutimos este Orçamento e os Anais da Casa estão aí para registrar, nunca uma das medidas que nós tentamos fazer e de que hoje concretizamos ao reduzir de 30 para 15 por cento este percentual de autorização antecipada, nunca nós poderemos ter a felicidade de dizer que a bancada ilustre da antiga Arena e do PDS, aceitou.

Hoje, nós temos a grata satisfação de dizer que podemos aceitar uma brilhante colaboração como essa do líder do PDS.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Houve, pois, mudança no Executivo. Nós falamos sobre isso; profundas mudanças também dentro do Legislativo. Eu pretendia encerrar o meu pronunciamento, mas não posso fazê-lo por uma questão de ética até, antes de oferecer o aparte ao senhor líder da bancada do PDS, deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço o posicionamento ético de vossa excelência, e pretendo responder, dizendo que a incongruência maior não é minha, mas sim do nobre líder do governo nesta Casa, que acaba de reconhecer que esta não é uma lei séria. Porque quando ele fala que o Orçamento não pas-

sa de uma listagem de intenções, concorda que este Parlamento está discutindo sobre uma lei inócua, que não produzirá os seus efeitos.

Por outro lado, a bancada do PDS, na oposição, tem o dever de alertar sua excelência o sr. governador do Estado que pode não ser, inclusive um homem afeito ao Orçamento Público, de que a Proposta Orçamentária que aqui está, se não é a prova da mordomia, é a intenção da mordomia. Conseqüentemente sua excelência terá a possibilidade do decreto que deverá baixar para regulamentar a execução orçamentária de 84, evitar que estes recursos nos Gabinetes dos Secretários sejam gastos nas despesas com verbas de representação e de cerimonial.

Não posso concordar com a argumentação do deputado Nilso Sguarezi de que os recursos do Gabinete do Secretário de Segurança serão usados para bem equipar o gabinete do Secretário, até porque não sei se sua excelência concorda que equipamento é um sistema de computação que a polícia está precisando, ou se móveis mais requintados para o gabinete do secretário, ou se é um tipo de máquina de escrever, ou se é um recurso eletrônico que a polícia está a exigir no Estado do Paraná.

Gostaria, apenas para esclarecer, finalmente, uma posição com relação ao Orçamento: sua excelência o governador José Richa afirmou em discurso proferido na televisão, numa cadeia de televisão, de que havia conseguido reduzir o déficit orçamentário. O déficit que julgamos que não é o que consta como uma operação de crédito de quarenta e cinco milhões e que ele extrapolou para cem bilhões de cruzeiros. Lamentavelmente, não foi isso que ocorreu: a inflação que lembrou o apressado deputado Rubens Bueno, é que possibilitou que o Governador José Richa tivesse a condição de dizer que não há déficit orçamentário, porque sabemos que a previsão orçamentária para o ano de 83 era da ordem de 250 bilhões de cruzeiros, e o secretário Belmiro Valverde Castor afirmou recentemente em notícia de jornal, de que havia o Estado já conseguido arrecadar, até a presente data, mais de 300 bilhões de cruzeiros, ou queria arrecadar isto até o final do ano, o que prova que realmente foi uma farsa a declaração de sua excelência o governador José Richa.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Agradeço o aparte de vossa excelência..

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Por outro lado, permita-me apenas um minuto, eu gostaria de fazer justiça à bancada do PMDB. Realmente a bancada do PMDB e aliás fiz isso no corpo do meu pronunciamento, em razão do parecer do ilustre deputado Anibal Khury, uma comissão presidida pelo deputado Artagão Mattos Leão, com a valorosa compreensão de eminentes deputados do PMDB, foi possível reduzir de 30 para 15 por cento, a possibilidade de crédito nacional à mercê de sua excelência o governador do Estado.

A nossa proposta, referendando a proposta do PMDB no passado, era no sentido de que não houvesse nem 15 por cento. Agora este dado demonstra bem: o governo do PDS, tão criticado no passado, solicitava uma autorização de 25 por cento e ficava na média das solicitações dos outros Estados brasileiros.

O Governo do PMDB que veio para mudar, ao invés de solicitar 25 por cento, solicitou 30 por cento, e os srs. deputados do PMDB, em boa hora, acolheram o substitutivo do deputado Anibal Khury, reduzindo isso para 15 por cento, o que demonstra que os srs. parlamentares do PMDB estão, eles sim, preocupados com a mudança proposta na eleição, o que, lamentavelmente, não vem a ocorrer no Poder Executivo.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu agradeço o aparte de vossa excelência e gostaria de dizer que, como vossa excelência

observou, e nós concordamos plenamente, o PMDB trouxe uma mudança. O PMDB é um todo: Legislativo e Executivo. Se o Executivo, e eu disse a pouco que errou, ao mandar para essa Casa, Mensagem pedindo 30 por cento, o Legislativo consertou: diminuiu para 15 por cento.

É este o PMDB, um todo. Amanhã, talvez venha a errar, por certo o Executivo há de acertar. Vossa excelência disse inúmeras coisas corretas que aplaudimos, e em nossa maneira de ver, disse também inúmeras coisas incorretas. Prefiro me reportar às coisas incorretas, porque falar sobre as coisas corretas ditas por vossa excelência é óbvio. Vossa excelência diz realmente coisas corretíssimas nesta Casa quando assim o quer.

Disse vossa excelência, do líder Nilso Sguarezi, que ele recordou-se de uma lei que não é séria. Uma lei inócua, sem cor, uma lei que no entender de vossa excelência não existe. Não posso concordar, acho que vossa excelência foi infeliz.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — O próprio parecer do Deputado Aníbal Khury diz que estamos votando uma farsa.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Se o deputado Aníbal Khury disse isto, não posso ir contra ele, porque ele não se manifestou sobre o assunto. Agora vossa excelência sobre uma lei que não é séria, inócua, vossa excelência falou todo o horário da liderança do PDS, mais de uma hora e três minutos. Então esta lei não é inócua, é colorida demais.

Voltou vossa excelência a falar de mordomia. Voltou a prejudicar.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Não disse que esta lei era vossa.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Carta de intenção, que disse o deputado Nilso Sguarezi, concordo plenamente com ele. Vossa excelência não quer concordar, é outro problema. É uma carta de intenções sim. Um orçamento é aquilo que o governo, que o Executivo pretende executar no decorrer do período; é intenção que ele tem em utilizar uma verba para construção ou de estrada, ou de escola, ou de pagamento de pessoal; é uma intenção, vossa excelência não entendeu a mensagem do líder da bancada do PMDB. Isto para vossa excelência cobrar depois, não prejudicar. Este é o nosso argumento, deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Apenas queria tranquilizar o nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, quando sua excelência insinuou mais uma vez de que talvez a verba do secretário de Segurança, fosse destinada quando se referiu a equipamento, a montar um gabinete mais luxuoso. Devo dizer ao nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, que o nosso secretário deverá ter muita capacidade para deixar mais luxuoso do que o governo de vossa excelência montou aquele gabinete da Secretaria de Segurança Pública, na verdade, um grande disparate entre o que a nossa polícia faz nas ruas, e o luxo que existia e que existe naquele gabinete, propiciado e criado pelo secretário anterior.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Não conheço o gosto de vossa excelência, muito menos o gosto do secretário de Segurança.

O SR. FERRARI JÚNIOR — A preocupação e o assunto é a Secretaria de Segurança. Falava o ilustre deputado do PDS que ele revoltava-se contra uma verba que o governo José Richa dá, ou oferece para a Segurança Pública. Combater esta verba, excelência, salve engano, se eu me enganar perdoe-me, é combater a população do Paraná que anda assustada, anda

com medo, porque a criminalidade está invadindo todos os setores da vida do Brasil. Veja São Paulo, a preocupação do Governador do PMDB, Franco Montoro, com todo o povo de São Paulo. O povo de São Paulo está se unindo para dar dinheiro ao Governo de São Paulo, para reforçar a Secretaria de Segurança Pública. Mais dinheiro para a Secretaria, para comprar veículos, para pagar bem o pessoal, para contratar mais pessoal, para comprar armamento, para combater a criminalidade, principalmente depois da morte daquela criança numa agência bancária em São Paulo. E aqui no Paraná, o governo do PMDB destina uma grande fatia do seu orçamento para a Segurança Pública, porque é o que mais se cobra, e vossa excelência sabe disto. Acredito que no interior, os seus amigos, os seus eleitores, os seus correligionários cobram segurança, segurança e mais segurança neste Estado do Paraná. Quando o governo do PMDB se dedica a dar segurança ao povo do nosso estado, através de uma bela fatia do Orçamento, vêm críticas contra esse governo."

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — É lamentável em todos os aspectos. Isto, num setor de Segurança Pública, é de se lamentar. Oxalá mude de opinião o eminente líder da bancada do PDS, porque o povo do Estado do Paraná, desde a menor cidade, até Curitiba sua capital, sua maior cidade, está a clamar desesperadamente por segurança, e há só um meio de conquistar segurança hoje, de imediato, rapidamente, não a longo prazo; é dando condições ao policiamento, quer ele ostensivo ou não. Porque o ideal, todos sabemos, seria corrigir o mal desde o início, desde o berço: a criança desamparada, a criança da favela, a criança que começa a roubar aos dois, três anos de idade, para matar a fome. Só que aí já não é problema somente do governador José Richa. É um problema do governo de vossa excelência, que se instalou neste País há tantos anos.

Então cabe ao PMDB, governo do estado do Paraná, cabe ao PMDB, governo do estado de São Paulo, reforçar a sua polícia, dar dotação orçamentária a sua polícia, para combater a criminalidade. Já esperamos demais do governo federal para que ele combatesse o crime desde o início, desde a sua raiz, e ele não o fez. Então cabe ao governo atual, até que se mude a coisa neste País, até que tenhamos eleições livres e diretas para a Presidência da República, até que se consiga combater o mal pela raiz, nós teremos que isto sim, e é até duro de reconhecer, mas é verdade, reforçar cada vez mais o policiamento para segurança de nosso povo, de nossa gente.

Muito obrigado, sr. presidente.

Muito obrigado, srs. deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em discussão o Projeto de Lei n.º 158/83. Encerrada a discussão, em votação. APROVADO.

Está em discussão o Projeto de Lei n.º 39/83.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Vossa excelência considera aprovado o projeto com substitutivo apresentado na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está aprovado o Projeto conforme veio da Comissão de Orçamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Com as emendas propostas da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Exatamente.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 39/83, de autoria do deputado RUBENS BUNEO, que dispõe sobre o controle de Agrotóxicos e outros Biocidas a nível Estadual e dá outras providências. Com PARECERES DA C.C.J. e C.S.P., FAVORÁVEIS ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Projeto de Lei n.º 39/83,
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A distribuição e comercialização, no território do Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas, estão condicionados a prévio cadastramento perante a Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente-Surehma.

§ 1.º — Definem-se como agrotóxicos e outros biocidas as substâncias, ou misturas de substâncias, e, ou processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso no setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes doméstico, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

§ 2.º — Só serão admitidas, em território estadual, a comercialização e distribuição de produtos agrotóxicos e biocidas já registrado no órgão federal competente e que, se resultantes de importação, tenham uso autorizado no país de origem.

§ 3.º — A indústria produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulante do cadastramento previsto nesta Lei, apresentará obrigatoriamente, ao cadastrá-los, mediante requerimento dirigido à Surehma, os seguintes documentos:

- a) prova de constituição da empresa;
- b) certidão de classificação toxicológica, expedida pela Divisão Nacional de Vigilância de Produtos Saneantes Domissanitários, do Ministério da Saúde, obedecendo as normas e parâmetros estabelecidos no anexo 1, da presente lei;
- c) relatório técnico, contendo, no mínimo, os dados constantes do anexo II desta lei;
- d) exemplares de publicação, no Diário Oficial do Estado, e órgão de circulação diária, do sumário constante do anexo II desta lei.

§ 4.º — A indústria produtora ou manipuladora de agrotóxicos, apresentará a Surehma, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da presente lei, prova de classificação toxicológica e relatório técnico, conforme os termos do parágrafo 3.º deste artigo, de cada um dos produtos de sua comercialização já existentes no mercado estadual.

§ 5.º — Caso a Divisão do Ministério da Saúde, citado no item b, do parágrafo 3.º, não dispuser de todos os dados exigidos no anexo I desta lei, a Secretaria da Agricultura e a Surehma poderão formar convênios com universidades ou centros de pesquisas oficiais ou privados, com ônus repassados para a empresa interessada na comercialização.

Art. 2.º — A Surehma e a Secretaria da Agricultura, em ação conjunta, ficam obrigadas a rigoroso controle de rotulagem dos produtos agrotóxicos e biocidas, nos termos do regulamento da legislação federal.

Art. 3.º — Nas bulas, etiquetas, anúncios ou qualquer outras publicações referentes a agrotóxicos, a expressão "cadastrada na Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, sob n.º em ... de ... de" constará obrigatoriamente e será preenchida pela indústria produtora ou manipuladora.

Parágrafo único — Cada revendedor de produto agrotóxico e biocida colocará na embalagem rótulo legível, contendo a indicação da forma comercial, endereço, nome do técnico que o prescreveu e número de seu registro no órgão competente.

Art. 4.º — Qualquer entidade associativa, legalmente constituída, poderá impugnar, fundamentadamente, o cadastramento de produtos agrotóxicos e biocidas, arguindo, efeitos comprovadamente perniciosos à saúde humana e ao equilíbrio ambiental.

§ 1.º — A impugnação será formalizada através de petição dirigida à Surehma, em qualquer tempo a partir da publicação prevista no artigo 1.º, § 3.º, letra "d", da presente lei, devidamente instruída com laudo técnico firmado, no mínimo por dois profissionais habilitados na área de biociências.

§ 2.º — Apresentada impugnação, dela será notificada a firma cadastrada, que poderá oferecer-lhe contradita; após o que será o respectivo expediente submetido à decisão da Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente.

Art. 5.º — Fica mantida, no território estadual, a proibição do uso de agrotóxicos organo-clorados, a ser estabelecida pela Surehma, no prazo de 60 dias, a contar da aprovação desta lei.

Art. 6.º — Mantém-se também a exigência do Receituário Agrônomo, que será instituído por decreto do governador do Estado, com base em proposta da Secretaria da Agricultura, no prazo de 90 dias a contar da publicação desta lei.

Art. 7.º — Para os produtos biocidas e de outra natureza, utilizados em zootecnia, pecuária e silvicultura, serão exigidos, os respectivos receituários expedidos pelos profissionais legalmente habilitados, entendendo-se como tais os zootecnistas, médico-veterinários e engenheiros florestais.

Parágrafo único — Os receituários citados neste artigo só terão validade, se expedidos por técnicos não vinculados, de qualquer forma, a estabelecimentos produtores, manipuladores ou comercializadores de agrotóxicos e outros biocidas.

Art. 8.º — As Comissões de Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura, da Assembléia Legislativa, poderão requisitar às expensas do Poder Legislativo, análises físicas, químicas e biológicas, de parte dos laboratórios oficiais do Estado, visando detectar contaminação por qualquer substância poluente em águas de consumo público e alimentos, bem como cópias de análises já efetuadas.

§ 1.º — Para efetivação das análises previstas neste artigo, a comissão requisitante designará um ou mais técnicos, de reconhecida idoneidade moral e capacitação profissional, que terão amplo acesso a todas as fases das análises.

§ 2.º — Concluídas as análises, os técnicos que as realizaram, elaborarão, conjunta ou separadamente, os respectivos laudos periciais, em que indicarão, fundamentalmente, seus métodos, procedimentos e conclusões; indicando, se possível, as medidas necessárias para coibir a contaminação eventualmente verificada.

§ 3.º — Os laudos serão encaminhados à comissão requisitante que, ciente de seu teor, os remeterá à Surehma para as providências legais.

Art. 9.º — A Surehma enviará às comissões indicadas no art. 8.º e que requisitarem estas análises, em interregnos adequados, os resultados, inclusive parciais, de todas as análises físicas, químicas e biológicas, efetuadas nos laboratórios estaduais, e que de imediato serão divulgados pelo Diário Oficial e de mais meios de comunicação.

Art. 10 — O descumprimento das disposições da presente lei, sujeita o infrator, além da responsabilidade funcional, em se tratando de servidor público, às penalidades previstas na Lei Federal n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Esta lei torna obrigatório o cadastramento prévio de biocidas e produtos agrotóxicos, na Superintendência de Recursos

Hídricos e do Meio Ambiente e institui o Receituário Agromônico.

Entendemos que o moderno modelo tecnológico proporciona saúde e conforto ao homem, mas, paradoxalmente, vem ocasionando sérios riscos.

A sintetização de substâncias químicas e seu emprego na agricultura, se de um lado contribui para o aumento da produtividade, de outro veio contaminar o meio ambiente, provocando novas e graves enfermidades.

Os compostos organo-clorados, organo-fosforados e carbamatos têm contra si o libelo científico de serem causadores de paralisia, cegueira, efeitos cancerígenos e outras doenças incuráveis ou letais.

Em 17 de julho de 1981, a revista norte-americana "Newsweek" revelou que "a venda de pesticidas tão violentos como o DDT, Aldrin e Palathion, rigidamente controlada nos EUA, é livremente praticada no terceiro mundo". No Brasil, estudos realizados pelo professor Waldemar Ferreira de Almeida, mostram que no período de 1976 a 1979, foram declarados 208 casos de morte e 3.488 casos de doenças por envenenamento.

O mais grave é que todos estes efeitos deletérios já não encontram mais justificativas sob o prisma estritamente econômico, de rentabilidade das lavouras. Os agricultores hoje, utilizam 12 vezes mais pesticidas que há 30 anos, mas as perdas dos cultivos quase duplicaram nesse período.

Está claro que os agrotóxicos, sofisticadamente chamados de "defensivos", provocam graves e irreversíveis danos à saúde das coletividades e ao equilíbrio ambiental, exigindo respostas energéticas e inadiáveis.

No plano das contaminações por agrotóxicos há um ciclo de normas ineficazes, preponderantemente ditadas pela União; normas que se caracterizam por seu caráter de emergência casuística e aplicação quase nula.

Precisamos de uma legislação estadual específica, que discipline a prevenção, o controle, a vigilância e a fiscalização de pesticidas no território paranaense, com base em três princípios democráticos:

- publicidade, inclusive das práticas administrativas concretas;
- responsabilidade dos agentes públicos;
- participação comunitária.

A experiência tem demonstrado que um dos mais sérios obstáculos à eficácia da política de proteção ao meio ambiente particularmente, na área de contaminação por agrotóxicos, se deve à omissão e sonegação de informações.

No âmbito das responsabilidades dos agentes públicos, pretende-se articular, as áreas de competência sanitária e ambiental (as do Estado com a União), exigindo-se o cadastramento prévio de todos os agrotóxicos no órgão federal competente. E mais: estabelecer que só tenha ingresso no mercado estadual, haja um rigoroso controle de rotulagem, já estabelecida em legislação federal.

Em homenagem ao deputado Antenor Ferrari e ao Poder Legislativo do Rio Grande do Sul, temos a honra de apresentar projeto idêntico ao aprovado naquele Estado e ratificado soberanamente através da rejeição do veto parcial, do então governador José Augusto Amaral de Souza.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1983.

(a) Deputado SABINO BRASIL NUNES DE CAMPOS

Deputado Orlando Pessutti

Deputado Paulo Furiatti.

Deputado Rubens Bueno.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/83.

De autoria do ilustre deputado RUBENS BUENO, dispõe o presente Plano de Lei sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas no território estadual, e dá outras providências.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, já que inexistem óbices capazes de comprometer o êxito do projeto.

Na atualidade, quando há preocupação geral na preservação da fauna e da flora, bem como o cuidado com a saúde e o bem-estar da população, é inquestionável a oportunidade e elevado alcance social da medida apresentada, que visa dotar o Estado do Paraná de um mecanismo hábil a defender e preservar suas riquezas naturais.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente.

ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/83.

Se autoria do deputado RUBENS BUENO, dispõe o presente projeto de lei, sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas no território do Estado do Paraná e dá outras providências.

Analisando a matéria sob o aspecto que a Comissão de Saúde Pública é chamada a analisar, temos que, nada possui o projeto, que possa a mesma comissão, dar parecer contrário. haja vista a grande necessidade de ser controlado os agrotóxicos e biocidas no território de nosso Estado.

A preocupação de todos nós na atualidade é a conservação da flora e da fauna, mas principalmente, com a saúde de toda a população brasileira, a qual se vê hoje constantemente ameaçada pelo uso indiscriminado desses produtos e a medida ora apresentada vem sanar em definitivo com a lacuna até o momento presente existe em nosso Estado.

Portanto, dado ao grande alcance social da medida ora apresentada e também a sua grande significação para melhorar os parâmetros da saúde de nossa população, somos FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS- Presidente.

AMÉLIA HRUSCHKA — Relator.

COMISSÃO DE ECOLOGIA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/83.

O projeto de lei, em pauta, que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual, é iniciativa das mais meritórias, que vem preencher uma lacuna na legislação agrária do Paraná.

A definição de agrotóxicos bem como das medidas imprescindíveis para o controle de sua comercialização e aplicação, evitando-se, assim os incontáveis acidentes, na maioria dos casos fatais, que decorrem da falta de conhecimento do público leigo dos graves riscos que acarreta a utilização de produtos altamente tóxicos, que sem empregados com método, seriam inestimáveis auxiliares no agricultor, mas, que, utilizados indiscriminadamente, se tornam armas altamente letais voltadas contra o produtor e, mesmo, contra o consumidor.

O plano de lei, no entanto, da maneira como foi apresentado, baseia-se na legislação em vigor no Estado do Rio Grande do Sul, deixando a desejar, em alguns aspectos, ao se aplicar ao nosso Estado, pelas características peculiares aqui encontradas.

Nestas condições, pelos argumentos acima propostos, embora concordemos que a iniciativa é das mais meritórias, opinamos no sentido de que seja o mesmo aprovado na forma do substitutivo que apresentamos em anexo e que, ao nosso ver, mais se ajusta às peculiaridades das diversas regiões do Estado.

Sala das Comissões, em de outubro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO- Presidente.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 39/83.

Art. 1. — A distribuição e comercialização no território do Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas, estão condicionados a prévio cadastramento perante a Secretaria de Agricultura e Secretaria do Interior.

Parágrafo 1 — Definem-se como agrotóxicos e outros biocidas, as substâncias ou misturas de substâncias químicas ou biológicas destinadas ao uso no setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes domésticos, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação de seres vivos considerados nocivos.

Parágrafo 2 — Só serão admitidas em território estadual, serem comercializados e distribuídos agrotóxicos e biocidas, já registrado no órgão federal competente e que, se resultantes de importação, tenham registro para ser utilizado no país de origem.

Parágrafo 3 — A indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulante do cadastramento previsto nesta lei, apresentará obrigatoriamente ao cadastrá-lo, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Agricultura, os seguintes documentos:

- a) Prova de constituição da empresa;
- b) Método de análise de resíduo de agrotóxico por cultura registrada no órgão federal competente;
- c) Cópia do Relatório da Instituição Oficial de pesquisa que desenvolveu os ensaios de campo para as indicações de uso e doses recomendadas por cultura do produto registrado no Ministério da Agricultura, bem como cópia do boletim de análise de resíduos do produto para as culturas em que é indicado, boletim este emitido por Laboratório Oficial do Brasil.
- d) Cópia do relatório técnico aprovado pelo órgão federal competente.
- e) Certidão de classificação toxicológica, expedida pela Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Produtos Saneantes Domissanitários, do Ministério da Saúde, obedecendo as normas e critérios constantes no Anexo I da Portaria n.º 04/DISED de 30.04.80.
- f) Deverão ser fornecidos os dados contidos no anexo II- (Portaria n.º 04- DISED de 30.04.80), para que se proceda a classificação toxicológica do agrotóxico ou biocida em questão.
- g) Exemplares de publicação, no Diário Oficial do Estado, e em órgão de circulação diária, do sumário constante do anexo II desta Lei.

Parágrafo 4 — A indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, deverá apresentar à Secretaria da Agricultura e Secretaria do Interior, para cadastramento previsto nesta Lei, mediante requerimento, os seguintes documentos

(Será listado pela Secretaria da Agricultura e Secretaria do Interior).

Parágrafo 5 — A indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos deverá apresentar à Secretaria da Agricultura, no prazo de 90 dias, a contar da publicação da presente Lei, os documentos exigidos nos parágrafos 3 e 4 deste artigo.

Parágrafo 6 — Os rótulos dos agrotóxicos ou biocidas que venham a ser comercializados no Estado, deverão estar de acordo com os dados contidos no Anexo III (Portaria 220 de 14.03.79).

Parágrafo 7 — O cadastramento junto à Secretaria da Agricultura e Secretaria do Interior terão validade equivalente ao do Registro junto ao órgão federal competente. Quando do vencimento ou cancelamento do mesmo este terá sua autoriza-

ção suspensa no Estado automaticamente junto àqueles órgãos.

Parágrafo 8 — Qualquer alteração quanto às características químicas e/ou físicas dos agrotóxicos ou biocidas, implicarão em novo pedido de registro para o mesmo.

Parágrafo 9 — Será concedida autorização expedida pela Secretaria da Agricultura e Secretaria do Interior aos agrotóxicos que cumprirem o estabelecido no parágrafo 3.º e 4.º do artigo 1.º, da presente lei.

Parágrafo 10 — Quando da constatação de resultados residuais, toxicológicos e quanto a eficácia de agrotóxicos e biocidas, divergentes dos apresentados pelas indústrias importadoras ou manipuladoras, (desde que realizadas por entidades ou órgãos de renomado conceito técnico-científico), obrigará as indústrias importadoras, produtoras ou manipuladoras a realizar ensaios e pesquisas junto a órgãos oficiais para comprovação dos dados apresentados quando do cadastramento do agrotóxico ou biocida. O direcionamento quanto ao local no qual serão realizados os ensaios e pesquisas ficará a critério da Secretaria da Agricultura. O ônus dos mesmos correrá por conta de indústria importadora, produtora ou manipuladora, responsável pela comercialização.

Parágrafo 11 — As análises para fins de controle de qualidade serão realizadas por laboratórios oficiais credenciados no Estado, os métodos a serem seguidos serão os aprovados quando do cadastramento.

Art. 2 — A Secretaria da Agricultura fica obrigada a rigorosa fiscalização da qualidade e da rotulagem e embalagem dos agrotóxicos e biocidas, nos termos do artigo 1.º, parágrafo 6.º e 11.º.

Art. 3 — As coletas de amostras de agrotóxicos e biocidas serão realizadas de acordo com as instruções próprias baixadas pelo órgão competente.

Parágrafo 1.º — A indústria importadora, produtora ou manipuladora que tenha seus produtos amostrados pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura, deverá repor aos comerciantes de Agrotóxicos ou biocidas detentores dos produtos, quando da coleta de amostra, para fins de controle de qualidade.

Art. 4 — Todo agrotóxico ou biocida que quando analisado revelar falsificação ou deficiência quanto aos aspectos químicos e/ou físicos estarão sujeitos ao que prescrever as regulamentações específicas.

Art. 5 — Será de competência da Secretaria da Agricultura a apreensão, destruição ou doação de Agrotóxicos e biocidas quando estes se revelarem em desacordo com a presente no que concerne a aspectos físicos, químicos, rótulos e embalagens.

Parágrafo 1 — As doações de agrotóxicos ou biocidas, só poderão ser feitas a entidades e órgãos oficiais.

Art. 6 — Todo produto apreendido pela Secretaria da Agricultura, cuja pena determina a destruição do mesmo, deverá ser executada pela indústria importadora, produtora, manipuladora ou pelo comerciante de agrotóxicos, de acordo com deliberação e supervisão do Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura e da SUREHMA.

Parágrafo 1. — As despesas relativas a destruição dos produtos, serão da responsabilidade da indústria importadora, produtora, manipuladora ou pelo comerciante de agrotóxicos e/ou biocidas.

Art. 7 — Qualquer entidade associativa, legalmente constituída, poderá impugnar, fundamentalmente, o cadastramento de produtos agrotóxicos e biocidas, arguindo comprovadamente perniciosos efeitos à saúde humana e animal e ao meio ambiente.

Parágrafo 1 — A impugnação será formalizada através de petição dirigida à SEAG, em qualquer tempo a partir da publicação prevista no art. 1.º — parágrafo 3.º, da presente lei, devidamente instruída com laudo técnico firmado, no mínimo por dois profissionais brasileiros habilitados na área de biociências.

Parágrafo 2 — Apresentada a impugnação, dela será notificada a firma cadastrada, que poderá oferecer-lhe defesa, após o que será o respectivo expediente submetido à decisão da SEAG, juntamente com outros órgãos oficiais ligados ao setor.

Art. 8 — Toda e qualquer entidade, pessoa física ou jurídica que comercialize agrotóxico e biocidas deverá, obrigatoriamente, cadastrar-se na Secretaria da Agricultura.

Parágrafo 1 — Os estabelecimentos de que trata este artigo deverão apresentar, no ato do cadastramento os seguintes documentos:

- a) prova de constituição da empresa;
- b) livro de registro das operações referentes ao comércio de produtos agrotóxicos ou biocidas, cujo uso seja permitido no Estado;
- c) relação detalhada do estoque de produtos agrotóxicos ou biocidas existentes nos estabelecimentos na data do cadastramento.

Parágrafo 2 — Os estabelecimentos de que trata este artigo, deverão remeter à Secretaria da Agricultura, relação trimestral das marcas comerciais de produtos, quantidade comercializada e estoque existente.

Art. 9 — Os produtos agrotóxicos só poderão ser comercializados diretamente aos usuários, através da apresentação da Receita Agrônômica, fornecida por um Engenheiro Agrônomo registrado no CREA-PR.

Art. 10 — Para os produtos biocidas e de outra natureza utilizados em zootecnia, pecuária e silvicultura, serão exigidos os respectivos receituários expedidos pelos profissionais legalmente habilitados, entendendo-se como tais os Zootecnistas, Médicos Veterinários, Engenheiros Florestais, Engenheiros Agrônomos.

Art. 11 — As áreas de experimentação e/ou de pesquisas agrotóxicas no Estado do Paraná, deverão ser cadastradas junto à Secretaria da Agricultura.

Parágrafo 1 — Para cadastramento da área em que for realizada a pesquisa com agrotóxico, o interessado deverá remeter à Secretaria da Agricultura, um requerimento no qual conste no mínimo: nome do proprietário, tamanho da área para pesquisa, localidade, cultura em que será usado, data do plantio, data da colheita, marca do produto, ingrediente ativo, quantidade a ser usada, destino da produção oriunda da área.

Art. 12 — As comissões de Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura, da Assembléia Legislativa, poderão requisitar, às expensas do Poder Legislativo, análises físicas, químicas e biológicas, de parte dos Laboratórios Oficiais do Estado, visando detectar contaminação por qual quer substância poluente em solo, águas, alimentos, animais e vegetais, bem como cópias de análises já efetuadas.

Parágrafo 1 — Para efetivação das análises previstas neste artigo a Comissão requisitante designará um ou mais técnicos, de reconhecida idoneidade moral e capacitação profissional, que terão amplo acesso a todas as fases das análises.

Parágrafo 2 — Concluídas as análises, os técnicos que as realizaram, elaboração, conjunta ou separadamente, seus métodos, procedimentos e conclusões, indicando se possível as medidas necessárias para coibir a contaminação eventualmente verificada.

Parágrafo 3 — Os laudos serão encaminhados à comissão requisitante que, ciente do seu teor, os remeterá à SUREHMA, para as providências legais.

Art. 13 — Os resultados, inclusive parciais, de todas as análises físicas, químicas e biológicas, efetuadas nos laboratórios estaduais, serão de imediato divulgadas pelo Diário Oficial e demais meios de comunicação.

Art. 14 — Os funcionários responsáveis pela fiscalização de agrotóxicos e biocidas terão livre acesso a todo estabelecimento que importe, produza, manipule e comercialize agrotóxicos e biocidas bem como a propriedades agrícolas, depósitos,

armazéns, que se utilizam e acondicionam agrotóxicos e/ou biocidas.

Art. 15 — Todo comerciante de agrotóxicos e biocidas, deverá ter exposto a venda equipamentos de proteção, utilizados na aplicação de agrotóxicos e biocidas.

Art. 16 — As propagandas de Agrotóxicos e biocidas veiculadas na imprensa, deverão se sujeitar a aprovação da Secretaria da Agricultura e Secretaria do Interior.

Art. 17 — O não cumprimento da presente lei, acarretará aos infratores as multas prescritas abaixo:

a) de um a cem salários mínimos regionais a todo o que expulsar à venda ou vender agrotóxicos e ou biocidas, sem autorização para tal no Estado do Paraná.

b) de um a cem salários mínimos regionais às indústrias importadoras ou manipuladoras de agrotóxicos e biocidas que estejam com seus produtos em desacordo à presente lei.

c) de um a cem salários mínimos regionais aos que falsificarem, expuserem a venda, venderem ou tentarem vender agrotóxicos ou biocidas em desacordo ao previsto nesta lei.

d) de um a cem salários mínimos regionais aos que vincularem na imprensa propagandas sem a prévia aprovação da Secretaria da Agricultura e Secretaria do Interior.

e) de um a cem salários mínimos regionais, aos que movimentarem ou subtraírem agrotóxicos e/ou biocidas que tenham sofrido interdição pela Secretaria da Agricultura.

f) de um a cem salários mínimos regionais a todos os que dificultarem ou impedirem a ação fiscalizatória por parte da Secretaria da Agricultura.

g) de um a cem salários mínimos regionais a todo aquele que de alguma maneira colaborem com o não cumprimento desta lei.

h) de um a cem salários mínimos a aqueles que transgredirem a presente lei em casos omissos aos citados anteriormente.

Art. 18 — As multas impostas aos infratores não eximirão os mesmos de efetuar o que estabelece as demais disposições desta lei.

Art. 19 — Todo o proprietário agrícola que venha a aplicar em sua propriedade agrotóxicos ou biocidas deverá se utilizar ou fornecer a aqueles que para ele trabalharem, equipamento de proteção para a aplicação na lavoura, de agrotóxicos e/ou biocidas.

Art. 20 — Caso não seja possível a simples detenção do agrotóxico ou biocida utilizado, proceder-se-á a coleta de amostra do material em questão para fins de análises quantitativas e qualitativas, do agrotóxico e/ou biocida em questão.

Art. 21 — Após o processo de coleta de amostra para análise, o produto em questão não poderá ser removido ou alterado, estando o infrator sujeito às medidas previstas pela legislação. O proprietário e ou o fiel depositário não terá direito a indenização.

Art. 22 — Todo material tratado com agrotóxico ou biocida inicialmente destinado a plantio e que venha a ser utilizado para a alimentação humana ou animal, deverá ser previamente amostrado e analisado, para fins de controle quanto aos aspectos residuais e toxicológicos.

Art. 23 — A coleta do material deverá ser realizada pela Secretaria da Agricultura que encaminhará a Laboratório Oficial.

Art. 24 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) PAULO FURIATTI

OSVALDO ALENCAR FURTADO

FIORI LUIZ

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/83.

O projeto de lei em pauta, tem como escopo a regulamentação da aplicação de agrotóxicos e outros biocidas no território.

rio estadual.

O projeto vem tendo tramitação normal nesta Casa, tendo merecido parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde Pública e Ecologia e Meio Ambiente, tendo nesta última recebido emenda substitutiva.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, como seria de se esperar, encontra o projeto o seu mais incondicional apoio, pois é aqui, entre parlamentares estreitamente ligados às lides agropecuárias, que se pode efetivamente aquilatar a oportunidade da matéria abordada, vindo o projeto preencher uma lacuna inexplicável na legislação agrária estadual.

Nesta condição, nosso parecer é entusiasticamente pela Aprovação, na forma do substitutivo da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI- Presidente.

SABINO CAMPOS — Relator.

EM DISCUSSÃO.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (para discutir) — Sr. presidente, trata-se de uma proposta séria de uma iniciativa merecedora de elogios esse trabalho feito por quatro srs. deputados do PMDB, propondo uma Lei Estadual que regula o problema que tem causado tantos danos à vida paranaense.

A mim me parece que esta matéria invade área de competência da União, tenho dúvidas a respeito da sua constitucionalidade. A Bancada do PDS, entretanto considerando o mérito da iniciativa, vota favoravelmente esperando de sua excelência, o governador do Estado, uma análise a respeito da constitucionalidade, por ocasião da sanção governamental.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

3.^a DISCUSSÃO — Do projeto de Resolução n.º 28/83, (Mensagem n.º 34/83, Ex-Proposição n.º 33/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados em 20.01.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná —PRONOROESTE.

Aprovado.

EM VOTAÇÃO:

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 29/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 37/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Termos de Cooperação Técnica e Financeira de 01.02.82, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Bom Sucesso, Borrazópolis, Itambé e Xambê objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Aprovado.

EM VOTAÇÃO:

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 30/83 (Mensagem n.º 35/83, ex-Proposição n.º 36/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Bocaiúva do Sul, Ibituva e Rebouças, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 31/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 38/83), oriundo do Parecer aprova-

do por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos firmados em 82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Mariluz, Tapira e Xambê, objetivando execução do Programa Especial PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 32/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 16/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo datado de 30.11.82, ao convênio celebrado em 01.02.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras- PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

3.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 34/83, (Mensagem n.º 36/83 e Ex-Proposição n.º 35/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos datados em 30.12.83, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 35/83, (Mensagem n.º 33/83 e Ex-Proposição n.º 31/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Re-Ratificação datado de 26.01.83, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios que especifica, objetivando Aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, em obras de interesse Metropolitano. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 37/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 08/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de São José dos Pinhais, objetivando a Implantação dos Serviços de Segurança contra Incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 38/83 (Mensagem n.º 31/83, Ex-Proposição n.º 29/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios que especifica, objetivando Aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, em obras de interesse Metropolitano. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 39/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 26/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná- PRONOROESTE. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 40/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 27/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a intervenção da SUDESUL, com os municípios e objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 87/83, de autoria do deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública o "TEMPLO DA ALVORADA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 154/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "GRANDE LOJA UNIDA DO PARANÁ", entidade maçônica com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 164/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública, a "LOJA MAÇÔNICA SAINT GERMAIN N.º 2.050", de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 155/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "LOJA MAÇÔNICA DARIO VELLOZO N.º 6", com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 167/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE FILATÉLICA DE CURITIBA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO:

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 158/82, de autoria do ex-deputado RENATO BERNARDI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA, deputado Constituinte do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 78/83, de autoria do deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA", com sede na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO:

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 81/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública, a "CRECHE SÃO JUDAS TADEU", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

dade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/83, de autoria do DEPUTADO RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI", com sede e foro no município de Araruna. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114/83, de autoria do DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre obrigatoriedade, a partir da vigência desta lei, execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/83, de autoria do DEPUTADO JORGE AMIN MAIA FILHO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE MARI-LÂNDIA DO SUL — S.O.S.", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 97/83) que dá nova redação ao art. 259, da Lei n.º 1.943, de 23/06/54. (Normas para concessão da medalha "Policial-Militar"). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/83, (Mensagem n.º 30/83, ex-Proposição n.º 28/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo ao convênio n.º 19/80, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde com a intervenção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando aprimorar a coordenação e a execução das atividades e o desenvolvimento dos serviços básicos de saúde.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 10/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos de 30/11/82, e os termos de cooperação técnica e financeira de 01/02/83, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "PROSFRAS", no exercício de 1982.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/83, (Mensagem n.º 45/83, ex-Proposição n.º 42/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio de cooperação n.º 06/83, de 11/02/83, celebrados entre os estados do Paraná e São Paulo, através de suas Secretarias dos Transportes e o Departamento Hidroviário, objetivando a manutenção da Linha Mista de Passageiros e Cargas, entre as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/83, (Mensagem n.º 56/83, ex-Proposição n.º 58/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos firmados em

29/12/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo n.º 01, de 11/05/83, ao convênio n.º 114/82, celebrado em 12/05/83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Sudesul e Sucepar, objetivando execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE — . **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/83, (Mensagem n.º 87/83, ex-Proposição n.º 90/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 04/06/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 52/83, de EMENDA CONSTITUCIONAL de autoria do DEPUTADO MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, acrescentando incisos XIII e XIV, com redação que especifica, ao Art. 138 da Constituição Estadual. (AUTONOMIA A UNIVERSIDADE MANTIDAS PELO ESTADO). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO e EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade.— **Aprovado.**

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 52/83.

Artigo Único. O Art. 138 da Constituição Estadual, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XIII e XIV:

"Art. 138 —

XIII — estabelecimento às instituições universitárias mantidas pelo Estado, de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da lei e de seus estatutos;

XIV — promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos da Lei."

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoio: Sabino Campos, Irondi Pugliesi, Artagão Mattos Leão, Nelson Vasconcellos, Tadeu França, Amélia Hruscka, José Antônio Fonseca, Sérgio Spada, Fiori Luiz, Roberto Requião, Rubens Bueno, Gernote Kirinus, Paulo Furiatti, Orlando Pessuti, Trajano Bastos, Adhail Sprenger Passos, Nilso Sguarezzi, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda à Constituição do Estado contempla a questão da democratização da educação, sob o particular ângulo de participação democrática de professores, alunos e funcionários no ensino.

Trata-se de considerar a democracia como princípio normativo, que como tal pretende tornar-se impulso dirigente do ensino nos seus vários aspectos e funções.

O profundo alcance deste princípio fundamental, que ora se propõe, está na consideração de pretender ser representação constitucional da ação do Poder Público - numa dimensão jamais afirmada nas constituições estaduais.

Se bem que existam textos legislativos, que sejam expressão mitigada deste princípio, como por exemplo, os que estabelecem a eleição para a composição de conselhos superiores das universidades, com a participação de membros de congregações, de delegados do corpo docente e discente ou representante da comunidade, na prática, porém, o governo da universidade tem

se revelado burocrático e centralizador, porque ele se faz através de estruturas de poder que afastam professores, alunos e funcionários das decisões — não só daquelas onde estão presentes os interesses destes estamentos, mas principalmente das decisões que se referem às funções tradicionalmente reservadas à universidade: função de formação cultural e humanística, de formação profissional e de desenvolvimento da investigação científica.

Isto conduz à conclusão de que a ausência de um princípio geral de natureza constitucional enseja o bloqueio no processo de democratização do ensino, na medida em que os atos administrativos e os atos legislativos referentes ao ensino não tem uma diretiva a seguir ou obedecer, ficando a promoção da democratização da educação ao arbítrio do governo ou da maioria parlamentar.

Esta ordem de consideração permite concluir que a adoção do princípio de democratização do ensino, na dimensão de garantia constitucional, significa o compromisso do Estado com a efetiva participação de professores, alunos e funcionários na gestão das escolas - conferindo a ela realidade, nos limites de sua competência legislativa e no restrito âmbito de seu poder de elaboração da política educacional; e, de resto, vem reafirmar de modo muito particular a autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira da universidade.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA SÚMULA:

Acrescenta incisos XIII e XIV ao artigo 138 da Constituição Estadual (Autonomia para as Instituições de Ensino Superior e Democratização do Ensino).

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 52/83

A proposta de Emenda Constitucional, de autoria do nobre deputado Márcio José de Almeida e subscrita por vários deputados, tem como finalidade inserir na Constituição do Estado do Paraná, dispositivos pelos quais são incluídos como princípios para a organização do sistema estadual de ensino, a autonomia dos estabelecimentos de ensino superior e a democratização do ensino.

Diz Paulo Freire, no prólogo de seu livro *Educação como Prática da Liberdade*: . . . "A opção por isso, teria de ser também, entre educação" para a "domesticação", para a alienação, e uma educação para liberdade. "Educação" para o homem objeto ou educação para o homem sujeito" . . .

É lugar comum, hoje, que a universidade brasileira está (também) em crise. Crise financeira, econômica, administrativa, didática, pedagógica e até social. Poucas vezes, porém, se buscou as raízes dessa crise e, muito menos, a própria universidade corajosamente se colocou num posicionamento crítico de suas falhas e omissões. Exceto, é claro, a luta ingente e desassombrada das organizações estudantis (algumas clandestinas de direito, porém legítimas de fato), e ultimamente, luta igualmente ingente das associações de docentes, reunidas sob a égide da ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, que, incansavelmente, é justo que se proclame, não tem medido esforços que há de lhes proporcionar o encontro com uma universidade escoimada daquela realidade crítica e, assim, capaz de refletir os anseios da sociedade brasileira.

Ao Poder Legislativo, o mais legítimo dos poderes, pois dele emerge as aspirações de todos os segmentos da sociedade, cabe sem dúvida, uma parcela enorme de responsabilidade na problemática da política educacional do país e, no nosso caso, do Paraná.

Nesta ordem de reflexão é justo que a "autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira", das instituições de ensino superior, de um lado, e a "democrati-

zação do ensino, através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições" estaduais de ensino como previsto na proposta de emenda constitucional em exame, estão, obviamente abrangidos nesse contexto e representa um avanço considerável a ser promovido por este Poder Legislativo, no sentido de se alcançar, através da lei maior, o mais lícito instrumento da implantação da democracia nas nossas escolas e, desta forma, atingir-se o grande objetivo da sociedade, colocando à sua disposição uma instituição de ensino capaz de vencer o desafio do autoritarismo, do sectarismo, do elitismo, da subserviência e da opressão.

A presente emenda constitucional, com a aprovação dos senhores deputados, constituir-se-á num diploma legal flexível, feito para responder aos reclamos das nossas instituições de ensino, de modo a torná-las capazes de vencer os impasses repetidamente criados pela ausência de dispositivo constitucional com força para equacionar e instrumentar, de um lado, a participação efetiva da comunidade universitária nas decisões que lhes dizem respeito e, de outro, dar-lhes a necessária e indispensável autonomia para se autogestionar.

Não pretende, a presente emenda constitucional, ser um instrumento acabado e pronto, já que a lei ordinária há de consagrar os detalhes da sua executividade, mas sim promover os meios constitucionais para que a própria comunidade participe ativamente dos destinos e na gestão da instituição, buscando, pelo livre debate, pela discussão aberta e pela "praxis" do cotidiano, o roteiro seguro de uma escola voltada para a produção do saber, para um ensino qualificado, uma pesquisa científica direcionada para a solução dos problemas regionais e nacionais e aberta a todos os segmentos da sociedade sem distinção de classe, de cor, de credo, de ideologia. Enfim uma instituição brasileira para os brasileiros, mesmo para os menos favorecidos na distribuição da renda econômica, já que estes, não conseguem no livre debate da comunidade (inclua-se aqui, não somente a comunidade escolar, mas por igual, outras organizações sociais como os sindicatos, os partidos políticos, a igreja, as sociedades de pais e mestres, etc.), não conseguem meios que lhes proporcionem, não somente o ingresso, mas sobretudo a manutenção na escola, se, para tanto, contarem com a devida qualificação intelectual. Finalmente, cabe assinalar a democratização do ensino e a formulação administrativa das instituições de ensino de terceiro grau do Estado, aqui proposta com a presente emenda constitucional, está em consonância com a abertura democrática da sociedade civil, tão apregoada, a hoje em vias de concretização, rompendo assim o processo da imposição de reformas do ensino superior, planejadas e discutidas no limite restrito de um pequeno grupo de tecno-burocratas que pensam e decidem pelos milhões de brasileiros, à revelia da sociedade como um todo e, seguramente, responsável pela crise do ensino em nosso país.

Assim sendo, somos pela aprovação da emenda proposta pelo deputado Márcio Almeida, inserindo, no artigo 138, da Constituição Estadual, que regula a organização do sistema estadual de ensino, os incisos XIII e XIV na forma que especifica, apresentando, no entanto, a EMENDA SUBSTITUTIVA em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS
Presidente e Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA A
PROPOSIÇÃO Nº 52/83

No inciso XIII, onde se lê "Instituições Universitárias", leia-se: "Instituições de Ensino Superior".

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/83, de autoria do DEPUTADO GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA LUZ INVISÍVEL Nº 33", de jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 166/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Luz Invisível n.º 33, de Jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Castro, n.º 3.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Luz Invisível n.º 33, de Jurisdição da Grande Loja do Paraná, é entidade filantrópica, filosófica e cultural, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, a promoção da filantropia dos carentes e desamparados; a propagação do civismo e assistência social moral dos que nela necessitam.

A Loja Maçônica Luz Invisível, por suas atividades em prol da coletividade é órgão de inegável utilidade à comunidade, justificando plenamente sua declaração de utilidade pública.

Como os documentos que instruem o projeto preenchem os requisitos expressos na Lei n.º 6994, de 10.01.78, não haverá impedimentos para o que pretende o presente.

PROJETO DE LEI Nº 166/83

PARECER

De autoria do nobre deputado Gernote Kirinus, o Projeto de Lei n.º 166/83, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA LUZ INVISÍVEL Nº 33", de jurisdição da grande Loja do Paraná, com sede nesta Capital, verificamos que o referido projeto, faz os requisitos estabelecidos pela legislação específica, que regulamenta a matéria.

Portanto, somos de parecer favorável pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Dissaburo Yokohama, ocorrido no dia 1.º de novembro do corrente ano, no município de Umuarama.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Arlindo Chemin, ocorrido no dia 31 de outubro do corrente ano, no município de Campo Largo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Castorina Cardoso Karas, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano, no município de Araucária.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Gelsomina Maria Simone dos Santos, ocorrido no dia 29 de outubro do corrente ano nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olga Vidal, ocorrido no dia 06 de novembro do corrente ano, nesta capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Eleonora Castro, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Bueno Filho, ocorrido no dia 05 de novembro do corrente ano, no município de São José do Ivaí. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Arlindo Chemin, ocorrido no dia 31 de outubro do corrente ano, no município de Campo Largo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Seme Feres, que gozava de grande conceito na comunidade maringaense. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Pallone, que gozava de grande conceito na comunidade maringaense. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Eugênio Batista Carneiro, ocorrido no dia 7 de novembro do corrente ano, no município de Tibagi. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Arlindo Chemin, ocorrido no dia 31 de outubro do corrente ano, no município de Campo Largo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Letícia Molinari, esposa do Sr. Wilson Molinari, suplente de vereador e autêntico lutador pelo PMDB, no município de Maringá. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Cultura e Esporte viabilizando o término do Estádio "Pinheirão", reiterado em artigo publicado no "Jornal dos Municípios", em sua edição do mês de setembro do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Masquerin Soletti, ocorrido no dia 6 de novembro do corrente ano, no município de Terra Rica. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rajah Assis, ocorrido dia 8 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 150.^o aniversário do município de Morretes. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do cinquentenário de fundação do Colégio Sagrada Família, no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 90.^o aniversário do advogado Sobral Pinto, ocorrido no dia 5 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento do sr. deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo às autoridades constituídas e ao povo do município de Antonina, pelo transcurso do 186.^o aniversário de emancipação política daquele município, ocorrido no dia 7 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela eleição através voto direto, da nova Diretoria. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada para o dia 24 de novembro do corrente ano, sessão solene para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao sr. Teotônio Vilela. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 186/83, em trâmite nesta Casa, que visa outorgar o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao sr. Torao Tomita. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 199/83, que considera como área especial de interesse turístico terras descritas no Decreto Estadual n.º 4484/81- (Parque Marumbi). **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o fornecimento de um veículo destinado aos serviços específicos da CIRETRAN do município de Campo Largo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da SANEPAR por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo atendimento referente a obras de abastecimento de água, na melhoria e expansão de redes e ligações para os sistemas de abastecimento dos municípios de Cianorte e Terra Boa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo a concessão de veículo pelo Fundo Especial de Reequipamento de Transito. Funrestran, para os municípios de Rondon, Cianorte e Cidade Gaúcha.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfredi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do IAM, por intermédio da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o atendimento através de alimentos, agasalhos, custeio de operações, reparação e aquisição de equipamentos, do Lar Infantil Allan Kardec, do município de Cianorte. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfredi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo a coordenação e controle de tráfego urbano e instalação de 3 semáforos no município de Cianorte. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando reconsideração dos Atos n.ºs 989/83 e 992/83 de 19 de setembro de 1983, baixados pelo CENAL- Comissão Executiva Nacional do Alcool. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, pela invasão da sede de sua Seção de Brasília, determinada pelo sr. Comandante Militar do Planalto. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfredi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos srs. secretário da Segurança Pública, Comandante da Polícia Militar e Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, visando a instalação e criação da Corporação no município de Cianorte.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Comissão Central Organizadora dos XXVI Jogos Abertos do Paraná, bem como à equipe campeã da referida competição, no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um miniposto de saúde no distrito de Alto Porã, no município de Ivaiporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário do Planejamento, encarecendo a destinação de recursos financeiros para a efetivação de melhorias no Cemitério Municipal, no município de Terra Boa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

de expediente ao sr. Secretário da Cultura e Esporte, visando recursos financeiros para pagamento de despesas contraídas pela Escola Unidade Nova, no município de Ubatã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Coordenadora de Assistência ao Educando, por intermédio da Secretaria de Educação, visando concessão de auxílio de material de primeiros socorros, para o município de Nova Cantú. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário do Planejamento, encarecendo a liberação de recursos financeiros para saldar compromissos salariais para com os funcionários públicos pertencentes à Prefeitura do município de Araruna. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Superintendente da SUCEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a liberação de materiais para a construção de galerias em diversas vias localizadas no município de Iretama. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja interferida na transação entre as Empresas de Ônibus "Viação Garcia Ltda", e "Expresso Maringá Ltda", com relação as linhas de ônibus intermunicipais. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 151/83, de autoria do próprio subscritor. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos anais da Casa, no discurso proferido pelo sr. Nelson de Freitas Barbosa, por ocasião do ato comemorativo ao 60.º aniversário da Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Município de Paranaguá. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A Matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, pela Semana de Evangelização realizada nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Setor Jovem do PMDB de Foz do Iguaçu, pela realização de sua Convenção Municipal. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria eleita do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao doutor Raúl Alfonsín, pela eleição como presidente da Argentina.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos senhores governador do Estado e presidente da União Paranaense dos Estudantes, pelo sancionamento da lei que devolve à UPE seu patrimônio imóvel e a reconhece como entidade de utilidade pública.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao senhor diretor do Canal 12, pelo transcurso do 23º aniversário da Sociedade Rádio Emissora Paranaense.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22º aniversário de Emancipação Política do município de Campo Tenente.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23º aniversário da fundação da TV Paranaense Canal 12.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e do Esporte, visando a construção de uma cancha esportiva no município de Tapejara.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor prefeito Municipal de Curitiba, visando a instituição do Passe Escolar para acesso ao transporte coletivo urbano.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, visando a agilização na construção e equipamento de Módulos Policiais no município de Cianorte.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a implantação da 5a. a 8a. séries do 1º grau na Escola São Pedro do Sabará, no município de Ponta Grossa.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo recursos para a conclusão do Terminal Rodoviário do município de Terra Boa.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente a senhora superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de materiais escolares para a Escola Vila Rica do Espírito Santo, bem como para o Colégio Santo Inácio de Loyola, pertencentes à Rede Estadual, no município de Fênix.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo medidas mais seguras quanto a distribuição de agasalhos e produtos alimentícios às pessoas em estado carente.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Campina da Lagoa.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22º aniversário de emancipação política-administrativa do município de Roncador.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao senhor diretor do Entrepósito do Depósito Franco do Paraguai, para compor o Conselho de Usuários daquela autarquia.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação do Distrito Judicial de Rancho Alegre do Oeste, no município de Goioerê.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando atendimento de reivindicações da 42a. Inspeção Auxiliar de Ensino, do município de Campo Mourão.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, visando a instalação de uma agência ou Posto Avançado do Banestado, no distrito de Rancho Alegre do Oeste, município de Goioerê.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a implantação do ensino de segundo grau no distrito de Rancho Alegre do Oeste, município de Goioerê.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Telepar, visando a instalação de um monocal telefônico no distrito de Rancho Alegre do Oeste, município de Goioerê.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguzezi, constante do expediente, solicitando voto de desaprovção ao Projeto de Lei nº 846/B, que pretende reduzir a participação dos Estados de 70 por cento para apenas 20 por cento do IUM— Imposto Único sobre Minerais, inviabilizando assim as empresas estaduais.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguzezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores líderes partidários no Congresso Nacional, visando agilizar as medidas que implantem legislação para isentar as micro-empresas do ICM, bem como das obrigações fiscais decorrentes daquela tributação.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constantes do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de moção ao senhor presidente da República e ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro, visando que o Brasil assumira posição de condenação da invasão norte-americana à Granada e defenda o direito dos povos à sua nos termos que apresenta.— **Aprovado**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jovem Rodrigo Augusto Barnabé, que se sagrou campeão master do Circuito Sul América de Tênis, no Rio de Janeiro.—

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, visando o fornecimento de uma credencial aos funcionários de prefeituras que trabalham subordinados ao Instituto de Identificação do Paraná.— **Encerrada a discussão**.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de "quorum", senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá proceder... Vossa excelência pede chamada nominal, verificação de votação?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicitei verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO — Eu requeiro verificação nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e solicita ao senhor 1.º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

24 senhores deputados responderam à chamada. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a implantação de uma linha de ônibus ligando o município de Colorado a Curitiba, diariamente.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor de Programas de Complementação da Habitação, do BNH, encarecendo a redução da tarifa de esgotos de 100 por cento para 50 por cento da tarifa de água.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um miniposto de saúde no distrito de Vila Diniz, município de Faxinal.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um miniposto de saúde no distrito de Cruzmaltina, município de Faxinal.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encare-

cendo a efetivação de medidas para instalação de um miniposto de saúde na Vila Nova Porã, município de Ivaiporã.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um miniposto de saúde no distrito de Nova Altamira, município de Faxinal.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um miniposto de saúde na localidade de Jardim Florestal, município de Jardim Alegre.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a redução da taxa de esgotos hoje cobrada pela Sanepar na ordem de 100 por cento sobre o consumo de água por usuário.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Copel, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação do prolongamento da rede de energia elétrica pertencente ao município de Mamborê.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a implantação de um minissistema de abastecimento de água no distrito de Arapuã, no município de Janiópolis.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no trecho compreendido entre o município de Fênix ao distrito de Bela Vista do Ivaí.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esportes, encarecendo a liberação de recursos para o término das obras no Ginásio Municipal de Esportes no município de Terra Boa.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 36.º aniversário de emancipação política do município de Ibiaporã.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a implantação do pré-escolar na Escola Rivadávia Vargas — ensino de primeiro grau, no município de Piraí do Sul.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria dos senhores deputados Odeni Mongruel e Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Manoel Lustosa Martins, ocorrido no dia 7 de novembro do corrente ano, no município de Clevelândia.— **Aprovado**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretária da Educação, visando a padronização das carteiras de identidade estudantil nas escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, mantidas pelo Estado, emitidas e sob responsabilidade da UPES e UPE.— **Encerrada a discussão**.

Requerimento de autoria da senhora deputada Irondi

Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Câmara dos Deputados, encarecendo em regime de urgência, a votação da nova lei de segurança nacional, enviada ao Congresso nesta data.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, encarecendo a concessão de um veículo para transporte de professoras do município de Fênix ao distrito de Bela Vista do Ivaí.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para aquisição de materiais para a construção de pontes e bueiros, bem como a recuperação dos que estão atualmente necessitando de melhorias, no município de Juranda.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a reconstrução da ponte sobre o rio Cavafunda no distrito de Palmital, município de Boa Esperança.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.^o aniversário de emancipação político-administrativa do município de Ubatã.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo recursos para serem aplicados na aquisição de combustível e pagamento do funcionalismo público do município de Moreira Sales.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Badep, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a criação e instalação de um escritório regional daquela Instituição Financeira no município de Campo Mourão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, visando avaliação de formas de combate à erosão localizada no distrito de Bredópolis, município de Janiópolis.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a ampliação da rede que serve para o abastecimento de água no município de Mamborê.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor João Drevinski, ocorrido no município de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a prorrogação da sessão por mais duas horas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Manuel Lustosa Martins, ocorrido no dia 7 de novembro do corrente ano, no município de Clevelandia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Telepar, visando a instalação de um telefone público

junto ao Bar e Mercaria de Acyr Miranda, no distrito da Fazenda Rio Grande, município de Mandirituba.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às lideranças dos partidos no Congresso Nacional, encarecendo caráter de urgência na apreciação da nova versão à Lei de Segurança Nacional, a ser submetido àquela Casa de Leis e oriundo da presidência da República.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, no sentido de gestionar junto à Cafe do Paraná, encaminhamento de relação de devedores inadimplentes da referida empresa, bem como o montante do débito de cada devedor.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao senhor presidente do Banestado, por intermédio da Secretaria das Finanças, no sentido da manutenção da agência daquela instituição financeira no município de Rio Bom.— **Encerrada a discussão.**

Esta presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do senhor vereador Wilmar Turocki, da Câmara Municipal de Guarapuava.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.^{os} 35, 37, 38, 39 e 40/83 e dos Projetos de Lei n.^{os} 87, 154, 164, 165 e 167/83.

2a. DISCUSSÃO — da Proposição n.^o 52/83 e dos Projetos de Lei n.^{os} 158/82 e 39, 78, 81, 107, 114, 127, 132 e 166/83 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 41, 42, 43, 54, 84 e 85/83

A presidência marca ainda uma sessão extraordinária para amanhã, dia 10, quinta-feira, após o encerramento da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Homenagens Póstumas pelo falecimento do senador Nilo de Souza Coelho, presidente do Congresso Nacional.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERVIN BONKOSKI EM SESSÃO DO DIA 09/11/1983.

Oração proferida dia 04 de outubro de 1983, por ocasião das comemorações do 60.^o aniversário de fundação da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá.

NELSON DE FREITAS BARBOSA

ex-presidente

"NA REALIDADE AS TENSÕES ESTÃO CRESCENDO, O COMÉRCIO E A ECONOMIA DESFALECEM NUM

CICLO DE DEPRESSÃO — E A RECUPERAÇÃO DE ALGUNS COINCIDE COM AS CRESCENTES DIFICULDADES DE OUTROS

(Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, abrindo os debates do 38.º período de sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, dia 26.09.83).

Senhores, Senhoras:

Amigo muito dileto, doutor Carlos Elysio Neves Vieira da Costa: muito obrigado pelo convite honroso para que eu proferisse palestra alusiva aos sessenta anos da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá.

Não poderia recusar-me, como não me recusei em outras oportunidades, pois minha satisfação se renova toda vez que gozo do salutar convívio do nosso empresárioado.

Se me é grato palestrar, aos que me ouvem peço que sejam tolerantes, pois longe de mim o convencimento de que poderei traduzir com clareza e exatidão o pensamento do ilustre presidente sainte, quem manifestou desejo de, nos sessenta anos da Associação, registrar o que possível da sua história.

Da sua história, o que possível...

O possível, por maior que tenha sido nosso esforço, resume-se a muito pouco comparado com o bastante que representou e representa, nestes 60 anos, a nossa Associação Comercial.

Isto porque, dos registros sociais, quase nada se tem documentado nos arquivos e mesmo publicado nos jornais, estes que, sem considerar os já em circulação no ano de 1923, surgiram, permaneceram ou desapareceram, em número de 67 nestes 60 anos, editados em nossa Paranaguá.

Perdoem-me, portanto, pela pobreza da matéria e pela simplicidade do linguajar, pois nos relatos registradores de atos e fatos sociais não se pode fazer acréscimos promocionais nem manipular o vernáculo falseando a verdade com os artifícios da retórica oratória.

O homem do ano de 1.900 que tivesse declarado que o Século XX seria marcado por um período de violência jamais igualada, por certo que se veria acusado de possuir mais soturnidade de alma do que senso comum.

É difícil precisar quando começou a época de violência gerada pela desordem. Alguns sociólogos e historiadores a fazem remontar às cercanias de 1880, no momento em que as nações começaram a despedaçar febrilmente o mundo.

Acontecimentos como a conferência de Berlim, sobre os negócios africanos, em 1885, representaram o início de uma alteração do comportamento das nações. E foi a partir daí que as rivalidades entre os povos aumentaram de maneira a se tornar impossível encontrarem soluções por meios outros que não a guerra.

Inegável, no entanto, é que o ano de 1914, que viu rebentar a I Grande Guerra, foi o marco do momento em que a violência se tornou uma das características principais de nossa época.

Outras revoluções sociais, é certo, existiram antes, como as ocorridas na China e no México, porém, a fase revolucionária de nossa era de violência começou verdadeiramente a 7 de novembro de 1917, quando foi deposto o governo democrático russo.

Terminada a primeira Guerra Mundial, constatou-se que a violência da esquerda provocava uma violência reacionária da direita, como foram os casos de Mussolini, Hitler e Franco, todos ditadores afirmados.

E daquela aurora de uma nova era, tristemente duradoura, de conflitos, passamos pela II Grande Guerra e continuamos num mundo perturbado em decorrência da impertinente luta entre o liberalismo e o socialismo, numa contenda radicalizada marcada por guerras, guerras-frias alternadas ou simultâneas com guerras-quentes, cada qual procurando impor sua ideologia, manter o poder, dominar quando não pela força das armas, pelas armas da economia.

Os anos de 1920 a 1923 estão assinalados como os de origem das crises econômicas mundiais, dentre elas a que em 1929, com a queda na bolsa de Nova Iorque se deu início à depressão econômica nos Estados Unidos da América do Norte, com repercussão em todo o mundo.

Foi no ano de 1923, exatamente no dia 4 de outubro, há 60 anos passados, que foi fundada a Associação Comercial de Paranaguá.

A Europa ainda procurava se refazer dos efeitos da primeira grande guerra; exércitos franceses e belgas ocupavam o Rhur; os alemães resistiam passivamente, desencadeando uma inflação para se beneficiarem quando dos pagamentos das despesas que lhe foram impostas por serem vencidos, perdendo, o marco, quase todo seu valor.

Paranaguá, cujas origens datam de quarta década do Século XVI, terra-centro, primeiro de comércio das araucárias, era governada pelo prefeito doutor Francisco Accioly Rodrigues da Costa e seu porto se movimentava em pleno ciclo da madeira.

A cidade, limitada à rua da Praia e ao hoje conhecido centro histórico, possuía uma população que não chegava aos 20.000 habitantes.

Exauridas as minas de ouro, exploradas por todo o Século XVII, viveu da movimentação do seu porto, onde preponderou a exportação da erva mate quase em todo o século XIX, depois da madeira, cujo produto foi responsável pelo seu progresso nos anos de 1920 a 1.955.

Colonizado o Norte do Paraná, com a expansão da cultura cafeeira já nos anos 50 as exportações da tubiácea começaram a se destacar nas estatísticas do nosso Porto, atingindo um volume, em 1965, de 4 milhões de sacas, cujo marco lhe deu o título de maior exportador de café do mundo.

Graças à sua situação geográfica, Paranaguá vem sustentando sua vida em função ao seu porto, sujeitando-se, contudo, monodependentemente a um estado de economia fluxível.

O tão sonhado ciclo de diversificação das suas atividades, iniciado em 1980, encontrou resistência nas dificuldades geradas pela crise econômico-financeira vivida pela Nação.

O Estado do Paraná, embora diversificada a cul-

tura das suas terras e iniciada sua fase de industrialização, vem sendo castigado pela crise internacional profunda que pressiona o País.

Paranaguá, da mesma forma, sob os mesmos efeitos não consegue ver a implantação agressiva do Plano de Expansão e Melhoramentos do seu Porto, plano este necessário para corresponder às crescentes necessidades de exportação e da própria importação.

E, se isto já não bastasse, assiste pesados, até mesmo frustrada, a desativação gradativa do polo industrial da Ponte do Poço, sem qualquer perspectiva de consolidação mesmo a médio prazo do Polo Industrial do Ibocuí.

A Associação Comercial de Paranaguá, hoje com influência também nas áreas da indústria e da agricultura, foi fundada num difícil momento político-econômico mundial e, associando homens de negócios ligados às exportações e ao comércio local de então, teve sempre marcada sua existência graças ao trabalho desenvolvido junto aos poderes políticos para que seu porto transformasse seus velhos trapiches em atracadores equipados e, a cidade então isolada do mundo, conquistasse seu cabo submarino-privilegio, no sul e mais próximo, do porto de Florianópolis.

Fundada na condição de entidade de classe, sem fins lucrativos, por certo que sobreviveu, na maior parte de seus 60 anos, com enormes dificuldades. Mesmo assim, os princípios e as finalidades de procurar contribuir para o desenvolvimento em geral, defendendo os interesses sociais, jamais deixaram de existir.

Vivendo duas revoluções e uma guerra que envolveu a maioria dos povos civilizados, até o início dos anos 60 teve limitada sua representação junto à classe, pois o espaço maior vinha sendo ocupado pelo Centro do Comércio de Café de Paranaguá cuja entidade acolhera em seu seio o que de mais representativo existia, ligado ao armazenamento, comercialização e exportação do café.

De 1923 a 1940, dedicando-se muito ao comércio local, de atacado e varejo, teve ação destacada por ocasião do estabelecimento das tarifas portuárias e da orla sindical. Fazendo funcionar em suas dependências e por vários anos, curso de formação de guarda-livros, ministrado por professores contratados, contribuiu para a profissionalização de jovens paranaguenses e atendeu às necessidades dos comerciantes locais cujos negócios se expandiam e estavam a exigir assistência técnica-contábil.

Naquele período, exatamente no ano de 1929, em 24 de outubro, a Associação Comercial de Paranaguá, então sob a presidência do senhor Joaquim Xavier Neves, divulgava publicação impressa nas oficinas da Revista Itiberê e que tratava da "questão portuária e da tarifa desequiparada", cujo assunto gerou séria rivalidade entre os portos de Paranaguá e Antonina.

Insurgira-se, na ocasião, nossa Associação, contra o Aviso nº 34, de 29 de abril de 1926, do então Ministro da Viação, Francisco Sá, que estabelecia a cobrança dos fretes ferroviários entre Morretes e Antonina e Morretes e Paranaguá, de acordo com a distância efetivamente existente entre cada trecho ao contrário do que fora estabelecido pelo Decreto nº 2.133, de 17 de outubro de 1885, ou seja, um regime de equiparação de distâncias que durou mais de 30 anos e à

cujas sombras prosperavam os dois principais portos do nosso Estado.

Das leituras do memorial endereçado ao então presidente do Estado do Paraná, doutor Affonso Alves de Camargo, da representação feita ao ministro da Viação doutor Francisco Sá, tem-se que aquele episódio foi dos mais difíceis para ser vencido e exigiu a conjugação de esforços inclusive do presidente da Câmara Municipal, Manoel Hermógenes Vidal, e do presidente do Partido Republicano Paranaense, senhor Alípio Cornélio dos Santos.

Difícil não só para se conseguir compensação à tarifa desequiparada, mas, principalmente - por que não dizer - para se arrefecer os ânimos, por demais exaltados, das populações das duas cidades portuárias.

Nos anos 40, com a guerra e em consequência desta grande recessão, a Associação enfrentou tempos os mais difíceis, com redução do seu já diminuto quadro social, conseguindo sobreviver graças às presenças, na presidência, dos senhores João Eugênio Cominesi e Acrísio Guimarães, este último de saudosa memória, ambos comerciantes respeitados pelos seus dinamismo e tradição.

A década de 1950 ficou, no contexto, marcada pelo início do ciclo cafeeiro em nosso porto.

Mas, no café, nossa Associação não encontrou suporte para seu fortalecimento, pois o Centro do Comércio de Café de Paranaguá, extremamente atuante, ainda mais a afuscou.

Só a madeira, na época, como carga geral, poderia, com sua exportação, ocupar a entidade, o que efetivamente ocorreu quando foram emitidos pela mesma os primeiros Certificados de Origem, embora em quantativos diminutos e somente para os embarques destinados à Austrália e à Inglaterra.

Aberta esta frente de atuação, por exigência dos importadores estrangeiros e sem intervenções de órgãos externos, a Associação Comercial adaptou o modelo dos Certificados de Origem que eram expedidos pelo Instituto Nacional do Mate e deu seu primeiro passo para integrar-se às atividades portuárias das exportações e assegurar nova fonte de receita, necessária ao custeio social.

Nos anos 60, com o advento do ciclo dos cereais novos caminhos foram abertos e a entidade, integrando-se melhor ao comércio local, criou o Serviço de Proteção ao Crédito.

Embora sem agressividade e ainda tateando, como que não vislumbrando em toda sua profundidade a grande perspectiva da sua participação nas exportações como certificadora das suas origens, nossa entidade ingressou na década de 1970 decidida a ir ao encontro dos anseios dos cerealistas, que exigiam uma entidade "porta-voz" e, como primeiro passo, ampliou seu raio de ação ingressando nas áreas da indústria e da agricultura.

E foi como Associação Comercial, Industrial e Agrícola que deu início a sua consolidação, cujos sucessos marcaram sobremaneira a gestão do presidente doutor Renato Accyoli Veiga.

Os poucos mais de três anos desta década tem sido bastante promissores, pois além dos cereais, a diversificação da carga geral com o consequente aumento das expedições de certificados de origem vêm contribuindo para a execução de programas mais arrojados.

Congregando 227 associados, tem sido constante sua participação em todos os níveis de governo, cuja ação a faz respeitada e cada vez mais solicitada.

Surgida no "Ciclo da Madeira", há 60 anos, agora no da "Diversificação" vem de se constituir em vigorosa força promotora do nosso desenvolvimento.

Integrando o Conselho Municipal de Desenvolvimento, criado quando do meu segundo governo municipal, pelo consenso dos seus diretores e associados contribuiu para que tivéssemos definido o Plano Diretor de Desenvolvimento de Paranaguá, cujo instrumento tem procurado disciplinar o crescimento urbano e a expansão da cidade e suas praias.

Da experiência dos seus homens saíram valiosas sugestões quando da elaboração do estudo de viabilidade e legislação de incentivos fiscais para o Distrito Industrial de Paranaguá, programado para a região do Ibocuí, cujo equipamento teria características de um Distrito Industrial Portuário, na medida em que dependesse, para parte de suas indústrias, do fluxo de mercadorias que circulassem pelo Porto; porém que também teria conotação de um Distrito Industrial Adjacente ao Porto, portanto similar, neste particular, aos que já vingavam em Curitiba e Ponta Grossa, ou a qualquer outro, na medida em que fosse independer do fluxo de mercadorias que circulassem pelo Porto, embora deste se utilizasse para sua movimentação marítima, de entrada ou saída.

Alongar-me-ia demais nesta fala se revelasse toda a participação da entidade, inclusive nos encontros de Associações, ocasiões em que suas teses mereceram especial destaque e aprovação.

Reconhecida de utilidade pública municipal, pelo Decreto-Lei n.º 521, de 21 de outubro de 1929, quando prefeito de Paranaguá o Capitão de Corveta Dídio Iratim Afonso da Costa, desde sua fundação até abril de 1928 a Associação funcionou em sede alugada, à rua XV de novembro, localizada quase defronte ao prédio principal das Casas Pernambucanas de hoje.

Sob a presidência de Joaquim Xavier Neves, em 18 de abril de 1928, a Associação adquiriu, por 40 contos de réis através escritura pública de compra e venda, de João Coelho Moreira, o prédio sito à rua XV de Novembro, hoje com o n.º 385, ocasião em que a velha construção do ano de 1881 sofreu desmoronamento e obrigou se transferisse a sede para o edifício Palácio do Café, onde permaneceu em ala alugada, do 12.º andar, de 1975 a 1982.

E, coincidentemente, foi na presidência de outro Neves, o nobre amigo Carlos Elysio, neto de Joaquim Xavier Neves, que se inaugurou em 18 de outubro de 1982, esta sede própria, à Rua Rodrigues Alves n.º 655.

Esta, senhores, a Associação fundada aos quatro dias do mês de outubro de 1923, por Manoel Hermógenes Vidal, Docilo Silva, Agripino Picanço, Luiz Wolf, Leopoldo Obladen, Ataliba Alves, José Fonseca Lobo, Miguel Cecy, Pedro Salomão, Álvaro Bittencourt Lobo, Eurípedes Branco, Carlos Bley e João Bley Neto.

Das sementes lançadas ao solo nestes 60 anos muitos frutos foram já colhidos.

É lamentável, no entanto, que estejamos vivendo

em tempos bastante difíceis, porém mais lamentável é que a crítica situação social não se esgota apenas nos aspectos mais gritantes do presente.

A crescente subordinação dos assuntos brasileiros às conveniências e injunções de seus parceiros maiores, no contexto internacional, submete e compromete também o futuro da nação.

A reorganização da ordem econômica internacional — com o sufocamento financeiro dos países devedores e a rápida obsolescência dos seus parques industriais — está levando ao fortalecimento dos blocos e à maior subordinação das pequenas e médias nações às grande potências, com previsível aumento do hiato tecnológico no campo internacional e perspectivas pessimistas quanto à melhoria das condições de vida na chamada periferia.

Vivemos numa voragem de crises que abalam os alicerces da sociedade humana, pois atingem os fundamentos nos quais repousam o seu desenvolvimento.

A revolução científico-tecnológica com repercussão em toda a vida humana, tem provocado transformações substanciais não só nas forças produtivas mas nas próprias bases materiais da nossa existência.

O fantasma do colapso energético, agravado pelo estado belicioso em que vivem Iraque, Irã, Israel, Líbia, Líbano deixou de ser um simples espectro que possa ter espantado unicamente com nossa produção de álcool, continuando o país a assistir a exploração predatória dos principais recursos energéticos e de muitas matérias-primas essenciais em nome de interesses imediatistas, empobrecendo nossa já combalida economia e comprometendo a longo prazo os interesses e as aspirações do povo brasileiro.

O sexagésimo aniversário da nossa Associação Comercial vem de ser comemorado num clima não muito diferente daquele que a acalentou ao nascer. Se diferente, atente-se, a diferença está na maior gravidade com que se defrontam as grandes potências que pretendendo a paz investem cada vez mais em armas para manter um "equilíbrio do terror".

"A miséria e a desordem prevalecem — a corrida das armas nucleares prospera — os poderosos parecem relutantes a buscar moderação e diálogo".

Este o retrato da humanidade, segundo depoimento do Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, no último dia 27 de setembro, na abertura dos debates do 38.º período de sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas.

A nossa Associação que hoje está em festa, sexagenária, filiada à Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná e à Confederação das Associações Comerciais do Brasil, constitui-se em viva célula de um organismo que congrega empresários de todas as regiões do nosso vasto território e, por isso, é dotada de força incomensurável que deve ser acionada, pois, reconhece-se "os empresários nacionais representam uma parcela da população que deve ser ouvida para influir nas decisões, como participante do governo ou, então, como segura fonte de consulta".

Prezado Amigo Carlos Elysio: Recordo-me quando a 6 de outubro de 1980, após prestar-se homenagem ao dinâmico empresário doutor Renato Accioly

Veiga, quem soube muito bem conduzir a Associação nos anos de 1973 a 1979, dando-lhe nova estrutura, ao comemorar o 57.^o aniversário da entidade e o 1.^o da sua administração, associados e convidados presentes conheceram o projeto de construção da futura sede da Associação.

Da mesma forma, está ainda bem viva na lembrança a inauguração, a 18 de outubro do ano passado, do edifício sede que hoje nos abriga, cuja realização consolidou a presença sob o aspecto patrimonial, da nossa Associação.

Afirmei naquela ocasião que o homem não recebe a história pronta, pois ele a faz modelando a matéria do tempo à imagem dos seus valores, já que vive a realidade que amolda sua vida.

Estou convencido de que não só os fundadores da nossa Associação Comercial, mas todos os seus diretores, nestes 60 anos, encabeçados pelos ex-presidentes Ceciliano da Silva Corrêa, Joaquim Xavier Neves, Silfredo Veiga, João Eugênio Cominese, Acrísio Guimarães, Amynthas Pinho, Alcindo Braga, Eloy Pereira Marcondes, Eloy Pucanço Cardoso, Jaly Fôes, Manoel Tramuja, Sigurd Eltvedt, Renato Accioly Veiga, agora o ilustre companheiro que se despede e, este que vos fala, cada qual no seu tempo e de alguma forma, escreveram capítulos da nossa História associativa.

O até aqui conquistado, além do que possa representar materialmente, constitui-se em testemunho incontestável de que, após transpor mais de meio século de existência, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá continua viva e atuante, agora melhor preparada para exercer em toda sua plenitude os seus objetivos sociais, quais sejam, de defender a livre empresa e possibilitar aos seus associados, organizadamente, obterem os meios necessários ao atendimento de todas as suas necessidades.

Do ilustre empresário Antonio José Temporão, cujo mandato hoje se inicia, e dos seus companheiros de diretoria mais do que isso a comunidade paranaguense espera, pois embora reconheça não depender exclusivamente do seu esforço, é de se confiar que o empresário brasileiro haterá para sair da marginalização e deixar de ser o último a saber das decisões nacionais que mais o atingem.

Para tanto, mister se faz que sejam mobilizadas as forças políticas necessárias para que o empresariado possa ser ouvido e assim influir no processo decisório dentro da nova realidade que, sem exagero algum, permite-nos afirmar que a causa fundamental da profunda crise econômica que aflige o país está na estagnação.

Sendo, o poder político, aquele engendrado e mantido pela atividade dos grupos sociais, delimitado por regras mais ou menos explícitas que se convertem em ações que decidem sobre as finalidades e as formas de aplicação das normas condicionantes do exercício do poder, esta Associação, pela sua importância, para o empresariado se constitui em verdadeira trincheira em cujo campo reside a legítima representação da classe.

E, desta trincheira, necessário será atacar todo o processo de intervencionismo estatal, do qual as empresas estatais são apenas uma metástase, atentando-se que para um tal programa tenha êxito, é fundamental ainda que o primado da iniciativa privada, inscrito na Constituição, seja reavivado na prática, de modo que a sociedade adquira e vivencie uma noção perfeita do significado do regime político centrado na liberdade individual e do regime econômico que se baseia na livre iniciativa.

Que Deus inspire o dinâmico e inteligente empresário presidente Antonio José Temporão, bem assim aos seus companheiros de diretoria, assistindo-os tanto quanto assistiu a Carlos Elysio Neves Vieira da Costa, seus colegas de diretoria, e aos demais que nestes 60 anos de atividades associativas bem souberam preservar nossas tradições de cultura e civismo.

Renovo meus agradecimentos pelo honroso convite para proferir esta palestra, peço escusas pelo precioso tempo que tomei dos presentes, deixo minha manifestação de confiança no trabalho que a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá prosseguirá desenvolvendo, convicto de que haverá de perseguir nos seus objetivos e, ao fazer valer sua força, somada às das demais oito e meia centenas de associações disseminadas pelo País, contribuirá decisivamente para o surgimento de poderoso instrumento que conduzirá o empresariado brasileiro à posição que historicamente lhe cabe por merecimento e Justiça!